

**Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Programa de Pós-graduação em Geografia
Mestrado em Geografia**

**PAISAGEM E POTENCIAL TURÍSTICO
NO VALE DO JEQUITINHONHA**

Mariana de Oliveira Lacerda

**Belo Horizonte – Minas Gerais
Fevereiro de 2005**

Mariana de Oliveira Lacerda

**PAISAGEM E POTENCIAL TURÍSTICO
NO VALE DO JEQUITINHONHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Mestrado em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Allaoua Saadi

**Belo Horizonte
Instituto de Geociências – UFMG
Fevereiro de 2005**

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão para o Instituto de Geociências da UFMG por me receber como pesquisadora e para o Vale do Jequitinhonha que me ensinou a apreciá-lo.

Agradeço também aos amigos e colegas que direta ou indiretamente contribuíram para este estudo. Em especial destaco:

O professor e orientador Allaoua Saadi, pelos desafios e oportunidades colocados durante estes quase dois anos de trabalho.

Os colegas e amigos do IGC, Profa. Cláudia Magalhães, Prof. Renger, Prof. Roberto Valadão, Prof. Cássio, Profa. Ana Clara, Prof. Ralfo Matos, Prof. Bidu. Há um pouco de cada um deles nessa dissertação.

Os colegas pesquisadores do Ceplantur, Patrícia de Sá, Patrícia Rizzi e Vanderlei Ferreira pelas vivências compartilhadas nas estradas do Vale.

Os professores substitutos do curso de turismo do IGC/UFMG Sérgio Moura e Márcia Lousada, amigos e companheiros de todas as horas.

Os amigos, Bernardo Machado e Marco Aurélio, pelas revisões e conversas esclarecedoras.

Todos os alunos dos cursos de turismo da UFMG e da PUC Minas, onde lecionei durante este período, pelo estímulo que representam. Agradeço em especial às alunas Érika, Verônica e Maria Carolina.

Daniel Damasceno, por cada minuto dedicado à organização das 358 fotos que ilustram este documento!

Sherban Cretoiu, meu primo, amigo e professor que sempre está por perto quando preciso.

Cristiana Guimarães, pelas ótimas lembranças de nossas várias viagens pelo Vale no Jequitinhonha.

Meus pais e amigos Simão e Rejane, por me ensinarem o gosto pelas estradas; pelo amor, pelo apoio e pelo respeito incondicionais.

Meu querido irmão gêmeo Tadeu Lacerda que, acostumado, desde muito cedo, a compartilhar comigo as coisas da vida, agora compartilha, também, o interesse pelo Vale do Jequitinhonha.

Todas as pessoas que conheci no Vale do Jequitinhonha pelos momentos lá vividos: Avan de São Gonçalo; Rickson, D. Glória, François de Pedra Azul; Giovani do IEF de Jequitinhonha; Sérgio e Lydia Meirelles do Café Aranãs em Capelinha, Tadeu Oliveira de Capelinha; Carlos e D. Bastia de Angelândia.

A todas estas pessoas eu dedico este trabalho!

O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar para as estradas
olhando para a direita e para a esquerda,
e de vez em quando olhando para trás.
E o que vejo a cada momento
é aquilo que nunca antes eu tinha visto,
e eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
que tem uma criança se, ao nascer,
reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
para a eterna novidade do mundo.
(Fernando Pessoa e Alberto Caeiro
O Guardador de Rebanhos).

RESUMO

Este trabalho parte da premissa que o ato de viajar revela uma maneira única de os indivíduos verem e interagirem com o mundo. Dessa forma, o turismo proporciona a manifestação e o encontro dos olhares forasteiros com o olhar regional. A paisagem, através de suas dimensões estéticas, concretas e simbólicas, assume o papel de mediadora e sua compreensão permite que esses encontros sejam carregados de valores e significados. O hábito de observar nos torna mais próximos dos lugares, evita a indiferença e estimula a percepção das expressões da cultura e do meio ambiente. Assim, aprender a ver e a interpretar com consciência o que se vê é a primeira tarefa de um modelo de turismo que visa estabelecer uma relação com a paisagem. Nesse sentido, o despertar do sentido da paisagem tem como ponto de partida o conhecimento teórico sobre suas diferentes dimensões e culmina com a observação *in loco* desses elementos inseridos em determinado contexto ambiental. Este trabalho apresenta o resultado dessa leitura a partir de três percursos de viagem inseridos na bacia do rio Jequitinhonha. Conclui-se que esse método é capaz de fornecer os recursos necessários para a leitura da paisagem com vistas a aumentar não só o nível de atratividade do Vale do Jequitinhonha como também o nível de consciência das pessoas que o percorrem e tornando-as estimuladas e capazes de atribuir maior nível de respeito aos lugares visitados.

ABSTRACT

This paper assumes that travelling reveals an unique way each individual perceives and interacts with the world. Tourism, then, provides the manifestation and the encounter of foreign and local visions of the world we live. Landscape, through its esthetique, objective and simbolic dimensions is the mediator in this process and its comprehension allows these encounters to be filled with values and significance. The good habit and practice of observation brings us closer to perceiving the sites we visit, avoids indiference and stimulates our perception of cultural aspects and the environment itself. Thus, learning to see and conciously realize what we see is the main task of a touristic model that aims to establish a relationship with the landscape. In this direction, to awaken the sense of the landscape starts with the thoretical knowledge of its different dimensions and ends with the *in loco* experimentation of these elements which belong to the environmental context. This practice is presented in this essay with the results of three routes within the Jequitinhonha River valley. Conclusion is that this method is able to supply the needed resources for a Program of Environmental Interpretation aiming at enhancing the level of consciousness of the visitors, stimulate them and make them able to show more respect to the visited sites.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Tipologias de turistas, por Cohen

Quadro 2 - Bipolaridades nas relações globais-locais no turismo

Quadro 3 - O enfoque preservacionista para um futuro melhor para o turismo

Lista de Figuras

Figura 1 - Heterogeneidade na paisagem

Lista de Mapas

Mapa 1 – Localização da bacia do Jequitinhonha em Minas Gerais

Mapa 2 – Áreas de análise

Mapa 3 – Mapas temáticos área 1

Mapa 4 – Localização do percurso 1

Mapa 5 – Hipsometria da área 1

Mapa 6 – Perfil topográfico do percurso 1

Mapa 7 – Mapas temáticos área 2

Mapa 8 – Localização do percurso 2

Mapa 9 – Hipsometria da área 2

Mapa 10 – Perfil topográfico do percurso 2

Mapa 11 – Mapas temáticos área 3

Mapa 12 – Localização do percurso 3

Mapa 13 – Hipsometria da área 3

Mapa 14 – Perfil topográfico do percurso 3

Lista de Fotografias

Área 1 - Fotos 1 a 119

Área 2 - Fotos 1 a 73

Área 3 - Fotos 1 a 99

Síntese das paisagens – Fotos 1 a 65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: GENERALIDADES, RECORTE ESPACIAL E OBJETIVOS DO TRABALHO	9
1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	14
1.1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO	14
1.2. CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE FOCO LOCAL	23
2. PAISAGEM E TURISMO	29
2.1. A LEITURA DA PAISAGEM	29
2.1.1. A Paisagem Estética	29
2.1.2. A Paisagem Concreta	33
2.1.3. A Paisagem Simbólica	38
2.2. A PAISAGEM NO CONTEXTO DA INFORMAÇÃO	42
2.3. A INTERPRETAÇÃO E O POTENCIAL DA PAISAGEM NO TURISMO	46
3. A METODOLOGIA DE TRABALHO	50
3.1. AS UNIDADES DE PAISAGEM	50
3.2. ORIENTAÇÕES PARA LEITURA	51
3.2.1. Área 1: Serras do Espinhaço	54
3.2.2. Área 2: Chapadas dos Cafezais	86
3.2.3. Área 3: Pontões de Granito	111
3.3. A LEITURA SIMBÓLICA DAS PAISAGENS	143
3.3.1. O Valor Ambiental das Paisagens	143
3.3.2. O Valor Rural das Paisagens	145
3.3.3. O Valor Cultural das Paisagens	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
BIBLIOGRAFIA	168

INTRODUÇÃO: GENERALIDADES, RECORTE ESPACIAL E OBJETIVOS DO TRABALHO

Ir, todo mundo vai. Chegar, só chega quem se deixa atrair (Frei Cláudio Van Balen).

A dissertação ora apresentada surgiu e consolidou-se como parte integrante da linha de pesquisa *Desenvolvimento Turístico do Vale* do Jequitinhonha em Minas Gerais. Locada no Centro de Pesquisa-ação em Planejamento Turístico — CEPLANTUR, a linha de pesquisa funciona como ponto de convergência de estudos de pós-graduação em geografia e turismo — mestrado e doutorado — que adotam a bacia do rio Jequitinhonha como recorte espacial para o estudo. Duas dissertações de mestrado foram defendidas¹ em 2004 e duas teses de doutorado estão em andamento.

O Vale do Jequitinhonha corresponde a 14,5% do território de Minas Gerais e situa-se geograficamente no nordeste do estado. Limita-se, ao norte, com a bacia do Rio Pardo e com o estado da Bahia; a leste, ainda com a Bahia; a oeste, com a bacia do Rio São Francisco e, ao Sul, com as bacias dos rios Doce e Mucuri (mapa1).

A macrorregião do Jequitinhonha é identificada como a região mais pobre e sofrida do estado de Minas Gerais. Compõe-se de 56 municípios agrupados em três microrregiões somando uma área de cerca de 79 mil quilômetros quadrados e uma população de 900 mil habitantes.

¹ Cf. RIZZI, 2004; MACHADO, 2004.

Mapa 1
LOCALIZAÇÃO DA BACIA DO JEQUITINHONHA EM MINAS GERAIS



O que caracteriza o Vale é o caráter contrastante de sua realidade. De um lado, destaca-se sua riqueza representada pelas potencialidades do subsolo, promissor em recursos minerais, pelo mosaico de biomas em transição e pelo seu patrimônio histórico e cultural, referência para Minas Gerais e Brasil. A arte se manifesta em música, artesanato, culinária, folclore e religiosidade, mantendo vivas as tradições. Por outro lado, os municípios apresentam graves problemas de saúde, saneamento, educação e transporte. O meio ambiente vem sendo sistematicamente agredido, comprometendo gravemente seus recursos hídricos. É uma região climaticamente marcada pela acentuada sazonalidade, típica da faixa tropical brasileira, aqui agravada pela irregularidade pluvial da região semi-árida (GONTIJO, 2001).

O tratamento reservado às regiões carentes do Brasil sempre privilegiou o discurso da pobreza e do assistencialismo. Com isso, os governos não conseguiram estruturar programas eficientes capazes de levar as comunidades a romperem com o ciclo vicioso da

pobreza. É justamente pela persistência das dicotomias históricas e conseqüente cristalização da imagem da pobreza que se evidencia o contraste: o Vale do Jequitinhonha possui rica produção cultural e belezas naturais surpreendentes. Desenvolver estudos turísticos nessa região requer compromisso social na busca de alternativas econômicas para os problemas já conhecidos. Nas palavras de uma lavadeira de Itinga “O Vale não é miserável como todo mundo fala, mas um lugar muito rico, que não precisa de esmola. O que a gente daqui precisa é oportunidade e reconhecimento” (JORNAL HOJE EM DIA, maio, 2004).²

Com investimentos adequados, o Brasil deixaria de perceber o Vale do Jequitinhonha como um bolsão de miséria e passaria a enxergá-lo com novos olhos capazes de dialogar com a existência da pobreza, na medida em que cria um novo caminho com o objetivo de projetar novas imagens para o Vale do Jequitinhonha coerentes com o futuro desejado e possível.

Hoje o turismo apresenta-se como uma alternativa para contribuir com esse processo. A sociedade se pôs em movimento. As viagens tornaram-se uma das formas de expressão da sociedade moderna. Pessoas tornam-se turistas quando se deslocam pelo território e desencadeiam uma infinidade de interações de ordem cultural, econômica e ambiental. Dessa forma, todos os efeitos do turismo sobre o território o tornam objeto de estudo de diversas ciências atentas ao meio ambiente e à sociedade.

Nesse sentido, a paisagem, considerada como a parte visível de lugares e territórios, oferece um caminho particularmente rico para a contextualização dos percursos de viagem, uma vez que “[...] ela expressa um conjunto de formas físicas e culturais inter-relacionadas e interdependentes”, passíveis de observação por parte do visitante (SAUER, 1998). O hábito de observar nos torna mais próximos dos lugares, evita a indiferença e estimula a percepção das expressões da cultura e do meio ambiente. Esse é um exercício que a associação entre paisagem e turismo busca incentivar. O propósito de investigar as possibilidades de desenvolvimento do turismo no Vale do Jequitinhonha encontrou na paisagem o caminho de valorização da experiência do visitante ao mesmo tempo em que

² Publicação conjunta do Hoje em Dia e do Instituto Terrazul sobre o Vale do Jequitinhonha, maio de 2004.

este é levado a valorizar o objeto de interesse. O objetivo deste trabalho é, portanto, destacar elementos e processos passíveis de observação que permitam ao indivíduo uma imersão no contexto físico e social da área visitada, numa proposta de valorização dos lugares através da interpretação dos trajetos de viagem para o turismo.

Os resultados da pesquisa foram estruturados em quatro capítulos, que contemplam as etapas de construção do referencial teórico, desenvolvimento e discussão. Os capítulos um e dois apresentam a referência conceitual da pesquisa que corresponde às contribuições da antropologia, da geografia, da filosofia, da psicologia e da comunicação para a estruturação da proposta de desenvolvimento local baseado no potencial das paisagens no turismo. O capítulo três apresenta a metodologia de leitura aplicada a três unidades de paisagem morfológica dentro dos limites da bacia do rio Jequitinhonha: as serras, as chapadas e os pontões. Para cada uma das três áreas, definiram-se trechos de estrada denominados percursos, a partir dos quais procedeu-se à leitura da paisagem. O capítulo quatro discute os resultados e conclusões do estudo.

A metodologia aproxima-se da pesquisa qualitativa, uma vez que a leitura da paisagem proposta encontra seu foco no indivíduo que a percebe. Dessa forma, lida com o universo dos significados, valores e atitudes, o que corresponde a um contorno mais profundo das relações que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis.

A busca de informações coletadas em campo baseou-se na observação participante no momento em que a pesquisadora esteve em contato direto com as paisagens e com as pessoas em seus próprios contextos. Dessa forma, foi possível captar uma variedade de situações a partir da convivência espontânea com as pessoas do lugar.³

O trabalho de campo representou a possibilidade de aproximação com o objeto de estudo além de oportunizar a criação de um conhecimento, partindo da realidade vivenciada. As impressões da pesquisadora e os depoimentos presenciados foram registrados em diários

³ Todas as fotografias apresentadas neste trabalho foram tiradas pela autora durante as viagens de campo. Foram realizadas três viagens exploratórias durante o ano de 2003, cada uma com duração de oito dias e extensão de aproximadamente três mil quilômetros. No ano de 2004 foram realizadas mais três viagens com duração variada entre quatro e dez dias e foco direcionado aos três percursos trabalhados.

de campo no intuito de enriquecer análises e construir detalhes. Além disso, foram utilizados recursos fotográficos que registraram momentos e situações que ilustram as paisagens e seus componentes estéticos, concretos e simbólicos. Assim, os registros ora apresentados refletem a sensibilidade da autora como viajante por aquelas paisagens, que buscou retratar, através de sua experiência pessoal, as possibilidades de contemplação, interpretação e convivência com a realidade apresentada. As inquietações que nos levaram à realização da pesquisa surgiram do encontro entre o olhar forasteiro e o olhar local, aspecto que sempre instigou a pesquisadora durante sua formação como bacharel em turismo. A existência do desconhecido e o confronto com o que nos é estranho traz sentido à novidade. A mudança na rotina temporal e espacial proporcionada pelo turismo traz oportunidades de crescimento pessoal e enriquecimento cultural que contribuem para a eliminação de preconceitos a partir da convivência com o diferente. Esse foi o aspecto norteador nessa pesquisa exploratória que agrega elementos para a construção de um projeto de turismo mais humanizado e sustentável.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO

O estudo do fenômeno turístico vem crescendo nas últimas décadas e vem considerando um número cada vez maior de fatos e elementos, o que exige a busca de referenciais teóricos da maioria das ciências sociais (MOTA, 2001). Segundo Beni (1998), a verdade é que muitos pesquisadores vêm investigando e propondo as bases de categorização epistemológica do turismo, contribuindo para o estabelecimento de seus fundamentos enquanto uma área acadêmica. Alguns centros acadêmicos de investigação em turismo se firmaram, como a escola berlinense, reconhecida por abrigar estudos de caráter eminentemente econômico; a escola funcionalista, que compendiou, pela primeira vez, o conhecimento do turismo, apresentando as diversas correntes de pensamento teórico; a escola de Frankfurt, que faz a crítica teórica dos marxistas vendo o turismo circunscrito à relação de consumo; os estruturalistas da corrente do sistemismo; os fenomenologistas e os estudiosos do cotidiano.

Em um mundo cada vez mais complexo, a relação sociedade/território caracteriza-se pela circulação como um direito democrático. Os fluxos turísticos da atualidade refletem, em certa medida, a diluição de fronteiras políticas e econômicas a partir da lógica globalizante. A sociedade pôs-se em movimento. Viajar tornou-se um direito adquirido da sociedade. Trata-se, portanto, de uma problemática central da geografia e de todas as disciplinas preocupadas com a sociedade.

Ao abordar o turismo sob a ótica das ciências sociais, uma série de questões ganham relevância, como a relação entre turismo e cultura e entre turismo e desenvolvimento. A Organização Mundial do Turismo — OMT — prevê o crescimento contínuo para os fluxos turísticos mundiais, mas não aborda as implicações deste crescimento sobre as relações globais-locais. O turismo, como fenômeno coletivo de mobilidade dos indivíduos pelo

espaço, envolve um conjunto complexo de sistemas e implica transformações dos meios biofísico e sociocultural dos locais onde se implanta.

O processo de globalização faz com que o mundo em que vivemos seja cada vez mais “o mesmo”. As empresas turísticas que seguem uma estratégia global vêm-se frente a um conflito entre investir em “serviços feitos sob medida” para o consumidor e buscar a padronização desses serviços. A motivação para a globalização é poderosa, especialmente para empresas de turismo cujo produto baseia-se em uma diversidade geográfica em constante expansão. O processo de padronização que, segundo Burns (2002), é uma consequência quase inevitável das vastas cadeias de conexão, pode diluir o que há de mais precioso em um destino: sua especificidade construída a partir do caráter único dos lugares, o que inclui as pessoas e a cultura.

Segundo a definição de Tylor (1924), a cultura diz respeito à interação entre pessoas, por isso pode ser assimilada e passada adiante por uma gama de tradições orais e escritas e pode ser observada, tanto através das relações sociais quanto da produção de artefatos materiais. Ela consiste em padrões de comportamento, conhecimento e valores que são adquiridos e transmitidos entre as gerações. Portanto, nenhuma cultura permanece estática e inalterada ao longo do tempo. De modo geral, as mudanças internas e externas que influenciam as transferências culturais têm diversas raízes: a modernidade, por exemplo, propicia um intenso processo de empréstimos culturais devido, principalmente, aos meios de comunicação de massa. Historicamente nenhuma comunidade esteve imune ao contato externo. Para o historiador inglês Peter Burke (1997, p. 3), “a idéia de uma cultura pura, não contaminada por influências externas, é um mito”. Segundo ele, “para qualquer civilização, viver é ser capaz de dar, de receber, de emprestar” (BURKE, 1997, p. 3). Esse enfoque antropológico aborda o turismo enquanto fator de mudança social e, nesse sentido, o encontro entre “anfitrião” e “convidado” assume uma importância central.

Burns (2002) utiliza esses termos com sentido um tanto irônico e argumenta que o significado original de anfitriões recebendo hóspedes convidados em sua casa se perdeu pelo fato de as relações terem se tornado essencialmente comerciais. Nesse sentido, as interações interculturais variam, por exemplo, de acordo com o comportamento dos turistas. Um dos primeiros e mais conhecidos estudos analíticos sobre “tipos de turistas”

foi formulado por Erik Cohen (1974). Ele sugeriu que a chave para compreendermos o comportamento do turista prende-se ao fato de ele ser ou não “institucionalizado”.¹ A tipologia de Cohen frisa que diferentes tipos de turistas farão diferentes demandas sobre os locais de destino². Essa classificação nos oferece uma espécie de grade para compreendermos os possíveis impactos decorrentes do turismo sobre a sociedade e seu território.

Quadro 1

Tipologia de turistas, por Cohen

Turistas de massa organizados	Altamente dependente de uma “bolha ambiental” criada, suprida e mantida pela indústria internacional do turismo. Seu consumo é caracterizado por feriados com pacotes completos e recheados de atrações. A familiaridade domina; a novidade inexiste ou é altamente controlada.
Turistas de massa individuais	Esses usarão as facilidades institucionais do sistema turístico (vôos marcados, reservas centralizadas, transfers) para antecipar o máximo possível de suas necessidades antes de saírem de casa; talvez visitem os mesmos locais que os turistas de massa, mas seguem seus próprios interesses.
Exploradores	A expressão mais importante, aqui, é “ir aonde ninguém vai”. Costumam guiar-se apenas por um artigo sobre viagens em vez de escolherem seu destino através de uma brochura turística. Este tipo entrará na bolha de conforto se a situação mostrar-se difícil demais.
Alternativos	Este tipo de turista busca o ineditismo a todo custo, e até mesmo o desconforto e o perigo. Eles tentam evitar qualquer contato com os “turistas”. A novidade é seu objetivo total; seus padrões de gasto tendem a beneficiar os estabelecimentos periféricos, em vez de grandes companhias.

Fonte: BURNS, 2002.

As primeiras iniciativas de institucionalização de viagens surgiram em meados do século XIX, quando Thomas Cook³ introduziu o conceito de excursão organizada conhecida hoje

¹ Isto significa o grau em que as experiências de viagens são organizadas por intermediários dentro da “indústria do turismo”.

² Burns comenta que os indivíduos podem passar por um tipo de “ascensão na carreira de viajantes”, desenvolvendo uma gama de motivações enquanto “aprendem” a viajar e desenvolvem a capacidade para vivenciar suas viagens em vários níveis. Para maiores informações consultar: PEARCE, P.L. *The Ulysses factor: evaluating visitors in tourist settings*. New York: Springer Verlag, 1988.

³ O inglês Thomas Cook foi o criador do cupom de hotel, em 1867 (o embrião do sistema de *voucher* ou *reservas*). Em 1874 criou a *Circular Note*, mais tarde substituída pelo *Traveler's Check*, em 1891.

como pacote turístico. Naquela época, o surgimento das linhas de trem a vapor permitiu que uma grande massa da população tivesse acesso às viagens de férias e a organização de pacotes passou a ser uma atividade lucrativa. O fluxo concentrado de pessoas para um mesmo local em um mesmo momento permite que se forme um arranjo institucional suficientemente forte para dirigir o turista de forma a maximizar as oportunidades de consumo, portanto este modelo foi estimulado pela exaltação dos benefícios que o turismo proporcionava fundamentalmente no aspecto econômico.

Dessa forma massificada e indiferenciada o turismo acaba por reproduzir o consumo em que o principal produto de comercialização é o espaço. Tendo em vista que o turismo está entre as principais atividades econômicas da atualidade, torna-se essencial que seu estudo seja inserido no contexto da sociedade capitalista em que os visitantes são considerados consumidores.

A partir dessa lógica econômica o processo de criação de destinos turísticos resulta de ações específicas do governo, de operadoras e de investidores, desconsiderando interesses e características locais. No caso do Brasil, a falta de autonomia e força política dos residentes favorece o aparecimento de equipamentos turísticos na forma de enclaves isolados ou semi-isolados, fato que limita as oportunidades de distribuição de trabalho e de interação cultural.

Ainda no século XIX, o advento do lazer, a partir da institucionalização do tempo de trabalho e do tempo livre, possibilitou o surgimento de uma nova manifestação do ócio, antes visto apenas como descanso. O direito da livre disposição individual de optar entre diferentes atividades representa uma importante mola propulsora para o turismo. Segundo a classificação proposta por Joffre Dumazedier (1998), o turismo é capaz de envolver todas as áreas do lazer⁴ e ainda quebrar a rotina temporal e espacial, possibilitando uma nova

⁴ A classificação mais aceita de atividades de lazer é a de Joffre Dumazedier (1998) que, baseada no interesse cultural de cada atividade, distingue seis áreas fundamentais: atividades físicas nas quais prevalece o movimento ou o exercício físico; atividades manuais envolvendo a capacidade de manipulação, exploração e transformação da natureza; atividades artísticas em que o campo de domínio é o imaginário e a expressão artística; atividades intelectuais que busca o exercício do conhecimento e satisfação da curiosidade intelectual; atividades sociais cujo interesse está no contato com as pessoas e no convívio social; atividades turísticas motivadas pela quebra da rotina temporal e espacial.

forma de relação entre as pessoas e de apropriação do tempo. A necessidade crescente das pessoas de fugir do cotidiano gera grande demanda por viagens de férias, criando um modelo de simulacro do lugar ideal⁵, através da “paisagisação” do lugar.

Em contraponto a essa dimensão da “fuga” presente nas viagens de massa, a dimensão da “busca” aborda o turismo sob a perspectiva cultural aliada à oportunidade de conhecimento através da experiência direta. Assim, as viagens readquirem o sentido da manifestação do desejo de fazer descobertas e de aprender coisas novas, possibilitando o desenvolvimento pessoal e social, crítico e criativo. Este perfil de viajante não procura nos caminhos o reflexo da própria imagem ou a mera confirmação daquilo que já sabe: busca o novo, a emoção, a descoberta. Neste sentido, cada passo do caminho é o descortinar de uma diferente realidade: é justamente nas diferenças que se ampliam os horizontes da alma (ROCHA e LINSKER, 1997). O viajante se enriquece acumulando experiências: enche os olhos com as paisagens e aquece sua experiência com o *modus vivendi* local dos seus habitantes.

As viagens de descoberta fogem da “ordem social” do turismo de massa institucionalizado descrita por Krippendorf (2000), em que indivíduos participam de viagens de férias imaginando que o fazem de livre arbítrio, mas a aparência é de quem obedece a uma ordem. O tempo livre e as férias transformaram-se na “indústria do sonho”. Turistas convencionais optam por visitar lugares que atendam a uma expectativa artificial por um “outro exótico” e pelo paraíso, especialmente construída e mantida por uma variedade de práticas não apenas ligadas ao turismo, mas ao cinema, à televisão, à literatura, às revistas, aos discos e aos vídeos. Em nome dessa expectativa fantasiosa,

⁵ Ao longo do tempo, o homem tem procurado pelo meio ambiente ideal. A sua descrição tem variado de cultura para cultura, mas, em essência, parece conter duas imagens fundamentais, segundo Tuan (1980): o jardim da inocência — a selva — e o cosmos organizado — o paraíso. O meio ambiente construído — a aldeia, a vila, a cidade — à medida que se estruturava tornava-se a imagem do cosmo/paraíso, “lugar de delícias”, que viabilizava a existência humana, contrapondo-se à selva bruta, habitat do desconhecido, das feras e do caos. Atualmente, devido à revolução urbana, inverteram-se esses conceitos: as grandes cidades modernas não mais oferecem proteção, tornaram-se “selvagens”, representando a antítese da ordem, a ruptura e a corrupção dos ritmos naturais, originando, muitas vezes, um desejo de retorno à ordem ecológica do Paraíso (SOLANO, 2000).

[...] as pessoas alinham-se em filas de carro ou deixam-se despachar, como se fossem cargas, em ônibus, aviões ou trens. Amontoam-se em praias que se tornaram muito pequenas. Fazem fila diante de lojas e restaurantes, ski-lifts e teleféricos, assim como diante de pontos turísticos, que já demonstram o desgaste provocado por todos esses olhares. [...] Trabalhamos sobretudo para poder sair de férias (KRIPPENDORF, 2000, p. 13).

Como consequência desse comportamento, os habitantes das regiões visitadas começam a sentir também um certo rancor em relação aos efeitos negativos da chegada das massas turísticas. Essas populações têm cada vez mais a impressão de que são invadidas por esse “desenvolvimento” e, ao mesmo tempo, dele excluídas. Segundo o autor, a fuga das cidades não resulta da “maquinação de exploradores e aproveitadores capitalistas”. É apenas um outro aspecto do desenvolvimento da nossa sociedade industrial que, aos olhos do autor, nos propiciou uma série de benefícios aos quais não gostaríamos de renunciar. “Crítico o sistema é muito fácil, quando nos encontramos sob a proteção segura das vitórias obtidas outrora”, completa (KRIPPENDORF, 2000, p. 20). Contudo, quando o “desenvolvimento” começa a trazer mais inconveniências do que vantagens ao indivíduo e à sociedade, é bom que se iniciem as críticas e, em particular, as reflexões.

O espaço turístico é sobretudo um espaço político onde se revelam interesses individuais e coletivos mascarados sob um mesmo discurso de desenvolvimento. Pode-se dizer que a máxima de que “o turismo traz desenvolvimento” já foi questionada por inúmeros estudiosos e cada vez mais se torna necessária a reflexão: desenvolvimento para quem?

Segundo Leandro Lemos (2001), a relação entre turismo e desenvolvimento gera um mito que impede o avanço de reflexões mais profundas. A Organização das Nações Unidas utiliza diversos indicadores para classificar os países segundo o grau de desenvolvimento, como índice de mortalidade infantil, esperança de vida média, grau de dependência econômica externa, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização, de instrução e condições sanitárias. Inúmeros são os obstáculos ao desenvolvimento, e a probabilidade de a atividade turística reorganizar todas as variáveis envolvidas e equacioná-las no país é pequena.

Para Burns (2002), existem tensões e contradições em discursos sobre turismo que evidenciam a bipolaridade apontada por Levi-Strauss⁶, como “dualismos simbólicos” expressos nas relações globais-locais no turismo conforme o quadro a seguir:

Quadro 2
Bipolaridades nas relações globais-locais do turismo

Foco Global	Foco Local
expansão econômica	desenvolvimento humano sustentável
turismo como indústria	turismo como sistema
turismo como consumismo	turismo na cultura / cultura no turismo
globalização	localização
centro	periferia
modernização	Subdesenvolvimento
visa maximizar a difusão do mercado através da “familiaridade” do produto; produto homogeneizado e indiferenciado, dependente do centro; foco sobre objetivos do turismo, definidos por planejadores externos e pela indústria do turismo	visa ao destino independente e diferenciado com menos dependência do centro; foco sobre objetivos de desenvolvimento definidos pela comunidade; papel das instituições sociais locais
individualista	holístico

Fonte: BURNS, 2002.

As estatísticas sobre turismo no Brasil mostram cifras em constante crescimento. É cada vez maior o número de pessoas que viaja, bem como o volume de dinheiro que circula em função do turismo. Reportagens sobre economia e turismo ressaltam o aumento da chegada de turistas internacionais no Brasil e colocam esta atividade como a terceira maior fonte de dólares para o país. Ao investigar o modelo de desenvolvimento turístico que está por trás desse crescimento, encontram-se investimentos internacionais e de grupos de empresários que reproduzem o modelo centralizado de turismo que já demonstra sinais evidentes de desgaste. É necessária uma solução tanto para o bem-estar do mercado turístico quanto

⁶ LÉVI-STRAUSS, C. *Structural anthropology*. New York: Basic Books, 1963.

para o bem das comunidades anfitriãs. Plog⁷ (1994) propõe uma abordagem idealista para a formação de novas parcerias globais-locais, que, ao menos, reconheça a existência de um problema conforme o quadro a seguir:

Quadro 3

O enfoque preservacionista para um futuro melhor para o turismo

PROTEGER	O que é natural e belo para benefício dos “nativos” e turistas.
REDUZIR	A densidade – não superlotar uma área com demasiados hotéis, lojas, etc.
MELHORAR	A sensação de isolamento e privacidade, para preservar o “clima” da área e a psicologia que os visitantes desejam, isto é, um retiro e uma fuga das preocupações do mundo.
BUSCAR	A qualidade o tempo todo, uma vez que isso incentiva a permanência dos turistas, faz com que voltem repetidas vezes e garante uma vida mais longa pára a área.
SALIENTAR	A diversidade – quanto mais atividades estiverem disponíveis, maior a probabilidade de que cada visitante encontre algo de interesse, a cada dia.
RESTAURAR	O natural e o histórico, reter o senso de patrimônio, continuidade e comunidade.
VALORIZAR	A cultura local e tradições para proteger as populações locais, seu patrimônio e cultura.
INSTITUIR	Limites para alturas de construções para proteger paisagens e outros cenários.
NEGOCIAR	Para que áreas abertas ofereçam “pulmões verdes” que melhorem cada projeto.
OBTER	A aceitação da comunidade, de modo que as populações locais sejam aquelas a se beneficiarem mais do turismo, em parceria com empreendimentos comerciais.

Fonte: Adaptado de PLOG (1994, p. 52-53), citado por BURNS (2002).

O dualismo nos modelos de desenvolvimento do turismo se manifesta nas constantes contradições entre tradição e inovação, autenticidade e sofisticação. Burns (2002) alerta para a necessidade de elaborar uma visão crítica sobre os problemas do desenvolvimento. É preciso se distanciar da realidade de análise, para descrever sumariamente como esse processo supostamente ocorre.

Hobart utiliza a palavra desenvolvimento para descrever a dinâmica resultante de processos de transformação, “[...] efetivamente um sinônimo para a mudança social e

⁷ PLOG, S. *Leisure travel: an extraordinary industry faces superordinary problems*. [s.L.]: [s.n.], 1994.

econômica mais ou menos planejada” (HOBART⁸, *apud* BURNS, 2002, p. 163). Para Adams, o desenvolvimento deveria ser o que as comunidades humanas fazem a si mesmas, mas “[...] na prática global é o que os estados e seus agentes fazem a essas comunidades em nome da modernidade, integração nacional, crescimento econômico e outros chavões” (ADAMS⁹, *apud* BURNS, 2002, p. 163).

Todaro¹⁰, citado por Burns (2002), argumenta que o desenvolvimento precisa ser impulsionado pelos sistemas sociais gerais e pela dinâmica cultural de um país. Isso significa a adoção de uma visão holística do desenvolvimento e não uma ótica baseada apenas no aumento econômico medido, por exemplo, pela conquista das metas de crescimento (tais como o PIB) não ligadas a algum tipo de distribuição igualitária de resultados. O termo holismo é bastante central nos pensamentos de Todaro e significa uma visão integrada da realidade como sistema, em vez de considerar suas partes isoladas umas das outras.

Um enfoque sistêmico no turismo infere que o fenômeno cria-se a si mesmo na interação das partes resultantes da ação sociocultural em contextos diferenciados. Essa abordagem do estudo turístico requer um esforço social complexo, e é obtida pelo trabalho de muitos investigadores em uma interação complexa, uma vez que envolve toda a densidade dos estudos sociais e ambientais, um enfoque apropriado para o estudo do turismo e do desenvolvimento.

⁸ HOBART, M. *An anthropological critique of development: the ignorance of Growth*. London: Routledge, 1993.

⁹ ADAMS, W. M. *Green development: environment and sustainability in the thrid world*. London: Routledge, 1990.

¹⁰ TODARO, M. *Economics for a developing world*. Harlow: Longman, 1982.

1.2. CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE FOCO LOCAL

O turismo é um fenômeno essencialmente espacial, sendo assim, seu estudo vincula-se à ciência geográfica. A partir da perspectiva espacial, compreendemos melhor não só a dinâmica dos sistemas políticos, econômicos e sociais, como o meio físico onde eles se instalam. Para Armando Correia da Silva (1978), o espaço dos filósofos da modernidade, a começar por Descartes, no século XVII, é definido a partir do todo, como um *a priori*, implicando a existência de “uma coisa em si”. O espaço é a totalidade do mundo e nele estão inseridas as demais categorias geográficas.

Posto o problema do desenvolvimento e considerando que o planejamento turístico — foco local — requer propostas coerentes com o contexto espacial, apresenta-se, a seguir, uma breve consideração sobre os conceitos de território, lugar e paisagem e uma articulação de seus respectivos recortes espaciais.

A palavra território deriva-se do termo latino *territorium* e faz referência à “terra”. O termo em latim se constrói pela adição do fixo *torium*, que designa o lugar de um substantivo qualquer. Assim, o território pode ser definido como o “lugar da terra”. A idéia se completa ao considerar a terra como provedora dos recursos necessários para que uma sociedade se desenvolva, portanto o território passa a representar uma porção do espaço a ser ocupada e defendida. Essa interpretação surge com a escola alemã representada por Ratzel, que associa o território à idéia de “espaço vital”¹¹ e destaca as relações políticas por refletirem o domínio e o poder de determinados grupos sociais. Na segunda metade do século XIX, a geografia política, que já trabalhava o conceito de “estado-nação”, colocava que o Estado representa o poder geopolítico configurado em um território com limites bem demarcados, e a nação representa o lugar, a identidade, a cultura, a ideologia.

¹¹ O espaço vital representa uma relação entre recursos de uma dada área e uma sociedade que a habita. É o espaço no qual o indivíduo ou um grupo de indivíduos se movimenta ao longo da sua vida ou durante um período determinado, constituindo uma área necessária à sua reprodução e, portanto, um território que deve ser defendido contra eventuais invasores (MACHADO, 1997).

A partir da década de 1970, entende-se que a globalização fragmenta o território devido aos diversos conflitos que surgem em função do confronto de identidades culturais e subculturais. Sob essa perspectiva, o território adquire fronteiras móveis, uma vez que as relações culturais ultrapassam os limites físicos do “estado-nação”. A internacionalização da economia cria uma intensa reestruturação do espaço mundial em que vários territórios se fundem enquanto outros se desintegram simultaneamente (MACHADO, 1997). Considerando que o conhecimento moderno e contemporâneo relacionado à visão liberal do mundo é fragmentado por definição, a importância que o território assume para a geografia repousa em seu significado concreto: sua organização reflete o processo de apropriação de recursos e espaços por parte de grupos sociais, portanto sua análise envolve não apenas o aspecto físico ou material, mas também tudo que uma sociedade pode considerar como ideal, incluindo o código de valores que rege comportamentos individuais ou de instituições que convivem em um mesmo espaço. Edward Soja¹², citado por Mônica Machado (1997), acrescenta que a territorialidade afeta o comportamento humano em todos os níveis da atividade social e que sua noção é construída a partir da idéia ocidental de propriedade privada.

Sob outra perspectiva define-se o conceito de lugar. O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire significado afetivo, onde o homem se reconhece e sente-se protegido pelas experiências coletivas compartilhadas. A identidade do lugar se define a partir da cultura, das relações e dos sentimentos dos homens.

O lugar é entendido como um espelho do universo imaginário de sua gente, portanto o fato de os territórios se ampliarem além da fronteira física dos países cria uma tendência de sobreposição em que as relações de poder se impõem às relações afetivas. Cria-se, portanto, a necessidade de diferenciar o que é regional e o que é universal, pois, segundo Norberg-Schulz,

Um dos fatores fundamentais a respeito do espaço é o caráter individual dos lugares; individual usa-se aqui para identificar lugares não apenas diferenciados, mas lugares que manifestam caracteres específicos. Em um

¹² SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

lugar, o homem sente-se protegido pelo ambiente circundante, em outro, sente-se ameaçado. Alguns lugares oferecem uma perfeita adaptação para o assentamento humano; outros se mostram como centro de um cosmo bem definido. Em certos lugares existem elementos naturais de forma e função bem determinados, tais como pedras pontiagudas, grutas e nascentes. Todas essas propriedades põem em manifesto uma ordem natural e estimulam determinado tipo de relação entre o homem e seu ambiente (NORBERG-SCHULZ, *apud* SOLANO, 2000, p.50).

Para o turismo, a compreensão do espaço sob a dimensão simbólica e afetiva é fundamental uma vez que os destinos possuem sua própria “alma”, e recomenda-se o máximo de respeito ao lidar com esta intimidade.

É nesse sentido que a paisagem torna-se importante instrumento de estudo: ela é a expressão do espaço onde repousam lugares e territórios, por isso suas possibilidades de leitura vão além das impressões imediatas e permitem ricas interpretações. Assim como o espaço, a paisagem está em constante atualização e compõe-se do visível e do não-visível.

Para Raul Schier (2003) a paisagem está intimamente ligada à idéia de que as formas visíveis são representações de discursos e pensamentos, existindo, portanto, uma coerência entre o que é visível e os processos sociais e ambientais presentes no espaço. As concepções modernas de paisagem têm incorporado novas abordagens, tentando conciliar interesses sociais e ecológicos numa perspectiva sustentável, modificando, assim, antigas visões utilitaristas e descritivas do conceito de paisagem. Hoje a “[...] paisagem deve ser encarada não apenas como um objeto de estudo refletido e interpretado intelectualmente, mas como uma forma de vivência na sua plena positividade do cotidiano das pessoas” (SCHIER, 2003, p. 85). A paisagem representa a inserção do homem no mundo. Na obra de Augustin Berque, a paisagem se apresenta como a manifestação de uma etapa histórica, e o homem como um ser dotado de sensibilidade estética e simbólica contextualizando objetos inseridos em uma “pays-age”.¹³

¹³ Para a escola francesa, o termo *pays* refere-se ao conceito de território a partir dos reflexos das forças dominantes na organização, uso e repartição do solo/terra.

O progresso nos conhecimentos advindos do estudo da paisagem introduz a questão das representações sociais da natureza. Segundo Augustin Berque¹⁴, citado por Ulpiano Meneses (2002, p. 29), “[...] os lugares tornam-se únicos porque as sociedades organizam seu ambiente em função da interpretação que dele fazem”. Nesse sentido, Yves Lunginbuhl (1996) argumenta que a valorização da paisagem deve se aproximar das preocupações das populações locais para que não seja ordinária e vazia de significado. Nesse ponto de vista, um dos precursores dessa questão é Bernard Lassus, sem dúvida, um dos primeiros a se curvar para as relações poéticas entre a natureza e o homem, produtora de paisagens particulares. Para esse autor o valor de uma paisagem está em

Compreender como uma sociedade local representa para si a paisagem do território onde ela vive e que ela transforma; como estruturam essas representações e quais são as apostas subjacentes aos conflitos existentes entre os diversos grupos desta sociedade (LASSUS, [s.d.], [s.p.], tradução da autora).¹⁵

Considerando homem e paisagem como indissociáveis, podemos afirmar que a paisagem tem história, que ela pode ser objeto de conhecimento e, portanto, pode ser narrada.

Essas questões são consideradas centrais e norteadoras para a inserção do turismo no Vale do Jequitinhonha: a paisagem traz as marcas do passado e infere a sustentabilidade das interferências do homem no meio. Nesse sentido, sua compreensão, associada aos conceitos de espaço, território e lugar, orienta o planejamento na medida em que resgata o passado através da consciência do presente e direciona a atenção para as ações futuras. A questão do que “está por vir” é central em todo planejamento e não seria diferente com o turismo.

¹⁴ BERQUE, Augustin. *Raisons du paysage: de la Chine antique aux environnements de synthèse*. Paris: Hazan, 1995.

¹⁵ Comprendre comment une société locale se représente le paysage du territoire où elle vit et qu'elle transforme, comment ces représentations se structurent sur la base de quelle référence, quels sont les enjeux sous-jacents des conflits existant entre les divers groupes de cette société.

Na busca de um fio condutor para nortear a proposta do planejamento turístico para o Vale do Jequitinhonha, em que a paisagem ocupe um lugar de destaque, encontramos na prospectiva territorial de Aliete Delamarre (2002) o ponto de partida.

Essa prospectiva considera que o futuro não está escrito, ele é construído, portanto possui um enfoque mais político que técnico. Distingue-se do planejamento porque não pré-determina: simplesmente esclarece cenários exploratórios e avança em direção às transformações desejadas contribuindo para a tomada de decisão. A particularidade dos lugares, e dos territórios nele inseridos, torna-se uma dificuldade, notadamente devido à pluralidade de atores que entram em cena, à multiplicidade de níveis de competência que se confrontam e à diversidade de pontos de vista. Contudo, essa é também a sua riqueza, porque, no coração da perspectiva territorial, está o território e toda sua complexidade.

Uma das finalidades da perspectiva territorial é a criação de uma “inteligência coletiva”, que aposta no movimento da sociedade local, envolvendo todos os poderes em busca de um desenvolvimento coletivo e integrado. Segundo Delamarre (2002), ela permite uma maior lucidez da situação do território e das manobras possíveis em relação ao futuro esperado. Nos oferece a possibilidade de posicionar o território de maneira estratégica em relação ao panorama ambiental para então determinar o futuro desejável e possível que permite a elaboração de estratégias coerentes com as competências locais.

Como um sistema vivo, o território não está fechado nele mesmo; é um sistema aberto no qual as articulações são múltiplas, por isso incita o envolvimento de diferentes competências públicas e privadas. Encontramos na visão de Aziz Ab’Saber (2003) a conexão necessária entre paisagem e território. Para o autor, o território de atuação das comunidades é herança de processos fisiográficos e biológicos. Portanto, todos que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza atingem a idéia de que paisagem é uma herança que se torna patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram. Além dos espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis.

A tomada de consciência sobre a “responsabilidade” é um objetivo da prospectiva territorial de Delamarre (2002). Nesse sentido, ela comporta uma dimensão educativa de aperfeiçoamento e adequação. Esse aspecto cognitivo e pedagógico cria, pouco a pouco,

uma consciência comum e um estado de espírito coletivo em que a finalidade não é o consenso de idéias, mas a possibilidade de expressão. De certa forma, esse processo implica mudança cultural através da revolução das mentalidades rumo à “inteligência coletiva”, sem dúvida um caminho longo e difícil, mas que muito contribui com o planejamento de foco local no qual se insere o turismo como um dos caminhos possíveis para o desenvolvimento. Nas palavras da autora “[...] é um caminho longo e difícil, uma aventura: mas também um caminho um tanto quanto importante — e até mais que isso, diriam alguns — o objetivo” (DELAMARRE, 2002, p. 59, tradução da autora).¹⁶

¹⁶ C’est un chemin long et difficile, une aventure: mais ici, le chemin importe autant — davantage diront certains — que le but.

2. PAISAGEM E TURISMO

2.1. A LEITURA DA PAISAGEM

Até este ponto priorizamos a articulação de conceitos antropológicos e geográficos para a construção das bases ideológicas sobre as quais se estrutura a proposta de turismo para o Vale do Jequitinhonha: um modelo de foco local a partir da prospectiva territorial. A paisagem, compreendida como a parte visível de lugares e territórios, será o fio condutor para o desenrolar da próxima etapa do trabalho e será abordada a partir de suas características estéticas, concretas e simbólicas.

2.1.1. A Paisagem Estética

O belo é o esplendor da verdade (Platão).

A paisagem, do ponto de vista estético, foge daquela puramente “bela” e profana que é transformada em cenário. O que se propõe não é a apreciação romântica nem a postura crítica que julga o mundo natural pela sua aparência, a partir de algum critério formal de beleza. Para Solano (2000) a paisagem fascina pela sua relação com o estudo dos lugares. O que nos motiva é a possibilidade de troca, de conhecimento a partir da incorporação da cultura do outro e da compreensão da estrutura subjetiva das coisas — o sentimento, a personalidade ou caráter intrínseco ao lugar e sua atuação sobre os indivíduos (SOLANO, 2000).

O campo da filosofia da estética sempre esteve ligado ao estudo racional *do belo* e o sentimento que suscita nos homens (ARANHA, 1986). Assim, tradicionalmente, mesmo em filosofia, a estética aparece ligada à noção de beleza. É exatamente por causa dessa ligação que a arte passa a ocupar um lugar privilegiado na reflexão estética, pois, durante muito tempo, ela foi considerada como tendo por função primordial exprimir a beleza de modo sensível.

Para o autor João José Cochofel (1958), o termo *belo* relaciona-se à nossa faculdade de sentir e compreender aquilo que nos desperta emoções. Segundo o autor, se, diante de um quadro, ao escutarmos um trecho musical, quando lemos um livro ou nos alheamos na contemplação de uma paisagem, acrescentamos algo de novo, de inesperado, de estimulante, à nossa experiência de vida, se descobrirmos no nosso íntimo que vieram alargar ao mesmo tempo as nossas faculdades de sentir e compreender, é à palavra *belo* que recorreremos para classificar o objeto que de tão singular maneira se impôs à nossa atenção (COCHOFEL, 1958).

Nesse sentido, a filosofia da natureza de Roger Caillois¹ (1913-1978) defende que a natureza seria a única e verdadeira fonte de “emoções estéticas” capaz de trazer “o novo” e “o estimulante” à nossa experiência de vida. O filósofo afirma que as aparências naturais constituem a única origem concebível de beleza. Ensaísta, escritor de talento ele desenvolveu sua teoria meditando sobre a arte deixando-se inspirar pela contemplação das pedras. Segundo o autor, a aparência visível dos fenômenos submetidos às leis da natureza, longe de nos deixar indiferentes, desperta-nos uma emoção estética que pode ser explicada devido ao fato de o homem possuir uma ligação visceral com a natureza e, em momento algum, opor-se a ela. Nas palavras do autor:

[...] ele próprio é natureza; as leis físicas e biológicas que governam o universo penetram no homem, atravessam-no, organizam-no; ele coincide com elas ou pelo menos não se pode separar delas, e essas leis são geradoras de beleza (CALLOIS, *apud* RIBON, 1991, p. 48).

¹ O nome de Roger Caillois está associado às grandes aventuras da pesquisa contemporânea (estética literária, sociológica, etnológica) ligada à decodificação do real. De 1932 a 1935, Caillois participa do movimento surrealista e funda, em 1952, a revista *Diogène*, dedicada às ciências diagonais (RIBON, 1991, p. 49).

Para Callois, citado por Ribon (1991), existe uma harmonia preestabelecida entre o gosto do homem e as produções da natureza, pois esse gosto — isto é, os princípios que governam nossa sensibilidade e nosso juízo estético — é originariamente uma determinação da natureza.

Contraopondo a essa visão da beleza natural, Dufrenne (1972, p. 71) atribui à estética da natureza uma abordagem cultural através da afirmação de que “[...] a natureza só é vista esteticamente porque é vista culturalmente”. Nesse sentido, é necessário que o objeto se preste a essa estetização, pois “[...] o objeto só é objeto estético para e por uma consciência” (DUFRENNE, 1972, p. 61).

Ao considerar o aspecto cultural, a definição de estética extrapola o conceito de beleza. Atualmente, a definição de estética como a ciência do belo está superada entre a maioria dos estetas, e as razões para isso estão no fato de o belo não ser fato objetivo, positivamente discernível e capaz de dar consistência e solidez ao seu estudo.

Desde muito, o “relativismo estético” de Dufrenne fez observar que o que é declarado belo por determinado sujeito ou grupo social pode não ser por outro sujeito ou grupo. Etienne Souriau (1970) completa com a constatação de que a beleza é simplesmente um epíteto², cujo emprego não está submetido a nenhuma regra formulada.

Além disso, Souriau (1970) alerta que o belo não é absolutamente o único epíteto que possa caracterizar esteticamente um objeto. Desde o Romantismo o *sublime* e o *belo* foram considerados como categorias estéticas igualmente válidas e concorrentes; da mesma forma, nessa época, se enumeraram muitos outros valores estéticos igualmente consideráveis: trágico, dramático, bonito, gracioso, severo, ameno, harmonioso e assim por diante. As categorias estéticas são intermináveis, podendo ser computadas “[...] tantas unidades quantas forem as obras de arte, cada uma procurando um valor ou sabor absolutamente original” (SOURIAU, 1970, p. 29).

² Epíteto: palavra ou frase que qualifica uma pessoa ou coisa.

Etimologicamente, a palavra estética vem do grego *aisthesis* com o significado de “faculdade de sentir”, “compreensão pelos sentidos”, “percepção totalizante”. Nesse sentido, Max Bense (1971) introduz novos conceitos, como “objeto estético”, “sujeito estético” e “sensação estética”.

Ele considera a estética objetiva — ou o objeto estético — como a fonte e a emissora das sensações, e o “sujeito estético” o produtor da “sensação estética”, o contemplador. A constatação e descrição da estética objetiva é a fixação de relacionamento com o mundo através da percepção (BENSE, 1971, p. 50). O autor entende a atribuição do valor estético como uma relação criativa com o mundo. A partir daí, a relação que se estabelece entre o mundo e a consciência, ou entre “material” e a “normatização criativa” é uma relação comunicativa.

Ver e pensar são processos intimamente relacionados. Em inglês “eu vejo” significa “eu entendo”. Para Yi Fu Tuan (1980), há muito tempo que já não se considera a visão apenas um simples registro do estímulo da luz; ela é um processo seletivo e criativo em que estímulos ambientais fornecem sinais significativos aos nossos sentidos.

Assim sendo, nenhuma relação consciência/mundo é imediata. A consciência age e o mundo é elaborado. Entre mundo e consciência interpõem-se os “meios” da ação e da elaboração, pois mundo material algum entra, como tal, na agitação da consciência: tem que ser “mediado” (BENSE, 1971, p. 50). O *medium* mais elementar, imediato e geral da mediação entre mundo e consciência é o sistema de “signos”, que é possível interpretar como um sistema conscientizado de sinais que partem do mundo.

Se a fixação de “estados estéticos” é ao mesmo tempo a fixação de uma relação com o mundo, segue que ela depende dos sistemas comunicativos e criativos de sinal e signo, que atuam entre mundo e consciência (BENSE, 1971, p. 51).

Dufrenne (1972, p. 76) afirma que “[...] uma coisa bela não contém bem algum senão ela mesma em sua totalidade”. Ela nos oferece sua própria existência, desta forma “[...] a beleza é como um espelho que nos devolve nosso próprio desejo do bem” (DUFRENNE, 1972, p. 76).

Descobrir a essência é descobrir o que não está disponível. Para Cássio Hissa (2002), aparência e essência são indivisíveis, pois o imediato (a forma) e a essência são partes do ser e anunciam diferentes possibilidades de leitura.

2.1.2. A Paisagem Concreta

Há de se aprender do rio o ritmo
 ao buscar o sal, seu curso não desfaz
 paisagem, mas se refaz em paisagem.
 Percorrendo o exato limite das montanhas
 e planícies, o rio cumpre sua rota
 original esculpida pelo tempo,
 pacientemente (Bartolomeu Campos de
 Queiroz).

A paisagem concreta está fundamentada no conhecimento objetivo, fruto da observação imparcial, independentemente das preferências individuais. O que torna um conhecimento objetivo é o fato de ele poder ser comprovado racionalmente por outras pessoas.

A abordagem objetiva da paisagem busca identificar seus componentes estruturadores, portanto aproxima-se das ciências naturais. Compreender os aspectos físicos de uma paisagem requer o reconhecimento, em diferentes escalas, dos elementos do estrato geográfico que, por sua vez, é extremamente diferenciado.

Estrato geográfico é o que Grigoryev³, citado por Jurandyr Ross (1991), identificou como a faixa terrestre onde é possível viver biologicamente. Essa faixa configura-se como

[...] o conjunto de componentes do ambiente natural em seus três estados (sólido, líquido e gasoso), que compreende a crosta terrestre e marinha, a

³ GRIGORYEV, A. A. *The theoretical fundamentals of modern physical geography*. Moscou: [s.n.], 1968.

hidrosfera, os solos, a cobertura vegetal, o reino animal e a baixa atmosfera (troposfera e parte da estratosfera) (GRIGORYEV, *apud* ROSS, 1991, p. 10).

Ross (1991) esclarece que graças a este ambiente de intensa troca de energia e matéria que surgiu a vida animal e vegetal, e foi possível a evolução do homem como ser animal e social. A extensão ambiental do estrato geográfico é definida por dois limites bastante rígidos: o “teto”, ou a estratosfera, e o “pisso” também chamado de crosta terrestre ou litosfera.

As diferenciações naturais encontradas na paisagem são comandadas por duas fontes energéticas de atuação oposta. Enquanto uma atua de dentro para fora, criando formas estruturais no relevo da superfície da terra, a outra age de fora para dentro esculpindo lentamente as superfícies estruturais produzidas pelas forças internas (ROSS, 1991).

A força externa é comandada pela energia solar e atua através da camada gasosa, da temperatura do ar, da ação da água em seus três estados físicos e dos ventos, produzindo o desgaste erosivo. A força interna é determinada pelo calor e pressão do núcleo e manto terrestre.

Dessa forma, o relevo é produto do antagonismo de forças: estrutura de um lado e a escultura do outro. Nesse contexto de constantes modificações espaciais e temporais, os componentes do estrato geográfico se alteram ora com mais vigor, ora com mais serenidade, determinando o clima, a fisionomia do relevo, a cobertura vegetal, a evolução dos tipos de solo, o ciclo das águas e a repartição dos seres vivos por sobre a superfície da Terra. Como a energia solar não atua de forma uniforme na superfície terrestre, e como a crosta terrestre também não se constitui em um único tipo de litologia e de arranjo estrutural de falhas, dobras e descontinuidades, a gama de fisionomias ou de ambientes naturais é muito numerosa, acabando por determinar um número infinito de Unidades de Paisagem. Ao acrescentar-se a isso os arranjos territoriais feitos pela atuação do homem, essas unidades se ampliam infinitamente.

As Unidades de Paisagem se diferenciam pela interação dos componentes do estrato geográfico ou por apenas um dos componentes, como o arranjo estrutural e tipo de

litologia. No entanto, quando há variações na litologia, por exemplo, certamente observam-se diferenças na forma do relevo, na tipologia dos solos, na composição florística da cobertura vegetal, que interfere no clima, que interfere na distribuição da fauna e de microorganismos e, assim, sucessivamente para os demais componentes.

A necessidade de compreensão das “mudanças globais” advindas do impacto e da atividade humana sobre o meio ambiente encontrou na paisagem uma importante aliada. Ela tem sido utilizada para a construção de modelos que poderão auxiliar os pesquisadores na compreensão das complexas interações dos sistemas espaciais. A afirmação da paisagem no contexto científico, associada ao vertiginoso avanço da informática, propicia o desenvolvimento e refinamento de poderosos conjuntos instrumentais de geoprocessamento voltados para o mapeamento, análise e representação de fatos relacionados à terra e à vida (SOARES FILHO, 1998).

A vertente do estudo da paisagem que a considera uma unidade distinta e mensurável tem, na “Ecologia da Paisagem”, sua maior expressão. Esse termo foi introduzido, pela primeira vez, em 1938 pelo geógrafo Carl Troll⁴, que conclamou geógrafos e ecologistas a trabalharem em estreita colaboração, visando à fundação de uma nova “ecociência”, que teria o objetivo de unificar os princípios da vida e da terra. Para Troll, os termos ecologia da paisagem e geoecologia têm, em sentido amplo, o mesmo significado: “a atuação e interação simultânea da atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera”. É por isso que Troll afirma que toda biocenose está vinculada a condições ambientais bem características que dão origem a um tipo de paisagem (TROLL, *apud* SOARES FILHO, 1998). A ilustração abaixo representa elementos de heterogeneidade vertical dos componentes da paisagem conforme sistema de classificação proposto por Zonneveld⁵, citado por Britaldo Soares Filho (1998).

⁴ TROLL, C. Lufbildplan and ökologische Bodenforschung. *Z. Ges. Erdkunde*, Berlin, v. 241, n. 98, 1939.

⁵ ZONNEVELD, I. S. The land unit: a fundamental concept in landscape ecology, and its application. *Landscape ecology*, [s.L.], v. 5, n. 2, p. 67-86, 1989.

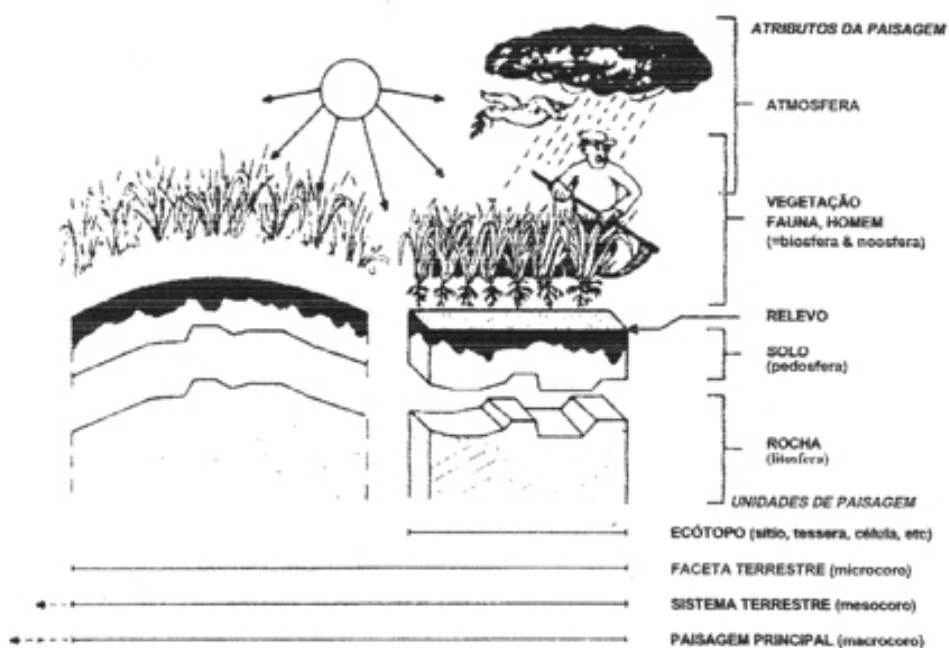


Fig.3 - Heterogeneidade vertical e horizontal na paisagem como objeto de estudo da Ecologia de Paisagem e seu relacionamento com o sistema de classificação proposto por ZONNEVELD (1972).

Fonte: ZONNEVELD, 1989. apud, SOARES FILHO, 1998.

Para Troll, citado por Soares Filho (1998), a paisagem poderia ser definida como uma entidade total espacial e visual, integrando a geosfera, biosfera e noosfera.

A geosfera relaciona-se ao conhecimento da terra. É da natureza humana o desejo de saber do seu passado e da origem do seu mundo para entender seu lugar na natureza e enfrentar o futuro. A geologia, centrada no estudo das rochas, divide o tempo geológico e nos oferece uma percepção da própria história da Terra, hoje com 4, 56 bilhões de anos de idade. Diante da dimensão temporal do planeta, percebemos o quão pequeno é o ser humano no espaço-tempo e o quão insignificante é sua civilização milenar.

A biosfera relaciona-se ao conhecimento da vida. Sob o ponto de vista orgânico, a Terra, em seu conjunto, forma um organismo vivo e possibilita a aquisição de um conhecimento empírico notável. A litosfera, hidrosfera e atmosfera associadas formam a biosfera que oferece o substrato necessário ao desenvolvimento da vida.

A noosfera relaciona-se à esfera da consciência humana. A estrutura climática e geográfica de uma região modela a fecundidade do solo. Nesse sentido, o homem torna-se

estritamente dependente da natureza. Dessa relação homem/meio natural, há duas relações possíveis: ou o homem sente-se incapaz de evoluir em certos meios naturais, ou ele intervém nos fenômenos naturais e modifica a paisagem em um sentido ou outro.

A expressão dessas esferas sobre o estrato geográfico faz com que a paisagem transpareça maior ou menor grau de vivacidade, animação e energia. Pfeiffer (1974) parte do princípio que a paisagem é a expressão de um organismo vivo, assim o grau de vivacidade define as “paisagens sãs” e as “paisagens doentes”. Segundo o autor, as “paisagens sãs” apresentam harmonia entre os seus elementos permitindo e conservando a vida, gerando uma unidade viva capaz de se regenerar por si mesma. “Paisagens doentes” representam áreas degradadas, fruto do impacto da atividade humana sobre o meio ambiente. As causas das paisagens doentes possuem duas origens fundamentais, segundo Soares Filho (1998): a primeira refere-se ao aumento do metabolismo industrial resultante da extração, transformação e usos dos recursos naturais; e a segunda refere-se aos processos de mudança do uso e cobertura do solo no planeta o que inclui a agricultura, a pecuária, o povoamento, a urbanização e as próprias atividades de extração de recursos naturais.

2.1.3. A Paisagem Simbólica

A mente humana é parte da natureza e
seu enigma é igualmente sem limites
(Carl Jung).

Diferente da dimensão física, a dimensão simbólica da paisagem extrapola a nossa capacidade de estratificá-la. O conhecimento subjetivo, de uma forma geral, depende do ponto de vista pessoal, individual, que não é fundado no objeto, mas condicionado somente por sentimentos ou afirmações arbitrárias do sujeito.

O aspecto subjetivo da paisagem resgata o “relativismo estético” de Dufrenne (1972) em que “o objeto só é objeto estético para e por uma consciência”. Associa-se a isso a

contribuição de Bense (1971), que apresenta a estética no contexto da relação criativa entre o mundo e a consciência. Sendo a paisagem vinculada à percepção, sua existência passa a ser condicionada pela consciência do indivíduo que a percebe.

Marilena Chauí (2000, p. 117) esclarece que a consciência psicológica ou o “eu” é formada por nossas vivências, isto é, “[...] pela maneira como sentimos e compreendemos o que se passa em nosso corpo e no mundo que nos rodeia, assim como o que se passa no nosso interior”. Em outras palavras “[...] a consciência é a maneira individual e própria com que cada um de nós percebe, imagina, lembra, opina, deseja, age, ama e odeia, sente prazer e dor, toma posição diante das coisas e dos outros, decide, sente-se feliz ou infeliz” (CHAUÍ, 2000, p. 117). Segundo Chauí (2000), do ponto de vista estético e moral, a consciência é a espontaneidade livre e racional para escolher, deliberar e agir de uma pessoa dotada de vontade livre e de responsabilidade.

O conhecimento sensorial também é chamado de conhecimento empírico ou experiência sensível, e suas formas principais são a sensação e a percepção, diferenciadas segundo a tradição filosófica, pelos diferentes graus de complexidade (CHAUÍ, 2000, p. 120). A percepção assume papel central no processo de assimilação de vivências e experiências de vida, porém apresenta diferentes abordagens dependendo das teorias do conhecimento, como esclarece Chauí (2000).

Segundo a autora, para as teorias empiristas, a percepção é a única fonte de conhecimento, estando na origem das idéias abstratas formuladas pelo pensamento. Nas teorias racionalistas/intelectualistas, a percepção é considerada não muito confiável para o conhecimento pelo fato de depender das condições particulares de quem percebe e está propensa a ilusões, uma vez que, nem sempre, a imagem percebida corresponde à realidade do objeto. Na teoria fenomenológica do conhecimento, a percepção é considerada originária e parte principal do conhecimento humano, mas com uma estrutura diferente do pensamento abstrato.

Para a fenomenologia, a percepção sempre se realiza em perfis ou perspectivas, isto é, nunca podemos perceber de uma só vez um objeto. Para exemplificar essa teoria, Chauí (2000) utiliza a analogia da percepção das seis faces de um cubo: perceber um cubo

significa, justamente, nunca vê-lo de uma só vez por inteiro. Quando pensamos em um cubo, nosso pensamento, ao contrário da nossa percepção, é capaz de conceber a existência das seis faces simultaneamente.

Da mesma forma, uma paisagem possui várias “faces”. Para Jung (1964) a complexidade que se estabelece nesse processo de percepção repousa no fato de o homem nunca perceber plenamente uma coisa ou a entender por completo. “Ele pode ver, ouvir, tocar, provar. Mas, a que distância pode ver, quão acuradamente consegue ouvir, o quanto lhe significa aquilo em que toca e o que prova?” (JUNG, 1964, p. 22). Para Jung (1964) tudo isso depende do número e da capacidade dos seus sentidos. Os sentidos do homem delimitam a percepção que este tem do mundo a sua volta. Nas palavras do autor:

Há aspectos inconscientes na nossa percepção da realidade. O primeiro deles é o fato de que, mesmo quando os nossos sentimentos reagem a fenômenos reais, as sensações visuais e auditivas, tudo isto, de certo modo, é transposto da esfera da realidade para a mente (JUNG, 1964, p. 23).

O trecho abaixo demonstra as várias apropriações simbólicas e materiais que podem ser atribuídas aos signos da paisagem, como, neste exemplo, o rio:

O rio dos viajantes: visão do estrangeiro; dos viajantes que o percorreram nos séculos passados;

O rio do antropólogo: a visão e o imaginário das populações ribeirinhas sobre o rio;

O rio da literatura: o rio apropriado pela ficção e pela poesia;

O rio do geógrafo: o rio e sua região; o rio e sua bacia de drenagem;

O rio do historiador: o rio e as transformações de seus usos e perspectivas ao longo do tempo;

O rio do economista: o papel econômico do rio; seus potenciais como meio de transporte (inclusive de dejetos), fonte de energia, fonte de alimentos, supridor de água;

O rio do hidrólogo e do biólogo: as características físico-químicas e a realidade biótica do rio;

O rio legal: legislação, políticas e fiscalização de seus usos;

O rio da população: espaço de lazer, trabalho, fonte de alimento, meio de transporte;

O rio do arqueólogo: as escavações dos depósitos produzidos pelas ações do rio, datações e inventário de utensílios e modos de trabalho e vida do passado;

O rio-síntese: o rio como registro do passado e do presente e como indicador da qualidade de vida e da biodiversidade (BARBOSA *et al.*, 1997, [s.p.]).

De acordo com a teoria fenomenológica, podemos considerar que a paisagem é uma representação, e seu entendimento é condicionado pela capacidade do indivíduo em reter, reproduzir e distinguir elementos.

Além dos aspectos sensíveis da percepção, a apreensão do olhar do indivíduo é condicionada por seus valores morais. A forma como percebemos e atuamos no mundo reflete o conjunto de regras e regulamentos que tomamos como referência em nossas vidas. Desta forma, nossas sensações, ao serem transpostas para a mente, passam por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos. Maria José Vasconcellos (2002) considera que esses filtros são determinados pelos nossos paradigmas, responsáveis pela nossa percepção das coisas no mundo. Sendo diferentes os paradigmas de duas pessoas em relação a um determinado tema, o que é percebido por uma poderá ser imperceptível para a outra. O paradigma funciona como nosso balizador de valores morais. Vasconcellos (2002) comenta que a “paralisia de paradigmas” pode nos conduzir a não ver as oportunidades positivas que se encontram à nossa volta. Para reconhecê-las e usufruir delas, precisamos ser flexíveis e dispostos a visões diferentes daquelas a que estamos acostumados. A possibilidade de quebrar paradigmas cria o limite entre o conhecido e o desconhecido; estabelece a fronteira entre o inusitado, o que incomoda ou surpreende. Quebrar paradigmas é abrir-se para o novo, ir além do limite e perceber outros pontos de vista. “O limite não é obstáculo; é abstração do olhar: pode ser visto de um ângulo novo” (HISSA, 2002, p. 23).

O ato de viajar revela uma maneira única de os indivíduos verem e interagirem com o mundo. Através do turismo, o olhar e o ato de contemplar revestem-se da pluralidade de interpretações, resultado da diversidade de significações e de valores que os visitantes atribuem aos signos da paisagem.

O turismo proporciona a manifestação e o encontro dos olhares forasteiros com o olhar regional. A compreensão das paisagens permite que esses encontros sejam carregados de valores e significados. O turismo é uma atividade essencialmente social. Ao viajar, os

visitantes promovem intercâmbio cultural e criam vínculos afetivos. O hábito de observar nos torna mais próximos dos lugares, evita a indiferença e estimula a percepção das expressões da cultura e do meio ambiente. Nesse sentido, o turismo pode ser entendido como a arte e a ciência de promover o encontro entre os diferentes.

2.2. A PAISAGEM NO CONTEXTO DA INFORMAÇÃO

Como é o lugar
quando ninguém passa por ele?
Existem as coisas
Sem serem vistas? (Carlos Drummond de
Andrade).

“Impressão” e “expressão” são termos importantes para o processo de transmissão de informações visuais e sensoriais. Segundo o dicionário Houaiss, “expressão” significa, entre outras coisas, uma “manifestação significativa forte”. A expressão de uma paisagem, assim como a de um rosto, voz ou gesto, denota um estado moral, emocional ou de espírito. Da mesma forma que, para compreender uma obra de arte, um artista ou um grupo de artistas, é necessário considerar o estado geral do espírito e dos costumes do tempo a que pertenceram (COCHOFEL, 1958), para compreender uma paisagem é preciso considerar os fatos históricos que a geraram.

Nesse sentido, a “expressão” da paisagem é o espelho do sentimento do homem pelo seu território, traduzida pelas marcas deixadas no ambiente na medida em que o homem busca soluções para os problemas impostos pelo meio.

Por outro lado, a “impressão” causada por uma paisagem é a marca ou efeito produzido nos sentidos do observador. Segundo Aurélio, “é o estado físico ou psicológico resultante da atuação de elementos ou situações exteriores sobre os órgãos dos sentidos e, por intermédio deles, sobre o corpo ou sobre a mente”.

A definição de “expressão” e “impressão” resgata o “objeto e o sujeito estético” de Bense (1971). Em seu estudo a “sensação estética” foi concebida como o resultado da relação comunicativa entre mundo e consciência. A década de setenta, momento em que Bense publicou seu trabalho, foi marcada pela releitura do modelo clássico da engenharia da comunicação.

Claude Shannon e Warren Weaver⁶, citados por Anamaria de Moraes (2002), definiram comunicação como todos os procedimentos pelos quais uma mente afeta a outra.⁷ O seu modelo, no entanto, era linear e unidirecional que abstraía as pessoas envolvidas no processo conforme a seguir:

Uma fonte de informação seleciona uma mensagem; o transmissor converte a mensagem em sinais, de acordo com um código predeterminado, e a transmite através de um canal adequado; o receptor decodifica os sinais recebidos e transmite a mensagem para o destinatário; o destinatário recebe a mensagem e a interpreta (RABAÇA e BARBOSA⁸, *apud* MORAES, 2002, p. 8).

No entanto, apesar de linear e unidirecional, esse modelo logo se demonstrou utilizável em outros setores que não aqueles cobertos pelo campo da engenharia e foi transposto para o domínio do tratamento da comunicação humana. O professor Wilbur Schramm, um dos reprodutores desse modelo linear na década de cinquenta, liderou, nos anos setenta, o movimento que abandona a idéia de uma audiência passiva, e propõe a sua substituição pelo conceito de uma audiência altamente ativa e altamente seletiva. Para ele, a “audiência ativa” manipula mais do que é manipulada por uma mensagem — é um parceiro integral no processo de comunicação.

⁶ SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. *The mathematical theory of communication*. Illinois: University of Illinois Press, 1949.

⁷ A teoria da informação foi formalizada, nas primeiras décadas deste século, por Claude E. Shannon e Warren Weaver. O sistema proposto por esses autores (engenheiros de telecomunicações) baseia-se principalmente na teoria matemática da informação que se preocupa com a transmissão de mensagens pelos canais físicos (telégrafo, rádio, etc).

⁸ RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Ática, 1987.

Segundo Jean Doubois *et al.* (1995), transmitir uma mensagem é cumprir o que se chama um ato sêmico⁹, pois a transmissão da mensagem supõe a utilização de um sinal ou um sistema de sinais ou códigos. Para a teoria da comunicação, a mensagem é uma “forma em código” e não um sentido; portanto, o receptor, tendo conhecimento do código do emissor, pode decodificar a forma da mensagem e, então, compreender-lhe a significação.

A forma da mensagem varia de acordo com a natureza do sistema de comunicação: vibrações sonoras, luzes, movimentos, impulsos mecânicos ou elétricos. Sendo esta forma codificada, a significação da mensagem é apreendida quando da operação de decodificação: o receptor-destinatário “procura na memória” os elementos do código que foram selecionados para a transcrição da mensagem (DOUBOIS *et al.*, 1995, p. 406).

Considerando essa definição de mensagem e transpondo-a para o contexto da comunicação humana, compreende-se, de uma outra forma, o que já foi dito: o significado das coisas só existe a partir do indivíduo que organiza, combina e promove arranjos dos elementos e processos, num jogo de mosaicos (GOMES, 2001). Uma comunicação verdadeira, de fato, envolve conhecimento real, crenças e desejos.

Relacionar a teoria da comunicação ao estudo da paisagem e do turismo, implica atribuir a esta, a função de “objeto estético”, fonte da mensagem dinâmica e silenciosa emitida pela expressão dos lugares e territórios. O homem do lugar seria o emissor; o visitante/observador seria a “audiência ativa”, e a paisagem, o código estético, concreto e simbólico.

Como toda mensagem designa uma seqüência de sinais, a busca da compreensão da paisagem passa pela sua decodificação. Para Bernadette Lizet e François Ravignan (1987), a fragmentação da paisagem em diferentes partes corresponde a uma necessidade operacional.

⁹ A semiologia nasceu de um projeto de Saussure cujo objeto é o estudo da vida dos signos no seio da vida social (DOUBOIS *et al.*, 1995).

Contudo a busca da decodificação dos elementos da paisagem está cheia de temeridade. Nesse sentido, Hissa (2002) desenvolve uma interessante reflexão sobre o limite da natureza. O autor coloca que os olhos procuram uma ordem na natureza, limitando seus domínios na busca de facilitar a sua compreensão: “[...] limite insinua presença da diferença e sugere necessidade de separação” (HISSA, 2002, p. 19).

Na natureza, o limite é idealizado; não há limite. Sob essa perspectiva, Hissa (2002) apresenta o limite como algo que se coloca entre dois mundos para que as suas diferenças sejam compreendidas. Nas palavras do autor: “[...] divide-se algo em partes, para que o todo, de que tem ciência, possa ser melhor avaliado [...] para que cada uma de suas partes [...] sejam reconhecidas em sua especificidade dentro da totalidade” (HISSA, 2002, p. 19).

Gomes (2001) contribui para a associação paisagem/totalidade ao afirmar que, ao longo da história, em qualquer circunstância etimológica, a paisagem esteve sempre associada à idéia evocativa de coleção e conjunto. Como sua existência depende do indivíduo que a apreende, espera-se que esse não teime, com seu método de análise, em separar o indivisível.

De volta à teoria da comunicação, a mensagem emitida pela simultaneidade de sinais e símbolos presentes em toda e qualquer paisagem atribui ao receptor uma enorme responsabilidade, principalmente ao considerarmos as assertivas básicas de que o processo de comunicação não tem início nem fim, mas somente relações mútuas entre as partes que dão significado ao conjunto.

A idéia de conjunto presente no estudo da paisagem confronta, em grande medida, algumas crenças, valores e propostas da ciência tradicional, como certeza, imparcialidade e relações causais lineares. Dessa forma, construir um discurso sobre a paisagem torna-se um enorme desafio: o de incorporar a sua complexidade.

A paisagem reflete uma dinâmica de elementos simultâneos visíveis e ocultos e se expressa sem palavras, sem texto e sem discurso. A paisagem guarda informações que podem ser reveladas, ainda que parcialmente, através da sua interpretação. Sob o ponto de vista turístico, a construção de um discurso sobre a paisagem é essencial para torná-la atrativa,

assim, o discurso assume o papel de mediador do processo comunicativo, capaz de unir as esferas educativa/informativa e estética.

Adaptando o que pensa Teun Dijk (2000) sobre cognição, discurso e interação, há uma condição geral, a da sinceridade, que exige uma vinculação direta entre o que é pensado e o que é externalizado. As condições relevantes envolvidas na organização do espaço funcionam sobre bases sociais e, por adaptação, pode-se dizer que existe vinculação direta entre o que é vivido e o que é externalizado pela paisagem. Em outras palavras, as bases sociais que definem a organização do espaço são relevantes e devem ser traduzidas para que o observador tenha acesso às regras sociais que o tornam capaz de relacionar a sua própria interpretação com o que está ocorrendo no meio à sua volta.

2.3. A INTERPRETAÇÃO E O POTENCIAL DA PAISAGEM NO TURISMO

Aprender a ver e a interpretar com consciência
o que se vê é a primeira tarefa de uma educação
que visa estabelecer uma relação com a
paisagem (E. Pfeiffer).¹⁰

Saber conhecer os traços essenciais que constituem uma paisagem é, para o leigo, uma tarefa difícil. O despertar do sentido da paisagem tem como ponto de partida o conhecimento teórico sobre suas diferentes dimensões e culmina com a observação *in loco* destes elementos inseridos em determinado contexto ambiental.

A educação, nesse sentido, deve começar em casa com os pais e continuar na escola. Não só através da biologia ou da geografia, mas as fotografias, a pintura e a modelagem podem despertar o sentido da paisagem.

¹⁰ Apprendre à voir et à interpréter consciemment ce qu'on voit, c'est la première tâche d'une éducation qui vise à établir une relation avec le paysage.

Segundo Fontes e Vitorino (2003), o termo “interpretação ambiental” ou “interpretação da natureza” refere-se a um conjunto de princípios e técnicas que visam estimular as pessoas para o entendimento do ambiente pela experiência direta. A atividade se desenvolveu, ganhou notoriedade e foi formalmente definida por Tilden Freedman¹¹ como

[...] a revelação de significados e relações dos fenômenos do ambiente em linguagem entendível às pessoas comuns, pela experiência direta e por meios ilustrativos, não se limitando à simples comunicação de informações (FREEDMAN, *apud* FONTES e VITORINO, 2003, [s.p.]).

Assim, a interpretação caracteriza-se pela provocação de estímulo, curiosidade e reflexão e pelo uso de interações, comparações e analogias com experiências reais, abordando temas relevantes em seus aspectos normalmente despercebidos e/ou aparentemente insignificantes (FONTES e VITORINO, 2003).

A interpretação da paisagem é fundamentalmente uma arte de comunicação. Embora existam pessoas com maiores ou menores facilidades para tal, ela pode ser aprendida em algum grau. Segundo Ribon (1991), a capacidade de apreciar é uma aptidão adquirida. Nas palavras do autor, “a capacidade de apreciação pode ser adestrada”. Nesse sentido, os componentes estéticos, objetivos e subjetivos da paisagem permitem que sua leitura possa ser aprendida, cultivada e refinada num constante exercício de interação com o meio.

O intermediador, seja ele um professor ou um guia especializado de turismo, deve ser capaz de falar por experiência própria sobre as características da região que lhe forneçam, além do conhecimento intelectual, uma sensibilidade intuitiva sobre os valores do lugar.

Nesse sentido, a elaboração de um itinerário de viagem deve ser concebido para valorizar a experiência do indivíduo. Pfeiffer (1974) chama a atenção para a tendência de visitas internacionais em que há uma ávida disposição dos visitantes em aproveitar os breves momentos para fotografar imagens dos lugares por onde passam. De maneira antagônica registram paisagens que muitas vezes deixaram de contemplar e retornam às suas casas

¹¹ TILDEN, F. *Interpreting our heritage*. 3 ed. Chapel Hill: The University of North Caroline Press, 1977.

falando com ares de conhecedores sobre o que, na verdade, não tiveram tempo de ver e compreender. Raros são aqueles visitantes que podem descrever alguns elementos que compõem um sítio como os elementos da natureza e da cultura. Segundo Pfeiffer (1974) a grande massa dos cidadãos não ultrapassa as impressões visuais imediatas, geralmente associadas ao consumo de produtos típicos das regiões visitadas.

Desta forma, torna-se necessário pensar em um modelo de viagens que minimize a indiferença com os lugares e crie uma aproximação afetiva das pessoas com os locais visitados. Um modelo que quebre a ansiedade da chegada ao destino final e que permita a vivência prazerosa e instrutiva dos percursos de viagem.

O sistema de estradas cria a conexão estrutural necessária entre origens e destinos e, por extensão, relaciona-se com o espaço que é possível percorrer. Os termos “percurso, rota ou itinerário” evocam a descrição das características do caminho indicando aspectos relevantes cujo conhecimento é necessário para realizar a viagem. Diferente da perspectiva tradicional de pacotes de viagem que valorizam o destino final, a perspectiva de rotas e percursos, associada à leitura da paisagem, valoriza o deslocamento como elemento principal da experiência de viagem.

A leitura da paisagem a partir dos percursos de viagem oferece informações concretas e simbólicas que podem ser experimentadas diretamente pelo visitante. Nesse sentido, os roteiros interpretativos facilitam a sua leitura a partir do momento que são acompanhados de publicações interpretativas, placas e painéis. A partir de um plano de comunicação e interpretação que atribua atratividade à paisagem do percurso, os roteiros podem ser realizados de forma autônoma ou organizada por um agente de turismo receptivo. Porém, para que seja viável, é essencial que se estabeleça infra-estrutura rodoviária.

Neste sentido é possível definir algumas relações entre os “percursos turísticos” e o desenvolvimento local: a demanda por estruturas e serviços ao longo da estrada repercute em outros componentes do sistema turístico e tende a fomentar a produção local genuína a partir de vínculos comerciais com os empreendimentos rurais, além de incentivar a melhoria da infra-estrutura rodoviária.

Ao abordar o termo “potencial turístico” inserimos a dimensão econômica e operacional do turismo, necessária para que se viabilizem as promessas de desenvolvimento. De modo geral “potencial” implica aptidão para um determinado uso, portanto, avaliar o potencial turístico de um lugar significa aferir até que medida este lugar possui elementos que possibilitam a formação de um, ou vários, produtos turísticos.

Como produto turístico entende-se o conjunto de todos os aspectos envolvidos em uma experiência de viagem (MIDDLETON, 2002). É interessante como Gil Vaz (1999) destaca a dimensão genérica do produto turístico assinalando o “benefício” da viagem como seu principal elemento. Em seu livro, o autor relaciona este benefício ao conjunto dos atrativos existentes (independente do prestador de serviço) que satisfazem exigências mentais e físicas através da arte, do contato com os costumes de outras civilizações, do contato com elementos naturais como as montanhas, rios, cachoeiras, praias, clima. São as ofertas natural e cultural que Christopher Holloway (1998) considera como os “aspectos motivadores” das viagens.

Por outro lado “o benefício” apontado por Vaz (1999) também considera o conjunto de serviços colocados à disposição do visitante. Trata-se da oferta técnica e comercial que completa o produto e, segundo Holloway (1998), são os “aspectos facilitadores” da viagem.

Ambos aspectos motivadores e facilitadores são fundamentais para a viabilização das viagens e para a geração do benefício esperado pelo visitante consumidor. Desta forma o conceito de potencial requer a correta articulação entre esses aspectos.

Atrativos turísticos são freqüentemente abordados na literatura específica como a “matéria-prima” do turismo. Os atrativos turísticos são considerados por Roberto Boullón (2002) como o primeiro elemento da estrutura de produção do setor ao qual fica agregado o empreendimento turístico e infra-estrutura. Portanto conclui-se que o estudo dos atrativos é de fundamental importância para estruturar planos de desenvolvimento turístico.

Um percurso interpretativo da paisagem gera possibilidades diversas de roteiros temáticos. Com sentidos diferentes estes termos tornam-se complementares. O roteiro possui uma

conotação operacional e mercadológica na medida em que propõe uma combinação de atrativos e serviços direcionados a um público definido através de uma publicação contendo a descrição minuciosa da viagem. São utilizados por operadoras de turismo no processo de promoção de suas viagens. Numa análise técnica todo roteiro é igual. Todo roteiro indica os equipamentos e serviços que possibilitam ou facilitam a viagem, em outras palavras, inclui a oferta técnica e comercial que acompanha o atrativo turístico como os meios de alimentação e de hospedagem. O que torna um roteiro diferenciado é a forma como é concebido o percurso, ou seja, como são inseridos os atrativos e como estes são interpretados em função da valorização da experiência do indivíduo. Acredita-se que a interpretação da paisagem de um percurso pode revelar a atratividade do lugar justificando a escolha do destino.

Os roteiros expressam toda a essência do produto turístico e será mais sustentável na medida em que envolver pessoas e idéias que integram a imagem do lugar. Isso nos remete a uma releitura da prospectiva territorial de Delamarre (2002) apresentada no primeiro capítulo. O desenvolvimento turístico de foco local associado à elaboração de roteiros interpretativos da paisagem abre canais para a inserção econômica das pessoas do lugar desencadeando um processo de articulação comercial e desenvolvimento social.

O turismo, para se tornar uma alternativa econômica que alcance e respeite a sustentabilidade dos recursos naturais e culturais, deve vencer o desafio da conciliação entre a atração e satisfação do visitante e a conservação do patrimônio socioambiental (FONTES e VITORINO, 2003). As atividades em turismo baseadas em roteiros interpretativos da paisagem pretendem otimizar a apreciação por parte do visitante ao mesmo tempo em que este é levado a valorizar o objeto de interesse. Nesses moldes, a proposta para o desenvolvimento do turismo, reforça e integra as diversas ações de valorização do Vale do Jequitinhonha. E vai além, pois não busca simplesmente realçar seus aspectos positivos, mas também construir um caminho consciente e responsável na medida em que aposta no investimento em infra-estrutura baseado no conhecimento dos lugares para evitar o simulacro.

3. A METODOLOGIA DE TRABALHO

3.1. AS UNIDADES DE PAISAGEM

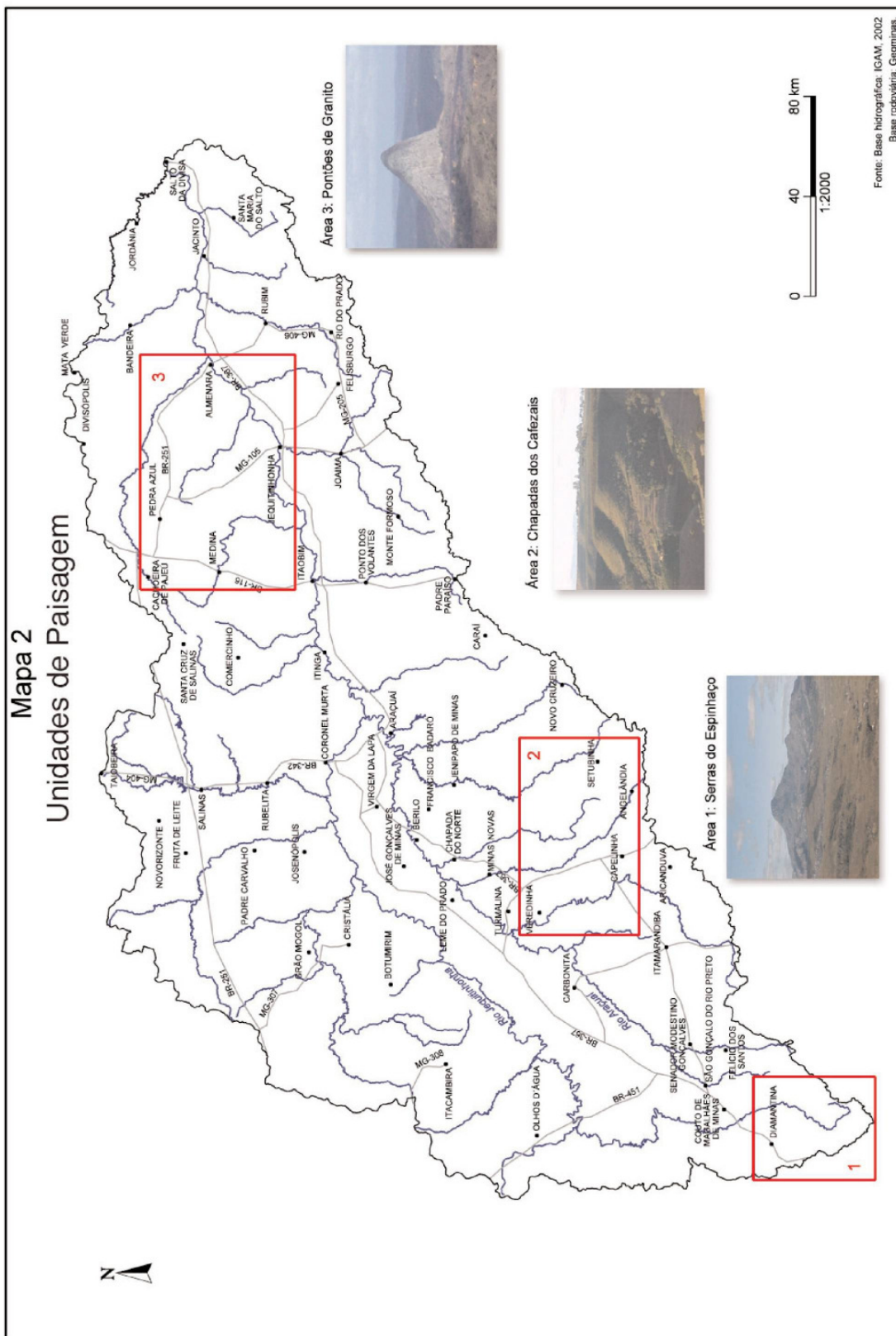
A seguir, apresentam-se três unidades de paisagem estudadas na bacia do rio Jequitinhonha: as Serras do Espinhaço, área 1; as Chapadas dos Cafezais, área 2; e os Pontões de Granito, área 3 (Mapa 2).

Cada unidade foi definida a partir das características morfológicas, identificadas por Patrícia Machado (2004) como signos da paisagem. Segundo a autora, a partir das formas de relevo, é possível identificar diferentes relações entre os componentes da paisagem, como a diversidade da cobertura vegetal, o fator orográfico do clima, a presença ou escassez de água, a organização da ocupação humana, o histórico de ocupação e o espetáculo visual.

Para orientar a investigação, definiu-se a leitura da paisagem a partir das estradas, uma vez que elas representam o canal de conexão entre viajante e o território. De acordo com os autores franceses Bernadette Lizet e François Ravignan:

A via de penetração de um território é uma via privilegiada de pesquisa: possui o acesso ao trabalho da terra, os caminhos passam pela área rural e por sua variedade. Eles são itinerário de circulação de produtos e pessoas e, portanto, lugares de sociabilidade. Os caminhos passam perto de casas, de fazendas, de povoados, lugares de concentração humana onde a natureza é sempre presente (LIZET e RAVIGNAN, 1987, tradução da autora).¹

¹ [...] le chemin, voie de pénétration dans un territoire, est aussi normalement la voie privilégiée de la recherche: faisant accéder au travail de la terre, les chemins desservent tous les champs, dans leur variété. Ils sont les itinéraires de circulation des produits et, par là même, des lieux de sociabilité [...] Enfin, ces chemins passent près des maisons, des fermes, des hameaux et des bourg, lieux de concentration humaine autour desquels la nature est toujours soigneusement et diversement aménagée.



Fonte: Base hidrográfica: IGAM, 2002
Base rodoviária: Geominas.

Para esta próxima etapa, é necessário destacar que não foi o objetivo realizar uma análise pormenorizada dos aspectos físicos e, sim, estabelecer uma relação, ainda que inicial, entre os elementos que determinam o aspecto concreto das paisagens. O conhecimento específico de áreas como a ecologia, a geologia e a própria geografia, em seus vários desdobramentos, tornam muito mais rico o leque de possibilidades para temas de interpretação da paisagem.

Porém, um trabalho dessa amplitude só seria possível com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores de diversas áreas.

O que fascina na paisagem é a sua relação com o estudo dos lugares e dos ambientes. Portanto, o objetivo que se coloca é revelar a essência das paisagens do Vale do Jequitinhonha, o que inclui seus aspectos naturais e culturais.

Sob a perspectiva concreta, as três áreas são apresentadas separadamente. A síntese da leitura das três áreas foi concebida em um único texto que revela o sentido identitário e afetivo que transforma a bacia hidrográfica em um lugar chamado Vale do Jequitinhonha.

Sob a perspectiva simbólica as paisagens estudadas serão comentadas no capítulo intitulado “A leitura simbólica das paisagens”. Este texto busca revelar o sentido identitário de cada área pesquisada.

3.2. ORIENTAÇÕES PARA LEITURA

Definidos os percursos para cada uma das três áreas, partiu-se para a organização dos instrumentos de análise. Para um melhor entendimento dos textos a seguir recomenda-se que a leitura seja acompanhada da constante consulta aos mapas temáticos, aos perfis topográficos, à carta-imagem e às fotografias. Todos estes instrumentos de análise encontram-se referenciados no corpo do texto. As fotografias estão numeradas e organizadas em pranchas temáticas (organizadas por títulos) após os textos descritivos de

cada área. Em cada prancha há, além das legendas, textos avulsos que destacam algum aspecto da paisagem.

A apresentação de cada área inicia com uma orientação de leitura da carta-imagem. O mosaico de manchas dessas imagens permite identificar as distintas fisionomias de relevo, a cobertura vegetal e a interferência humana através de manchas agrícolas ou formadas por aglomerações urbanas. A identificação das manchas na carta-imagem está associada à dinâmica sócio-ambiental que gera a paisagem e sua interpretação depende largamente do conhecimento prévio do contexto sócio-econômico do local.

A carta-imagem é acompanhada do mapa hipsométrico e, juntos, permitem a localização do percurso. Ambos destacam o traçado da estrada a partir do qual foi construído o perfil topográfico de cada percurso.

Por sua vez, os perfis topográficos foram construídos seguindo a linha da estrada que cruza rios, picos e outros pontos definidos, como cidades, distritos e fazendas. Os perfis apresentam ainda o contexto litológico de cada área. É importante ressaltar que para secções geológicas de precisão, não se deve usar nenhum exagero vertical, pois isso redundará em inclinação imprecisa dos estratos. Neste trabalho foi utilizado o exagero vertical visando ressaltar a topografia do percurso, por este motivo, o perfil apresenta apenas o esboço da litologia, sem nenhuma precisão científica. O perfil topográfico facilita a leitura do texto na medida em que localiza o ponto descrito e orienta a consulta das pranchas fotográficas, que se encontram numeradas e oferecem uma noção da paisagem observada *in loco*.

Apesar de utilizar os percursos de estrada como referência para a leitura da paisagem, este trabalho não tem o objetivo de propor roteiros turísticos. A partir da compilação do material cartográfico e das fotografias coletadas em campo, criou-se um material rico de possibilidades interpretativas da paisagem. Este é um estudo exploratório que visa desvendar os valores das paisagens do Vale do Jequitinhonha, contribuindo para ultrapassar o mito da miséria, e agregar novos valores às propostas turísticas a partir de informações capazes de gerar maior atratividade para a região.

3.2.1. Área 1: Serras do Espinhaço



Caracterização Geral da Unidade de Paisagem

A unidade das Serras do Espinhaço abriga as nascentes do rio Jequitinhonha e apresenta altitudes entre 600 e 2.000 metros. Esta unidade de paisagem ultrapassa os limites da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha e estende-se por uma seqüência de serras de cerca de 1.000 km de comprimento — 50/100 km de largura — e conecta os estados de Minas Gerais e da Bahia. A cadeia de serras do Espinhaço teve sua formação ligada aos movimentos geológicos responsáveis pela junção e fragmentação de continentes ao longo do tempo. A espinha dorsal formada por essas serras é uma evidência da dinâmica geológica que suturou, no meio do continente, uma antiga área de contato de placas tectônicas.

Apresentação da Carta Imagem

A carta-imagem das Serras do Espinhaço apresenta o seguinte padrão de manchas:

A tonalidade rosa avermelhada que domina a imagem indica rocha desnuda. São os afloramentos rochosos de quartzitos. Observa-se o aspecto enrugado do topo rochoso e concentração de vegetação nas depressões.

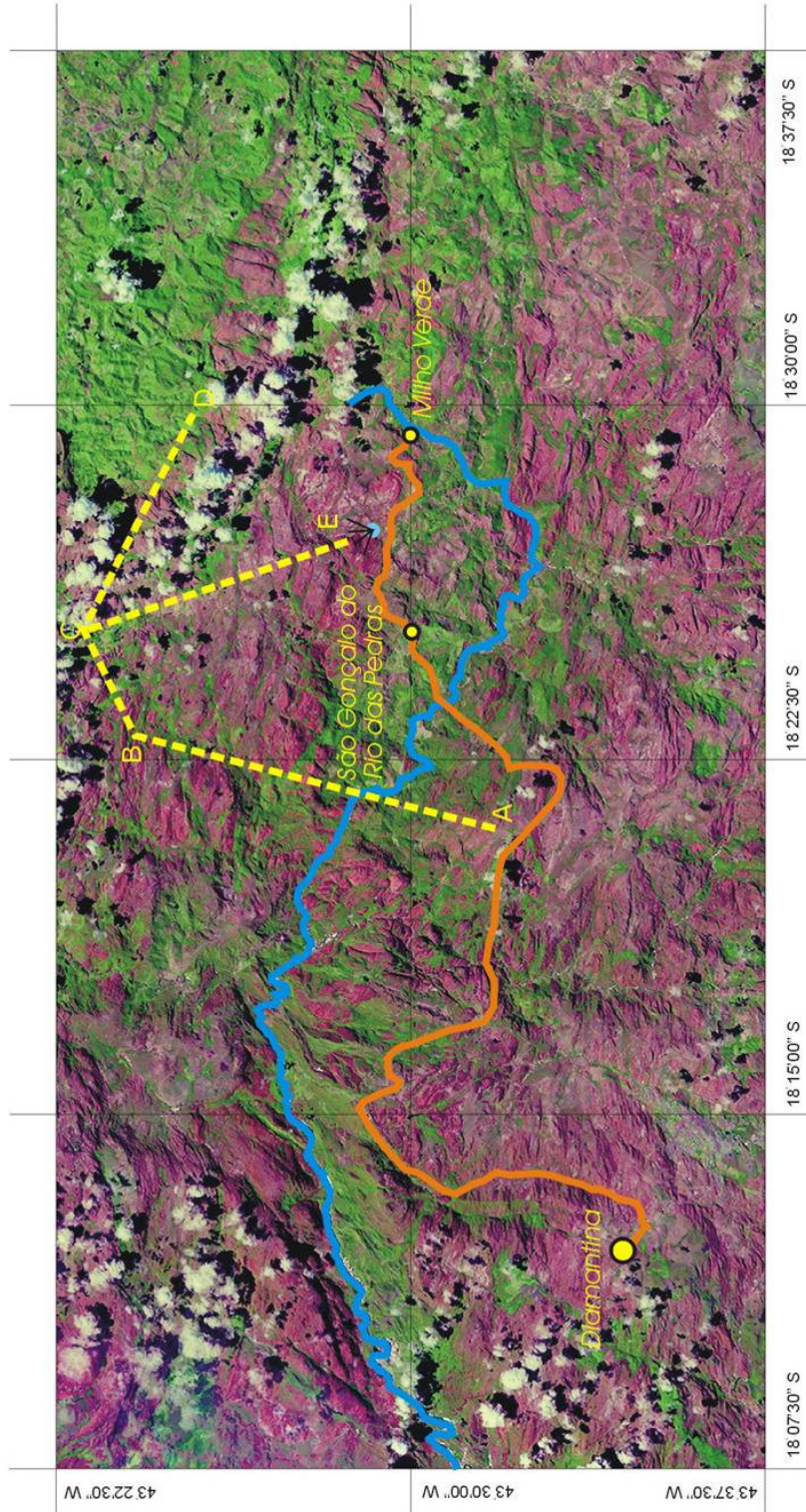
A mancha esverdeada no alto e à direita da carta-imagem representa a área de transição com a bacia do rio Doce, onde predomina um tipo de vegetação mais úmido.







As cidades e aglomerações urbanas aparecem em amarelo. Nuvens aparecem em branco, geralmente acompanhadas por uma mancha preta ao lado, correspondendo à sua sombra na superfície terrestre.

A estrada segue orientação norte-sul e aparece com destaque na cor laranja. O rio Jequitinhonha aparece em azul, tem sua principal nascente próximo a Milho Verde e corre no sentido norte. A margem direita do rio apresenta as maiores altitudes.


Em pontilhado amarelo destaca-se a linha sobre a qual construiu-se o perfil topográfico correspondente à bacia visual contemplada a partir do Pico do Raio, nas proximidades de São Gonçalo do Rio das Pedras. Esse perfil foi construído a partir da ligação dos pontos culminantes do Morro Maravilha, Serra da Bicha, Pico do Itambé e Serra do Arrependido. O resultado do perfil será apresentado a seguir junto com o mapa hipsométrico com a localização do percurso e os mapas temáticos de litologia, formas de relevo e vegetação.

Localização do percurso 1 - Serras do Espinhaço Diamantina - São Gonçalo do Rio das Pedras - Milho Verde




	Estrada		Cidade
	Perfil Panorâmico		Vila
	Rio Jequitinhonha		Ponto de Observação

A - Morro Maravilha
B - Serra da Bicha
C - Pico do Itambé
D - Serra do Arrependido
E - Pico do Raio



 Escala Aproximada: 1:54.000

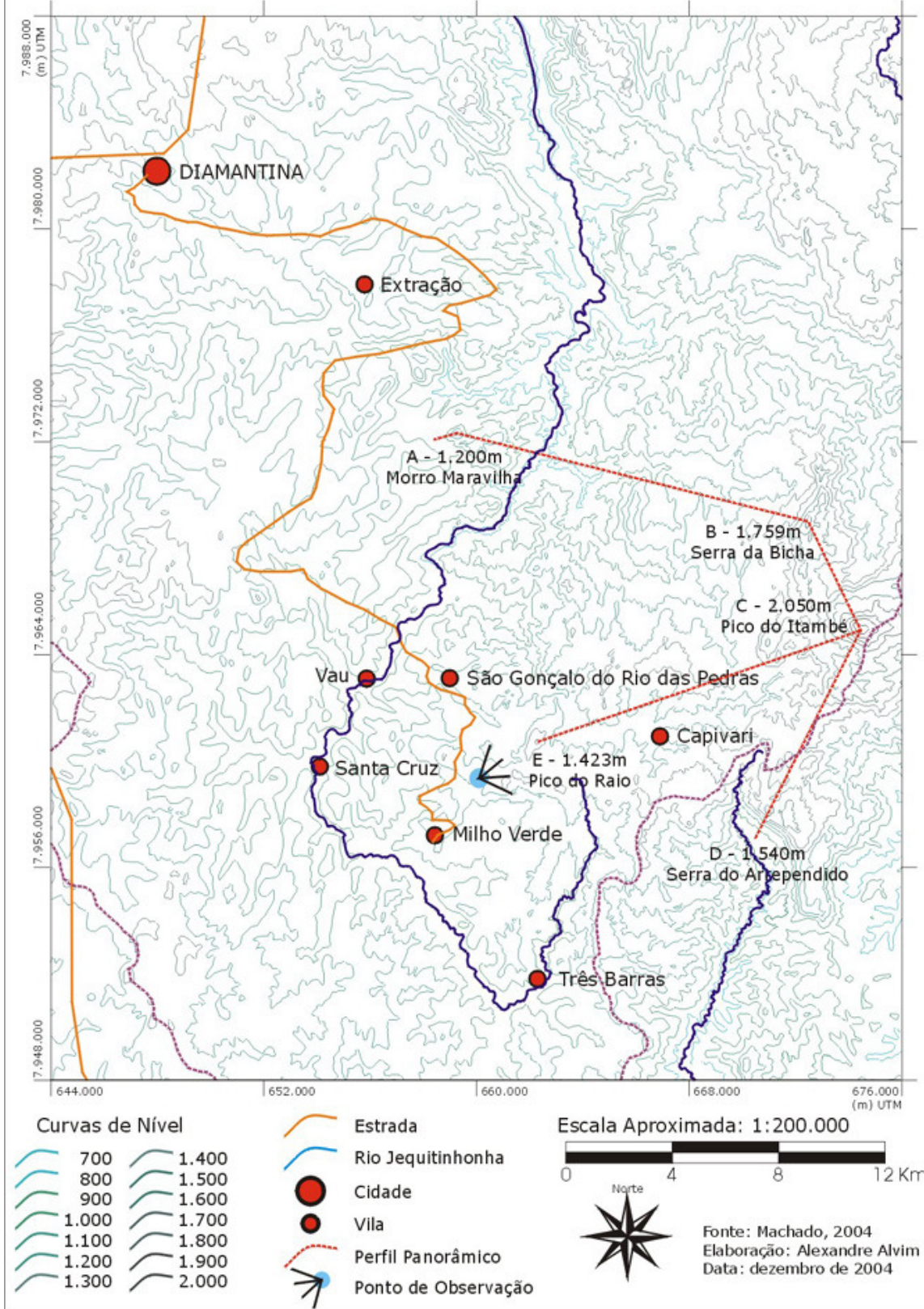


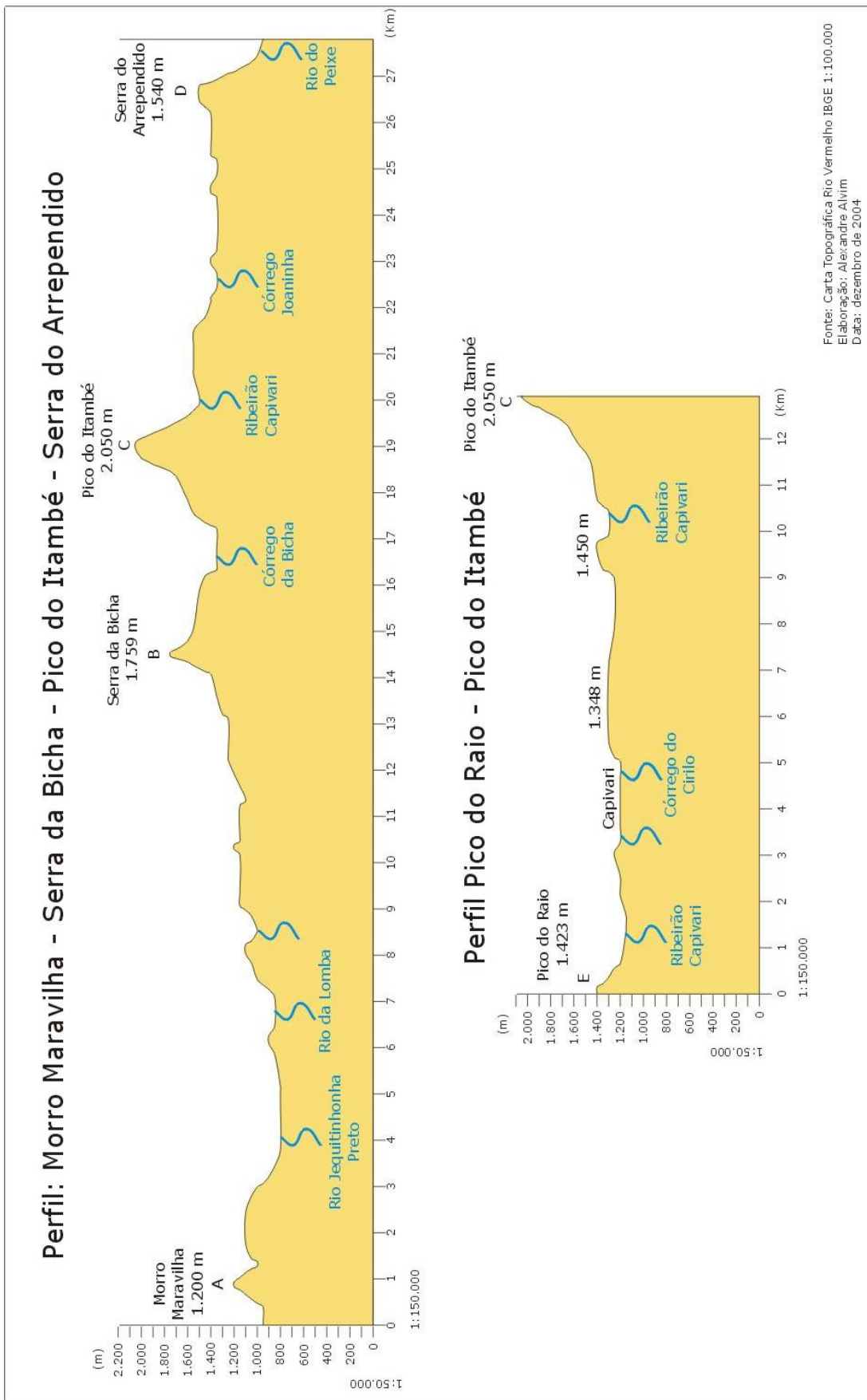
 Fonte: Imagem Landsat - Embrapa

 Elaboração: Alexandre Alvim

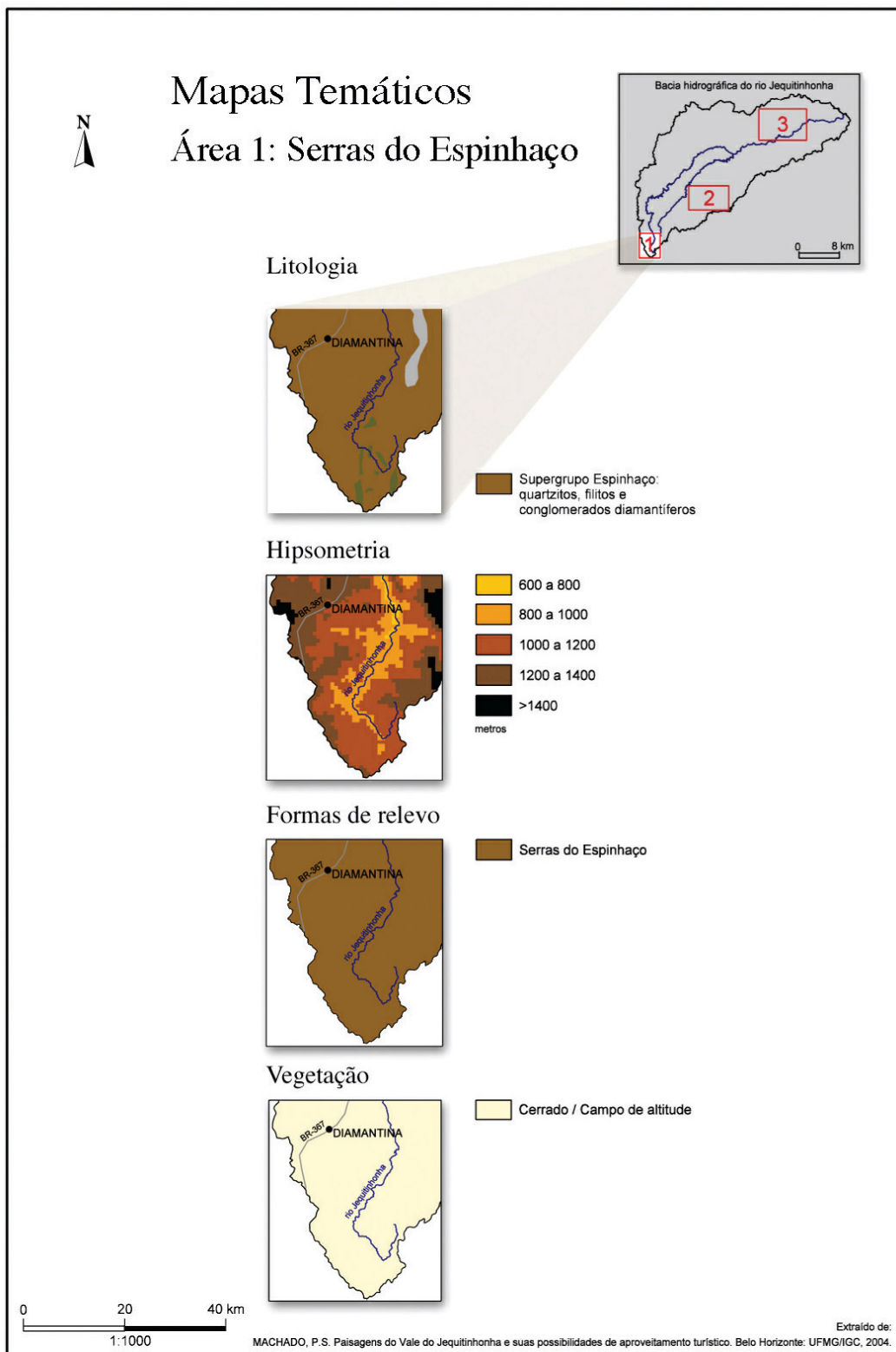
 Data: dezembro de 2004

Localização do percurso 1 - Serras do Espinhaço Diamantina - São Gonçalo do Rio das Pedras - Milho Verde





Fonte: Carta Topográfica Rio Vermelho IBGE 1:100.000
 Elaboração: Alexandre Alvim
 Data: dezembro de 2004



No Jequitinhonha, a unidade de paisagem das Serras corresponde a um trecho do Planalto do Espinhaço Meridional, localizado nas porções leste e sul da bacia (ver Mapa Formas de Relevo). Apresenta altitudes acima de 1.000 metros, atingindo um teto de 2.050 metros, sendo as maiores da bacia (ver Mapa Hipsometria). Essa região corresponde ao alto curso do rio, onde se encontram as duas principais nascentes: uma próxima ao Distrito de Milho Verde, nas encostas do Pico do Itambé, outra na Pedra Redonda, à beira da estrada asfaltada que faz a ligação entre o Serro e Diamantina. As serras resultam de uma história geológica curiosa e complexa que explica, em grande medida, a fisionomia da paisagem, que será sintetizada a seguir.¹

A antiga cordilheira do Espinhaço se formou em torno dos limites convergentes de placas tectônicas há 650 m.a. (milhões de anos). A faixa de colisão de placas ocasionou o mergulho de uma sob a outra em uma zona de intenso magmatismo a partir de processos de fusão parcial da crosta que soergueu e gerou uma das mais intensas atividades geológicas do planeta: a orogênese (TASSINARI, 2000). Em geomorfologia, esse termo é utilizado para indicar regiões de formação ativa de montanhas, localizadas nas margens das placas tectônicas que flutuam sobre o manto pastoso. Do ponto de vista geomorfológico, montanhas são soerguimentos recentes que apresentam altitudes elevadas. É possível comparar os orógenos atuais, como os Andes e os Alpes, onde os movimentos tectônicos ainda são intensos, ao antigo orógeno do Espinhaço. Comparativamente, as serras do Espinhaço, hoje, representam o resultado do desgaste sofrido pela cordilheira de montanhas, ou seja, no passado geológico, as montanhas do Espinhaço apresentavam altitudes elevadas comparadas às das serras atuais. Assim, para o leigo, a Serra do Espinhaço pode ser entendida como uma longa sequência de montanhas anciãs, hoje denominada “serra” em função da altitude, comparativamente menos expressiva.

As serras são sustentadas pelo controle estrutural e pelo substrato rochoso bastante resistente — quartzito com corpos de conglomerado (ver Mapa Litologia). Conglomerado é o nome atribuído a um tipo de sedimento constituído de seixos (fragmentos de rocha transportados pelas águas, cujo resultado é um arredondamento das arestas) e matações

¹ Para a reconstituição geológica foi utilizado material didático do Professor Allaoua Saadi disponibilizado aos alunos do curso de especialização em turismo e desenvolvimento sustentável da UFMG.

(blocos de rocha compacta, geralmente originadas pelos efeitos térmicos) aglomerados por materiais mais finos. Os conglomerados deste trecho do Espinhaço foram formados há aproximadamente 1,7 b. a. (bilhões de anos) atrás, durante o Proterozóico Médio, período em que se formou o Supergrupo Espinhaço — unidade crono-estratigráfica de primeira ordem — (ver Mapa Litologia). Nesse período geológico, formou-se um mar continental dentro do qual se depositaram sedimentos compostos por fragmentos das rochas erodidas do continente. Os diamantes, submetidos ao mesmo processo de erosão, alojaram-se nesses sedimentos, denominados conglomerados.

Ainda no Proterozóico Médio, a área oceânica se expandiu e recebeu sedimentos constituídos, principalmente, por areias. A camada de sedimentos atingiu a espessura de centenas de metros e foi formada por correntes de rios, pelas ondas do mar e pelos ventos. Alguns milhões de anos mais tarde 1,2 b. a. o oceano começou a retrair e as águas cederam lugar aos arenitos que, neste intervalo, foram atravessados por nova geração de rochas vulcânicas. Mais tarde, há 650 m. a., aconteceu o fechamento da bacia por esforços compressivos, e a área do oceano começou a ser comprimida pela colisão entre placas tectônicas. No Proterozóico Superior (550 m. a.), os arenitos foram submetidos a condições de altíssimas pressões e temperaturas, transformando-se nos quartzitos, rochas resistentes de cor cinza, que marcam toda a paisagem da região. Nesse processo, os antigos arenitos foram amarrotados e empurrados no sentido leste/oeste o que explica o por que das escarpas e cristas mais imponentes no relevo da região apontarem, até hoje, para o lado oeste (ver fotos 1, 2 e 3).

Durante essa etapa, a depressão que se formou a oeste foi ocupada por um mar raso que acolheu sedimentos finos. Destes resultaram as rochas que ocupam hoje a região que virá, mais tarde, a representar a bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Durante um longo tempo geológico, entre o Cretácio Inferior (140 m. a.), no Mesozóico, e o Mioceno (20 m. a.), no Cenozóico, a região foi arrasada pela erosão, até ficar quase perfeitamente plana, destruída, portanto, a serra construída anteriormente. A partir daquele momento, toda a região foi afetada por forças internas do manto que levantaram a crosta e forçaram os rios a cavar vales sempre mais profundos para atingir as regiões baixas onde deságuam.

Assim, a região elevada do planalto do Espinhaço divide duas depressões: a oeste, a bacia do rio São Francisco e, a leste as bacias do rio Doce e do Jequitinhonha. Na borda sudoeste desse planalto, denominada Serra do Cipó, as manchas de rochas calcáreas são parcialmente dissolvidas pelas águas que as atravessaram, dando origem a grutas e cavernas. Algumas cavidades espeleológicas são famosas, como a Maquiné, a Lapinha, o Rei do Mato, além de pequenas cavidades do Morro da Pedreira, na Serra do Cipó.

O principal mineral presente nesses quartzitos é o quartzo, por isso a rocha exibe um padrão estético homogêneo e esbranquiçado.

Influenciados pela altitude do relevo, os ventos alíseos, vindos de leste, da região litorânea, elevam-se nas barreiras naturais das serras, ocasionando as chuvas orográficas. A ocorrência de chuvas na região está determinada, portanto, pela localização geográfica e a resposta atmosférica às barreiras geográficas. O clima, sendo Tropical, é caracterizado por duas estações bem definidas — verão chuvoso e inverno seco. O período seco inicia-se em abril e estende-se até setembro, e as maiores precipitações ocorrem nos meses de novembro, dezembro e janeiro, sendo este último o mês mais quente, com máximas que chegam a 32° C. O índice pluviométrico anual médio é de 1.518 mm, e a temperatura média anual é de 19,2° C.

Apesar dos milhões de anos de exposição às intempéries e do constante processo de desgaste erosivo causado pelas forças externas dos ventos e das águas, as Serras do Espinhaço apresentam as maiores altitudes do Vale do Jequitinhonha (ver Mapa Hipsometria) e dentro da unidade identificada na bacia do Jequitinhonha envolve os municípios de Diamantina, Serro, Couto de Magalhães, Olhos d'água, Itacambira, Cristália, Botumirim e Grão Mogol.

O resultado dos episódios geológicos revela rochas intensamente dobradas e falhadas, o que cria formas variadas e curiosas (ver fotos 4, 5 e 6). As rochas registram padrão textural caracterizado por cavidades arredondadas (ver fotos 7, 8 e 9). A característica determinante da paisagem são as cristas serrilhadas em contraposição às prolongadas faixas planas, por onde passam as estradas que cortam a região (ver foto 32). As cristas e gargantas são marcadas pela presença de afloramentos rochosos de quartzito sobre o qual se desenvolve a vegetação do cerrado em suas diversas variações (ver fotos 11, 12, 17 e 18).

Os estratos arbustivo e arbóreo apresentam indivíduos com troncos tortuosos, ramos retorcidos, cascas espessas e folhas grossas (ver fotos 10, 11 e 12). Além disso, as plantas são dotadas de raízes profundas, que lhes permitem atingir mais de quinze metros de profundidade, abastecendo-se de águas do lençol freático nos períodos de seca. Encontram-se representantes das famílias velozíáceas (ver foto 17), melastomatóceas (ver foto 13), orquídeas (ver foto 14) entre outras. Em algumas áreas, nas margens do rio Jequitinhonha e dos seus principais afluentes, áreas topograficamente mais planas, nota-se uma vegetação mais exuberante, classificada como mata ciliar. Nas áreas mais elevadas, onde predominam litossolos (solos rasos e rochosos), encontra-se um rico mosaico de comunidades que formam o ecossistema dos campos rupestres. Segundo Goulart (2000), os campos rupestres lembram verdadeiras “florestas anãs” distribuídas pelos afloramentos rochosos em um ambiente aberto, pouco sombreado, com altitudes acima de mil metros. Segundo Míriam Mendonça e Livia Lins (2000), a vegetação peculiar dos campos rupestres é constituída por gramíneas de várias espécies e arbustos esparsos e esclerófilos (dotado de folhas coriáceas, sempre verdes — com consistência de “couro”, daí o nome — que não caem no inverno). As autoras esclarecem que cada família apresenta características anatômicas e morfológicas próprias, que permitem sua sobrevivência mesmo em períodos longos de absoluta carência de água (MENDONÇA e LINS, 2000).

As folhas em roseta ou decussadas (cruzadas em forma de aspas) constituem um obstáculo à perda de água (ver foto 15). Do mesmo modo, a presença de pêlos (tricomas) nas folhas e nos caules, como nas Melastomataceas, permite que a água da neblina que se forma durante a noite, sempre mais fria que o dia, passe para o interior das folhas. Nas velozíáceas, por exemplo, a água nebulosa (ver fotos 16 e 17) é capturada pelas bainhas velhas de folhas entremeadas por raízes adventícias (externas à planta, que aparecem primeiro fora do solo e depois o penetram), que constituem um falso caule (MENDONÇA e LINS, 2000).

A região de Diamantina, um extenso planalto irregular, destaca-se pelo alto endemismo (fenômeno no qual uma espécie ocorre exclusivamente em determinada região geográfica) e diversidade da flora dos campos rupestres. Além disso, a transição do planalto para as partes deprimidas dos vales favorece a formação de cachoeiras com desníveis que chegam a algumas dezenas de metros (ver fotos 94 e 111).

O mosaico de habitats e as condições climáticas da região são fatores que influenciam o alto índice de endemismos da Serra do Espinhaço. A fauna da região é diversificada, porém pouco estudada. Os estudos atuais da fauna têm-se concentrado em insetos, anfíbios, peixes, répteis, mamíferos e aves, principalmente na área do Parque Nacional da Serra do Cipó. Insetos galhadores, abelhas, vespas, libélulas e formigas são espécies bioindicadoras e, assim como as raposas, mocós, micos e caxinguelês, são comuns e deixam vestígios na paisagem (ver fotos 21 a 30).

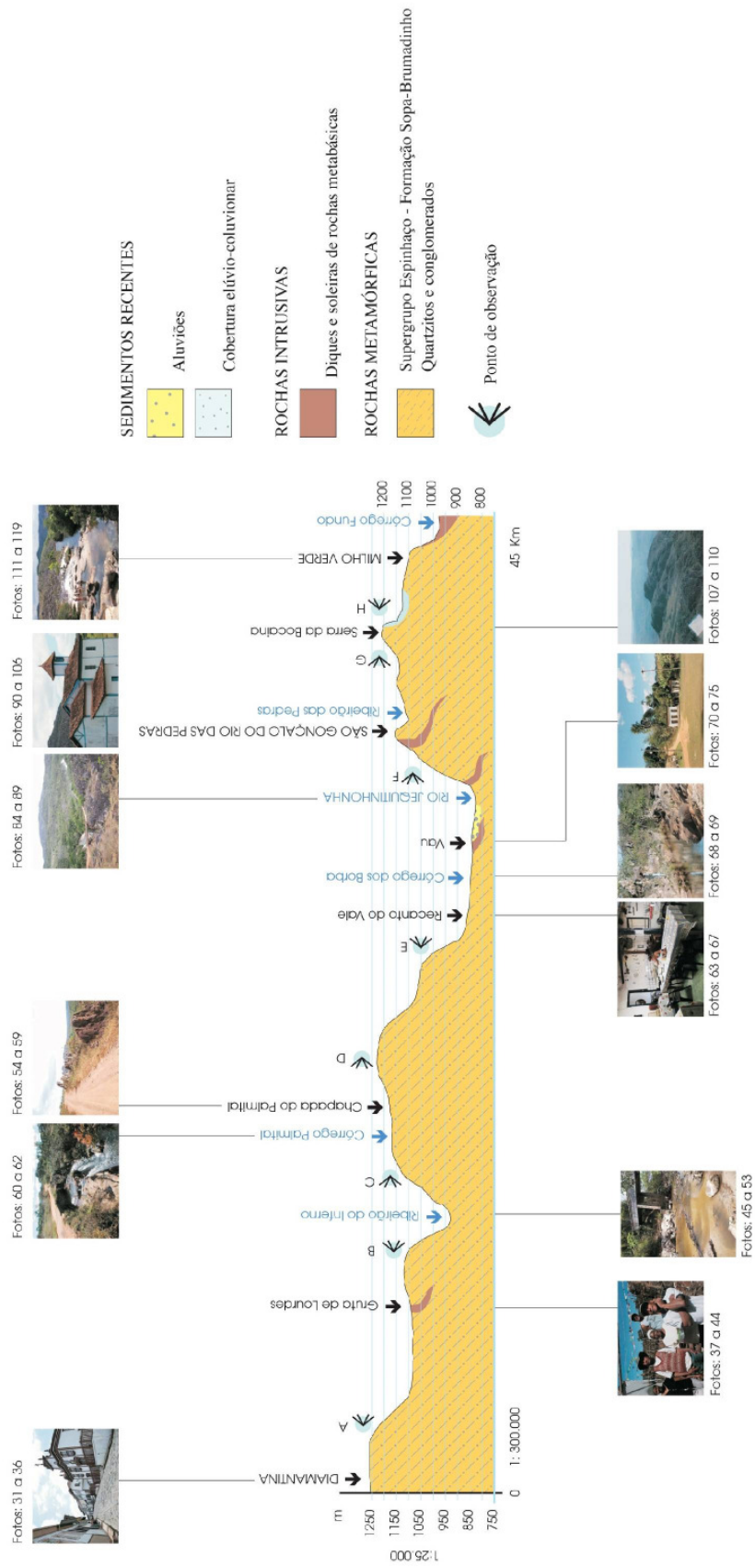
DESCRIÇÃO DO PERCURSO

DIAMANTINA – SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS – MILHO VERDE



Área 01 - Serras do Espinhaço

Perfil topográfico do percurso, contexto litológico e índice fotográfico
 DIAMANTINA - SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS - MILHO VERDE



Fonte: cartas topográficas Diamantina e Rio Vermelho, IBGE / 1:100.000
 Mapa Geológico folhas Diamantina e Rio Vermelho - Projeto Espinhaço 1996 - 1:100.000

O percurso que liga Diamantina a Milho Verde é de aproximadamente 45 km por estrada de terra sinuosa e acidentada, que tem início no sopé da serra dos Cristais, a 1.250 metros de altitude. Os distritos estão localizados em pontos elevados da estrada: São Gonçalo a 1150 e Milho Verde a 1100m, sendo que o desnível total do percurso é de 450m com altitudes variando de 850 metros, na planície do rio Jequitinhonha, a 1250 metros, na cidade de Diamantina.

A paisagem de Diamantina, a partir da rodovia BR367, é arrebatadora (ver fotos 31 e 32). A cidade é naturalmente iluminada, arejada (ver fotos 33 e 34) e protegida pela serra dos Cristais e pelo pico do Itambé. O ponto de observação A (ver perfil topográfico) permite a visualização do Pico do Itambé, o ponto mais alto de toda a cadeia do Espinhaço (ver foto 35). Diamantina integra o Circuito dos Diamantes e está, assim como o Serro, entre os nove municípios do Vale do Jequitinhonha a receberem investimentos do Programa Federal de Desenvolvimento do Turismo — PRODETUR (ver foto 36).

Ao sair da área urbana de Diamantina, chega-se à Gruta de Lourdes, um bairro afastado, próximo à saída para a Gruta do Salitre, importante referência turística nos arredores de Diamantina. A área é hoje um forte vetor de expansão urbana. As casas “do Lourdes” são simples e se enfeitam em dia de festa (ver foto 37). Em agosto, quando foi realizada a viagem de campo, testemunhou-se a preparação da festa para levantar o mastro em nome de Sant’Ana (ver foto 38). A festa é cuidadosamente preparada pela família: fogueira, bandeirolas, comida e bebida (ver fotos 39 e 40). À noite, todos que chegam são bem-vindos. “Religião, música e alegria estão bem identificados no cerne das tradições festivas de Diamantina, sejam elas de cunho religioso, sejam de natureza folclórica ou profana”.²

Do ponto de observação B, há uma vista privilegiada do vale do Ribeirão do Inferno (ver fotos 45 e 46) de onde se percebe a presença marcante do Pico do Itambé. À medida que se desce o vale, a vegetação torna-se mais densa e verde (ver foto 47). A 940 m de altitude, encontra-se a ponte sobre o ribeirão. Conta-se que o nome “Ribeirão do Inferno” refere-se ao lugar onde os escravos contrabandistas de ouro e diamante eram castigados. Nessa

² FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Minas Gerais: monumentos históricos e artísticos – circuito dos diamantes. *Revista Barroco* 16, Coleção Mineiriana, Belo Horizonte, 1995..

condição, os escravos eram submetidos a serviços pesados como o de quebrar pedras e muitos adoeciam e, mesmo assim, não podiam parar de trabalhar. “Muitos morreram aqui. Este é um lugar de tragédias, rico em contradições”, diz o dono do “Cantinho do Céu”, um bar na beira da estrada. Do lado de dentro, um balcão de cimento, prateleiras de cachaça com diversas misturas — cobra, ervas, escorpião (ver foto 48). O atendente é um discreto caboclo, baiano de Ilhéus, que já morou 15 anos na Europa e fala, além do português, o inglês, o francês, o italiano e o alemão (ver foto 49). No seu bar ele serve para os fregueses porções de mandioca e de lingüiça, além de refeições simples e moqueca baiana (ver foto 50). Numa sala lateral, expõe algumas peças antigas: um serrote gigante (de duas pessoas), uma radiola e uma máquina de costura.

O Ribeirão do Inferno mostra seu leito muito remexido por garimpeiros e faisqueiros que fazem pequenas barragens e reviram cascalho, deixando seus sinais na paisagem (ver fotos 51 e 52). A vegetação de fundo de vale apresenta porte elevado, deixando a estrada com trechos sombreados. A cinco minutos do Ribeirão do Inferno, existe uma pequena cachoeira com poço de águas limpas que é freqüentada por moradores da região (ver foto 53).

A Chapada do Palmital, o segundo ponto mais alto da estrada, apresenta altitudes que variam entre 1.150 e 1.240 metros. A essa altitude, a estrada é acompanhada por afloramentos de quartzito entremeados por vegetação de campos rupestres (ver fotos 54 e 55). Do ponto de observação D (ver perfil topográfico), se tem uma vista privilegiada do Pico do Itambé e do Morro Maravilha, que acompanham esse trecho do percurso e surpreendem pelas tonalidades que adquirem sob diferentes luminosidades (ver fotos 56, 57, 58 e 59). Conta-se que a antiga fazenda Palmital foi recentemente vendida e, segundo depoimentos coletados na região, as estruturas existentes serão adaptadas para o turismo (ver foto 60). Em frente à sede da fazenda, há um curso d’água que forma a pequena cachoeira do Palmital, ao lado da estrada (ver fotos 61 e 62).

Do ponto de observação E, no perfil topográfico, destaca-se o Recanto do Vale, a antiga fazenda dos Borba, hoje adaptada ao turismo (ver foto 63). No local, funciona um restaurante onde é servido almoço no fogão a lenha (ver foto 64), e uma pousada que oferece hospedagem em quartos dentro da sede da fazenda (ver foto 65). Além disso, os

proprietários oferecem passeios a cavalo e caminhadas pelas trilhas da região até o povoado do Vau e à cachoeira da Florença (ver fotos 66 e 67). É um lugar bem cuidado e agradável, um bom local para uma pausa na viagem. Nas redondezas, encontra-se o córrego dos Borba. Suas águas transparentes abastecem o rio Jequitinhonha, e seus meandros formam poços e recantos agradáveis, onde é possível matar a sede e aliviar o calor (ver fotos 68 e 69).

O povoado do Vau está a 850 metros de altitude e surgiu em decorrência das atividades de mineração no século XVIII (ver fotos 70, 71 e 72). Uma referência do lugar é o bar “Primeiro Golo”, onde Zé Braga serve frango com ora-pro-nobis, torresminho, caldo de costela e, ainda, uma diversidade de misturas de cachaça (ver fotos 73 e 74). Além de dono de bar, Zé Braga é uma espécie de guarda da memória do lugar. Ele mostra recortes de jornal e fitas K7 com depoimentos de seu pai, Sr. Pedro Braga, um antigo funcionário dos correios que escrevia cartas para ele mesmo, para que a agência não fechasse por falta de movimento (ver foto 75). Sr. Pedro foi um contador de histórias que teve seus depoimentos registrados por uma pesquisadora da UFMG que repassou para Zé Braga as gravações do pai. Além disso, o bar “Primeiro Golo” divulga algumas opções de passeios pela região através do filho do proprietário que acompanha grupos de turistas a lugares como a cachoeira Florença e o abrigo rochoso, onde viveu uma comunidade quilombola (ver fotos 76 a 81).

A ponte do rio Jequitinhonha revela, nesse trecho, uma bela e curiosa paisagem. Bela pela amplitude da bacia visual que permite a apreciação do conjunto harmonioso composto pelo rio Jequitinhonha, pela ponte, pela vegetação de fundo de vale e pelos afloramentos de quartzito. Curiosa pela intrigante evidência do processo geológico que marcou a paisagem. Ao observar o vale do rio, a partir do ponto de observação F do perfil topográfico (ver fotos 82 e 83), percebem-se duas tonalidade bastante diferenciadas da terra ao longo do leito da estrada: de um lado, areia clara e, do outro, vermelha. A areia clara é resultado da desagregação da sílica ou quartzo do quartzito (ver fotos 84, 85 e 86) e a areia vermelha é decorrente do desgaste das rochas intrusivas que rasgaram a crosta e trouxeram consigo alto teor de minério de ferro, o que confere o tom avermelhado da terra (ver fotos 87, 88 e 89). O rio, nesse trecho da bacia, está numa altitude aproximada de 830 metros, sendo o ponto mais baixo deste percurso.

O distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras constitui um dos acervos mais bem conservados das pequenas localidades de origem colonial do interior mineiro (ver fotos 90, 91 e 93). Assim como Milho Verde, o arraial de São Gonçalo teve sua origem nos trabalhos de exploração mineral. Segundo a Revista Barroco 16 (1995), quando foi registrada a ocorrência de diamantes na região, ali já moravam muitas pessoas com casas de vivendas, roças e engenhos. Em início do século XX, São Gonçalo se firmou como centro comercial de relativa importância, uma vez que por ali transitaram tropas que conduziam gêneros alimentícios. O antigo arraial minerador desfruta de uma das mais belas situações topográficas da região, e seus casarios e igrejas ainda guardam a feição típica dos velhos tempos. Hoje há um centro de receptivo turístico na área central (ver foto 92), próximo à cachoeira do Comércio (ver fotos 95, 96 e 97). O distrito comemora datas religiosas tradicionais, como a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, documentada durante os trabalhos de campo (ver fotos 98 a 102). Além disso, há opções de caminhada pela região, como a caminhada até o Pico do Raio, de aproximadamente uma hora de duração, de onde é possível apreciar a vista panorâmica de 360 graus (ver fotos 103 a 106).

A estrada entre São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde percorre a Serra da Bocaina, um importante marco geográfico (ver fotos 107 a 110), coberto por campos rupestres.

No século XVIII, com a descoberta dos diamantes, as prospecções alcançaram, também, a zona de Milho Verde. Em 1968, foi elevado à categoria de distrito do Serro e, segundo a Revista Barroco 16 (1995), a localidade, sem maiores atrativos ou riquezas, destaca-se, no entanto, pela beleza do quadro natural (ver fotos 111 a 115), de grande força paisagística, e pela presença do modesto casario ao lado da velha igreja matriz e da humilde capela do Rosário (ver fotos 116 e 117). Hoje, Milho Verde é um local bastante procurado por ecoturistas. Há diferentes opções de passeios às cachoeiras da região. O constante fluxo de turistas para o distrito causa transformações no cotidiano local. Os hábitos se alteram também em função de novos habitantes, antes turistas, que adquirem terrenos e chegam para morar. Como sinal da concentração de pessoas no local, algumas casas apresentam cercas e aramados para impedir que as pessoas se assentem na frente das casas (ver foto 118). Durante o trabalho de campo foi flagrada uma “banda de lata” formada por crianças de Milho Verde que chamava a atenção dos passantes (ver foto 119).

Rochas

Escarpas e cristas imponentes no relevo apontam para o oeste.



1



2



3

O resultado dos episódios geológicos revela rochas intensamente dobradas e falhadas o que cria formas fisiográficas variadas e curiosas.



4



5



6

Rochas apresentam padrão de cavidades arredondadas.



7



8



9

Vegetação



11

Troncos tortuosos, ramos retorcidos, cascas espessas caracterizam a fisiografia do cerrado.



12

10

A região de Diamantina destaca-se pelo alto endemismo e diversidade da flora dos campos rupestres.



13

As velosiáceas capturam a água nebulular pelas bainhas do seu falso caule. Essa família de plantas é portadora de uma resina utilizada para acender o fogo a lenha, por isso, são bastante coletadas na região.



14



15

As folhas em “roseta” constituem um obstáculo à perda de água.



16



17



18

Campos rupestres lembram verdadeiras “florestas anãs” distribuídas pelos afloramentos rochosos.



19 Líquen sobre tronco de árvore e líquen sobre pedra.



20

Sinais de harmonia na paisagem: presença de vegetação e flores naturais, brisa suave e em constante movimento (SOLANO, 2002).

Líquens são associações de algas e fungos: as algas garantem a fotossíntese e os fungos, a umidade. São excelentes indicadores de qualidade ambiental, no caso, atmosférica e quanto mais viva for a sua cor, melhor é a qualidade do ar.

Vida animal na paisagem.

Coquinho: vestígio de alimentação do mocó.



21

Silhueta de mocó sobre afloramento rochoso.



22

Ninhos de João de Barro e João Graveto.



23

Buraco de tatu.



24

Lacraia.

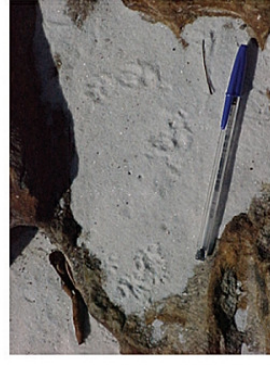


25

"Tudo o que a vida gera e consome tem uma forma: visual, auditiva, tátil, olfativa"

(SOLANO, 2002)

Pegadas de pequenos roedores.



26

Corredeira de formiga saúva.



27

Uma rã se esconde numa fenda de rocha.



28

Vestígio de anta no Parque Estadual do Rio Preto, no Alto Jequitinhonha.



29

Cone de areia que abriga a formiga-leão.

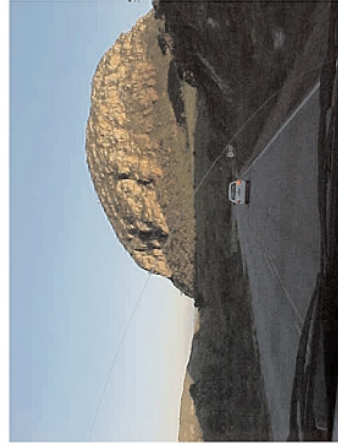


30

Diamantina

Diamantina, ocupa uma área de 4.672 km², sendo o maior município da região do Alto Jequitinhonha. No período colonial, as grandes fortunas acumuladas favoreceram e criaram condições propícias ao desenvolvimento de um comércio rico e variado. Seu importante acervo de arte, história e monumentos religiosos vindo do período colonial é um dos mais bem conservados de todo o país. (Revista Barroco 16, 1995)

Morro do Camelo: rocha intensamente fraturada pelos episódios tectônicos do passado.



31

Estação Eólica de Gouveia na estrada para Diamantina.



32

Igreja de Nossa Senhora do Carmo.



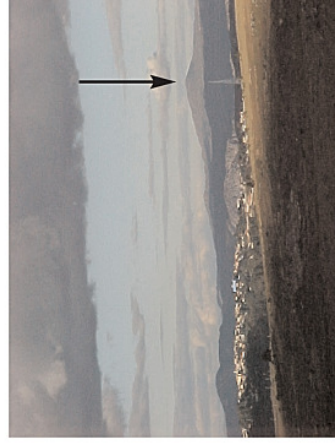
33

Matriz de Santo Antônio.



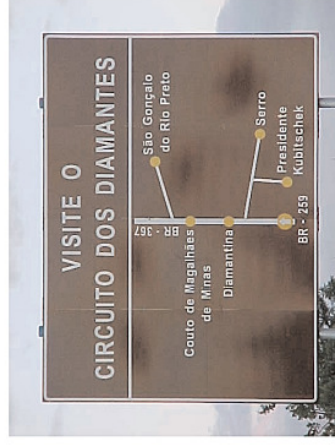
34

Vista parcial de Diamantina com Pico do Itambé ao fundo.



35

Sinalização do circuito dos Diamantes na rodovia BR 367.



36

Gruta de Lourdes

No bairro Gruta de Lourdes encontra-se a casa de D. Joana, onde é realizada a festa de Sant'Ana. Em frente à casa há um emaranhado de trilhas que adentram os campos rupestres e levam a áreas de coleta de lenha, raízes e plantas medicinais.

Mastro de Santo Antônio numa casa vizinha à de D. Joana.



38

D. Joana e família.



39

Preparação para a festa de Sant'Ana.



37

Fogueira para a festa de Sant'Ana.



40

Trilha de lenha e raízes.



41

Alecrim do campo: tônico, digestivo, aperiente, aromático.



42

Carqueja: melhora quase tudo no organismo.



43

Casca de Babatimão: cicatrizante.

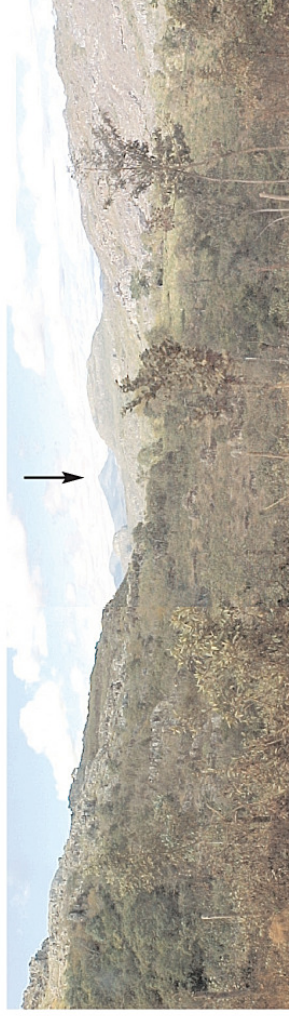


44

D. Joana, além de festeira é raizeira, e explica que certos remédios misturam até vinte raízes, cascas e sementes de plantas diferentes:

"Nunca aprendi nada com ninguém, minha fia, e a minha cabeça quem me deu foi Deus".

Ribeirão do Inferno



Vista do Ribeirão do Inferno a partir do ponto de observação B do perfil topográfico. Observa-se o Pico do Itambé ao fundo.

45



46



47



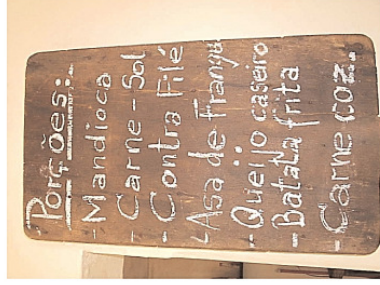
48

Cláudio Santana, dono do Cantinho do Céu, no Ribeirão do Inferno - um baiano poliglota que escolheu viver no Vale do Jequitinhonha.

49



50



51



52

53

A litologia da região possui estreito vínculo com a história de ocupação da bacia do rio Jequitinhonha. A presença de ouro e diamante nas rochas das serras atraiu contingente populacional responsável pela ocupação do alto curso do rio em meados do século XVIII. A organização do espaço urbano e rural é fortemente influenciada pela cultura do garimpo.



54



55

Um rio não é apenas um rio, é vida... Essa água, não é apenas água, É sangue, sustenta outras vidas...

Trecho do poema
Ecológico de Celso Freire.p 14

Ponte sobre o Ribeirão do Inferno.

Chapada Palmital

Estrada, afloramentos rochosos e campos rupestres.

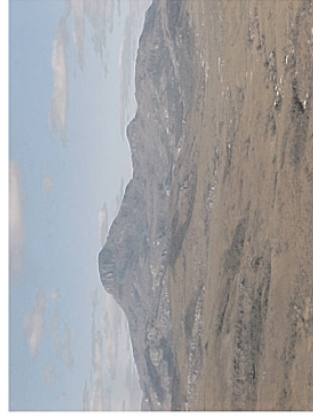


54



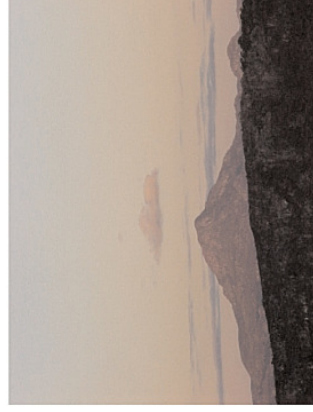
55

Vista do Pico do Itambé
à luz do dia.



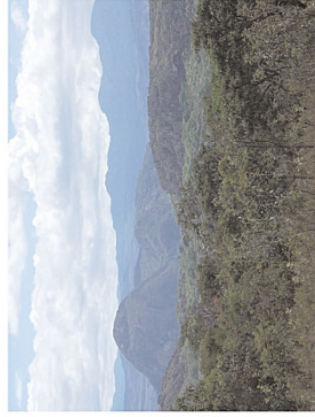
56

Vista do Pico do Itambé
ao entardecer.



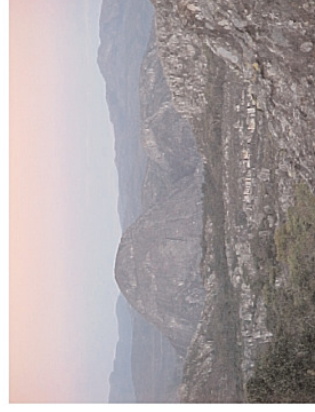
57

Vista do Morro Maravilha
à luz do dia.



58

Vista do Morro Maravilha
ao entardecer.



59

Entrada para a Fazenda Palmital.



60

Queda e poço da Cachoeira Palmital.



61

Cachoeira Palmital ao lado da estrada.



62

*Luminosidade -
luz e sombra são
importantes elementos
de composição.
A luz associa-se à
forma visível; a
sombra representa
aquilo que se oculta,
o elemento espiritual*
(SOLANO, 2002).

Pousada Recanto do Vale

Entrada para a Pousada Recanto do Vale.



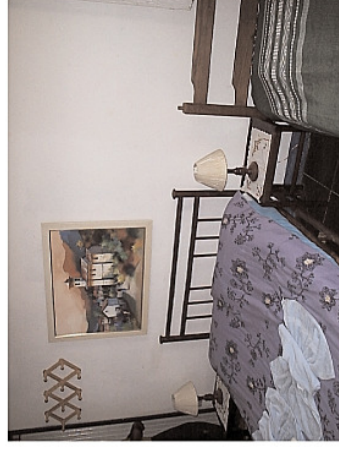
63

Sala de jantar com fogão a lenha.



64

Ambiente do quarto da pousada.



65

Sinalização para atrativo natural.



66

Poço da cachoeira Florença.



67

Córrego dos Borba.



68

Córrego dos Borba.



69

Povoado do Vau

Praça central, à margem da estrada.



70

Placa de sinalização na chegada do Vau.



71

Igreja do Vau.



72

Bar Primeiro Golo do Sr. Zé Braga.



73

Sr. Zé Braga em seu bar.



74

Casa onde funcionou a agência dos Correios, de onde o Sr. Pedro Braga escrevia cartas para ele mesmo para evitar que a agência fosse fechada.



75

Quilombo do Vau

O menino faz passeios com turistas pelas trilhas da região a 20 reais.



76

Marcação da trilha para o Quilombo: tronco de árvores marcados com facão e latinhas coloridas nos arrimos de cerca.



77



78

A cultura quilombola não tem apenas elementos bantos, mas traz consigo vários elementos da cultura europeia. Alguns quilombolas sendo crioulos, isto é, nascidos no Brasil, sequer conheciam a África. Os outros haviam passado boa parte de suas vidas entre brancos e outros lusófonos, ou falantes do português. Muitos já praticavam a religião sincrética do banto católico brasileiro (SANTIAGO, 1999).

Os escravos que conseguiram fugir das fazendas e dos engenhos reuniam-se em lugares seguros - os quilombos - e ali viviam em liberdade, à margem da lei portuguesa.

Estes afloramentos de quartzo abrigaram uma comunidade quilombola.



79



80



81

Ponte sobre o rio Jequitinhonha

A paisagem da ponte do rio Jequitinhonha ilustra a história geológica da região através das cores.

Aspecto do solo.



84

Estrada branca.



85

Detalhe da vegetação: poeira.



86

Margem direita

A areia clara é resultado da desagregação da sílica ou quartzo do quartzito.

Rio Jequitinhonha sob a ponte.



82

Ponte sobre o rio Jequitinhonha

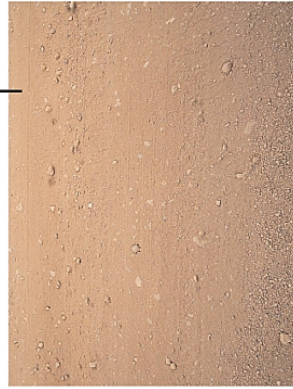


83

Margem esquerda

A areia vermelha é decorrente do desgaste das rochas intrusivas que rasgaram a crosta e trouxeram consigo alto teor de minério de ferro, o que confere o tom avermelhado à terra.

Aspecto do solo.



87

Estrada vermelha.



88

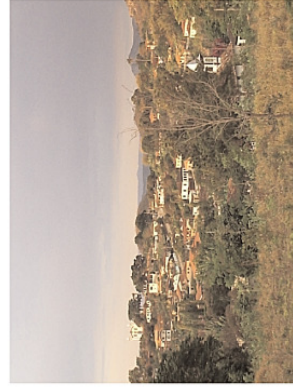
Detalhe da vegetação: poeira.



89

São Gonçalo do Rio das Pedras

Panorâmica de São Gonçalo do Rio das Pedras.



90

Capela de Nossa Senhora do Rosário.



91

Centro de apoio turístico.



92

Largo da capela de Nossa Senhora do Rosário.



93

Cachoeira do Comércio.



94

Afloramentos rochosos da Cachoeira do Comércio.



95

Antigo moinho de fubá da Cachoeira do Comércio.



96

Sinalização educativa no centro do distrito



97

Festa de Nossa Senhora do Rosário em São Gonçalo do Rio das Pedras

Bandeira de Nossa Senhora do Rosário.



98

Maria Clementino Nunes, num artigo para a revista do departamento de História da FAFICH/UFMG, conta que entre os festeiros do Rosário do Serro corre a seguinte história:

Nossa Senhora do Rosário apareceu sobre as águas do mar, não se diz onde nem quando. Os índios ou caboclos que estavam naquele litoral chamaram-na com suas flautas e cantos, mas ela não atendeu. Depois foram os marujos portugueses que chamaram a santa, mas tampouco foram atendidos. Por fim, os pretos catopés chamaram e Nossa Senhora do Rosário foi até eles, tornando-se, dessa maneira, a protetora dos negros do Brasil (SANTIAGO, 1999).

Representação dos índios.



99

Representação dos negros.



100

Representação dos portugueses.



101

Menina vestida de anjo: representação cristã.



102

Pico do Raio

Pico do Raio visto da caixa d'água de São Gonçalo no instante de um arco-íris.



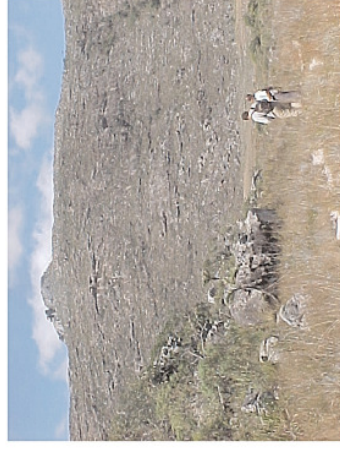
103

Trilha para o Pico do Raio; vertente norte, já próximo ao final da caminhada. Observa-se vegetação rasteira e arbustiva de campo rupestre.



104

Trilha para o Pico do Raio; vertente leste, no início da trilha partindo de São Gonçalo.



105

106 a



Vista panorâmica a partir do Pico do Raio, direção sudoeste.

106 b

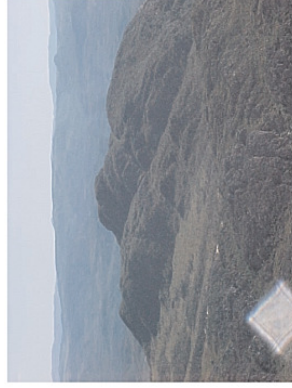


Vista panorâmica a partir do Pico do Raio, direção leste.

Serra da Bocaina

A Serra da Bocaina está a 1.200 metros de altitude e localiza-se entre os distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde. A estrada nesse trecho permeia os campos rupestres e a vegetação tortuosa do cerrado.

Serra da Bocaina vista do alto do Pico do Raio.



107

Estrada que percorre a Serra da Bocaina.



108

A montanha representa simbolicamente o eixo; exige esforço para atravessá-la e uma pausa no processo da vida para avaliação da caminhada. Representa impedimento ou obstáculo; bloqueio, complexo, rigidez. Mas também abrigo e proteção. Há pessoas estimuladas a percorrê-las, como há aquelas que acomodam-se diante de sua permanência.

Para Solano (2000) a montanha associa-se ao conhecimento: “sentar-se como uma montanha é contemplar e meditar.”

Vegetação sobre solo rochoso.



109



110

Milho Verde

Cachoeira do Moinho.



111

Trilha para a Cachoeira do Moinho.



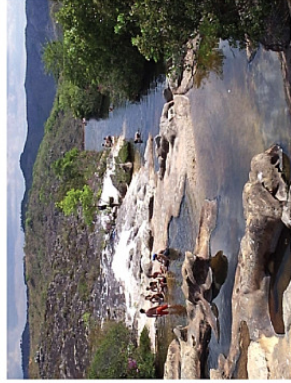
112

Sinalização educativa na Cachoeira do Moinho



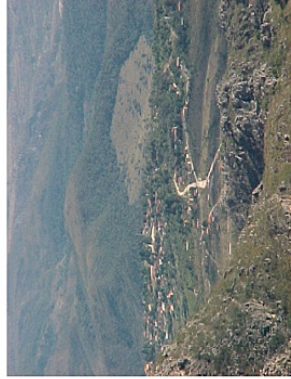
113

Poços a montante da cachoeira do Moinho.



114

Distrito de Milho Verde visto do Pico do Raio.



115

Casario de Milho Verde.



116

Cerca para impedir a concentração de pessoas na porta das casas.



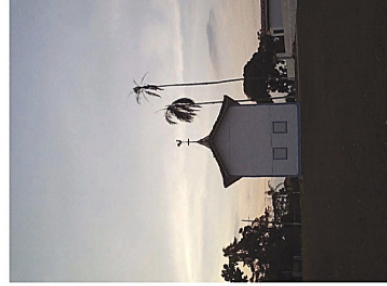
118

Banda de lata das crianças de Milho Verde.



119

Capela de Nossa Senhora do Rosário.



117

3.2.2. Área 2: Chapadas dos Cafezais



Caracterização Geral da Unidade de Paisagem

A unidade das Chapadas localiza-se na porção média da bacia do rio Jequitinhonha e apresenta altitudes entre 900 e 1.000 metros. As chapadas tiveram sua formação em função do depósito de sedimentos sobre embasamento cristalino e apresentam extensas áreas aplainadas entalhadas por grotas úmidas que abrigam nascentes. Destaca-se o fato de o micro-clima e a topografia das chapadas terem sido fatores determinantes para que a região se tornasse um centro de cultivo de café e de plantio de eucalipto em Minas Gerais a partir da década de setenta.

Apresentação da Carta Imagem que Segue

A carta-imagem das Chapadas dos Cafezais apresenta o seguinte padrão de manchas:

As florestas artificiais de eucalipto aparecem em tonalidades de verde claro. Apresentam padrão textural liso devido à uniformidade do dossel (cobertura contínua formada pela copa das árvores que se tocam). Capelinha possui a maior floresta artificial contínua do mundo, formada pelos eucaliptos da Acesita Energética. Esse padrão de mancha domina a porção oeste da carta e concentra-se ao norte e noroeste de Capelinha.

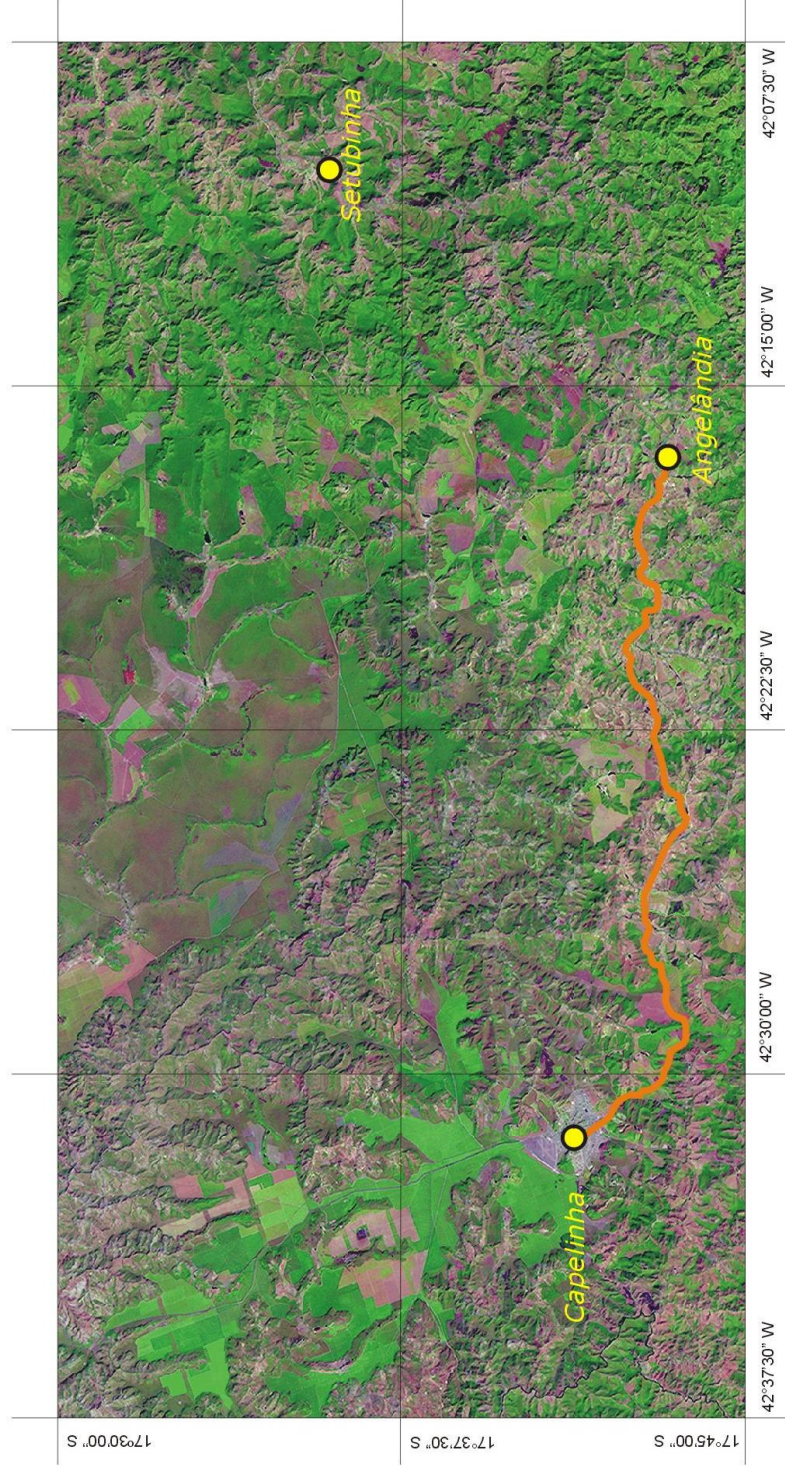
De modo geral as áreas desmatadas, pastagens e solos preparados para o plantio e culturas em estágio precoce de desenvolvimento aparecem em diferentes tonalidades de rosa e vermelho. As formas geométricas mais regulares correspondem a topos de chapada e as formas irregulares de textura rugosa correspondem às grotas (depressões úmidas das encostas). Esse padrão textural pode ser observado em toda a extensão, entre os municípios de Capelinha, Angelândia e Setubinha.

É comum nas fazendas da região a construção de açudes, que aparecem, geralmente, como pequenos pontos pretos nas imagens.

A estrada segue orientação leste-oeste e aparece, com destaque, em cor laranja, e as cidades, em amarelo.

A carta imagem será apresentada a seguir bem como o mapa hipsométrico com a localização do percurso e os mapas temáticos de litologia, formas de relevo e vegetação.

Localização do percurso 2 - Chapada dos Cafezais Capelinha - Angelândia



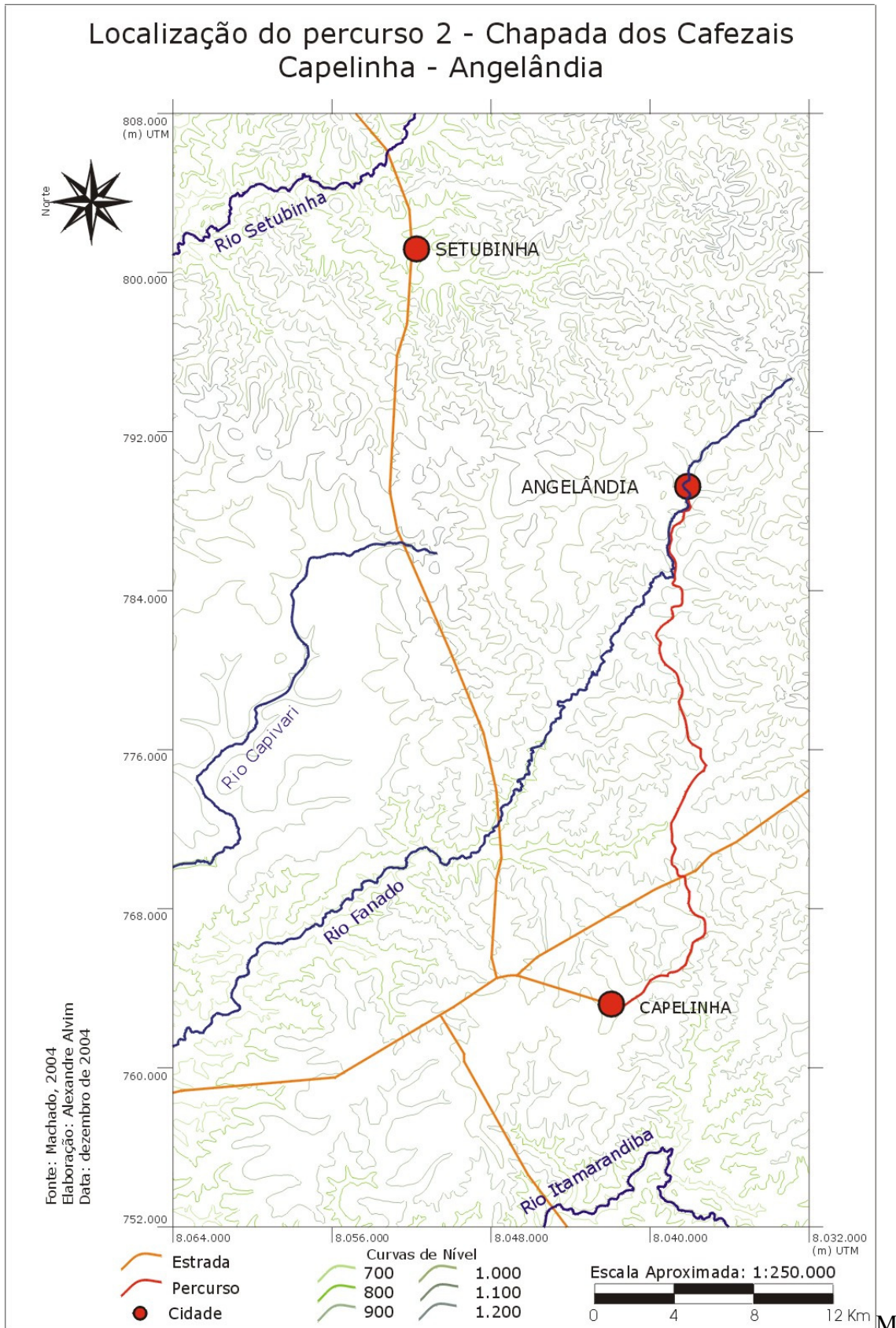
- Cidade
- Estrada

Escala Aproximada: 1:54.000

0 3 6 9 km

Fonte: Imagem Landsat - Embrapa
Elaboração: Alexandre Alvim
Data: dezembro de 2004

Localização do percurso 2 - Chapada dos Cafezais Capelinha - Angelândia



Mapas Temáticos



Área 2: Chapadas, grotas e cafezais

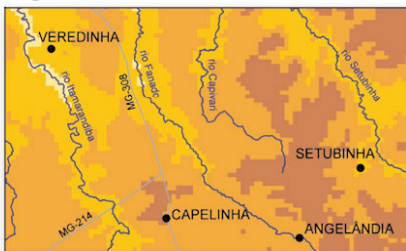


Litologia



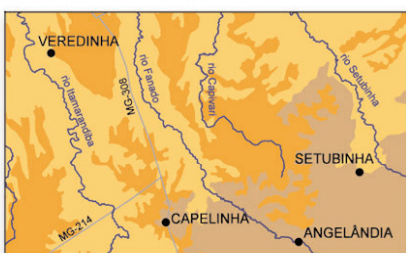
- Coberturas detrito-lateríticas
- Granitóides
- Formação Capelinha: quartzito
- Grupo Macaúbas: xistos, filitos, quartzitos e metalitos
- Ortognaisses

Hipsometria



- 600 a 800
- 800 a 1000
- 1000 a 1200 metros

Formas de relevo



- Zonas serranas
- Chapadas
- Planaltos dissecados do alto Jequitinhonha

Vegetação



- Floresta Estacional
- Cerrado
- Caatinga
- ÁREAS DE CONTATO
- Floresta Estacional / Cerrado



As chapadas da região de Capelinha constituem áreas aplainadas com altitudes que variam de 800 a 1.000 metros (ver foto 1 e Mapa de Hipsometria), recobertas por coberturas detrito-lateríticas (formadas por material muito heterogêneo originado de fragmentos desagregados de outras rochas — ver Mapa de Litologia), altamente porosas e intensamente entalhadas pela rede hidrográfica. Os solos dos topos das chapadas são profundos e pouco férteis (MACHADO, 2004, p. 46).

O viajante e naturalista europeu Saint-Hilaire passou pelo arraial de Capelinha, em 1.817, e fez inúmeras observações de interesse para a geografia, a história e a etnografia. Sobre a paisagem ele relatou:

Ali, não se vêem montanhas elevadas terminadas por cristas ou picos agudos, separadas por vales estreitos e profundos, e revestidas de matas majestosas. Ali não se observam, também, terrenos simplesmente ondulados e cobertos de ervas e arbustos. São morros pouco elevados, separados por vales, e cujo cume apresenta uma espécie de pequena planície. Na região dá-se a esses cumes bizarros o nome de tabuleiros, que significa planalto, e chamam-nos chapadas, quando tem maior extensão (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 201).

Além das chapadas, a região é caracterizada por tabuleiros e áreas serranas originadas das chapadas dissecadas (trabalhada pelos agentes erosivos — ver Mapa Formas de Relevo). Originalmente, essa forma de relevo é caracterizada pela presença de espécies de cerrado e floresta estacional (florestas em que 20% a 50% das árvores perdem as folhas durante a estação seca) nas áreas das chapadas e vegetação úmida nos grotões em função das nascentes que existem na base (mapa vegetação). Sobre a vegetação, Saint-Hilaire (1975) descreveu que:

Uma espécie de florestas anãs, denominadas carrascos, coroam esses planaltos, e se compõem de arbustos de três a cinco pés, em geral, aproximados uns dos outros [...] especialmente uma mimosácea, cujos caules são levemente espinhosos, umas folhas de extrema delicadeza, e as flores dispostas em espiga. Sobre a encosta dos morros a vegetação não é tão débil; eleva-se constantemente, e apresenta árvores retorcidas e enfezadas, mais ou menos espaçadas. Finalmente, nas depressões em que

correm regatos, as plantas adquirem ainda maior vigor; crescem aí verdadeiras matas virgens, e lá é que os lavradores tem suas habitações (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 201).

Como observado pelo viajante, a localização das habitações registra forte relação com a dinâmica ambiental. Dessa forma, as chapadas inserem-se num sistema de organização humana conhecido como *complexo grota-chapada* que, para Graziano e Graziano Neto (1983), consiste numa forma harmônica de usufruto do ambiente. Por apresentar cobertura sedimentar muito porosa, a chapada favorece a infiltração das águas das chuvas que alimentam nascentes nas suas bordas. Dessa forma, o *complexo grota-chapada* está diretamente relacionado à disponibilidade hídrica e determina a manutenção da agricultura familiar. As casas camponesas são situadas invariavelmente ao longo da fonte de água, natural. Ao redor das casas, são plantadas árvores frutíferas, legumes, verduras, mandioca, café. Há galinhas, porcos e patos soltos pelo quintal, tudo destinado ao abastecimento da unidade familiar.

A vegetação do topo das chapadas, denominada “carrasco” por Saint-Hilaire, corresponde ao cerrado. Segundo o viajante, “[...] poder-se-á pensar que a terra dos planaltos, não produzindo senão plantas raquíticas, seja de natureza pedregosa ou arenosa; mas não é assim. Pareceu-me boa; é de cor vermelha” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 202). O viajante explica que a característica da vegetação das chapadas justifica-se pelo fato de os morros serem separados por vales pouco profundos, e apresentarem seus cumes achatados, onde o vento não encontra obstáculo. Além disso, explica que, “[...] quando a terra não é refrescada por nenhum córrego, não é possível que a vegetação adquira grande vigor, por melhor que seja a qualidade do solo” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 202).

De acordo com a descrição de Mendonça e Lins (2000), o cerrado apresenta fisionomias que englobam formações florestais, savânicas e campestres, ocupando aproximadamente 20% do território brasileiro (cerca de 1,8 milhões de quilômetros quadrados). O aspecto visual do cerrado é tão característico e diverge tanto das demais formações que permite supor que se trate de uma formação primitiva, ou seja, uma adaptação muito antiga às condições ecológicas específicas. De uma forma geral, apresenta árvores isoladas, baixas,

tortuosas, esgalhadas, geralmente de casca grossa e espessada, gretada, de raízes profundas e de folhas geralmente grandes e coriáceas (duras e com textura de “couro”). A parte arbustiva apresenta alturas muito variadas. A cobertura subarbustiva-herbácea também é muito diversificada, desaparecendo comumente no período do estio e rebrotando no início das chuvas (MENDONÇA e LINS, 2000, p. 55).

Originalmente, quando os topos das chapadas eram dominados pelo cerrado, estas eram áreas de usufruto coletivo. Nelas qualquer indivíduo tinha o direito de coletar frutas, retirar raízes, madeira e caçar (GRAZIANO e GRAZIANO NETO, 1983). Assim, nota-se que o relevo constitui um elemento importante da cultura rural ali desenvolvida. Embora signifique forte vínculo com a vida camponesa, as chapadas da bacia do rio Jequitinhonha foram palco de uma das maiores intervenções impostas à paisagem da região: a partir da década de setenta, o cerrado foi quase inteiramente substituído por extensas massas de eucaliptos e plantios de café, reduzindo, assim, as áreas necessárias à subsistência da vida camponesa. Até a primeira metade do século XX, era generalizada a crença entre os lavradores brasileiros de que o café só podia ser cultivado eficientemente em terras virgens: após a derrubada das matas, limpeza do terreno e abertura das covas para receber diretamente as sementes ou mudas. Assim como afirma Gontijo (2001, p. 73), a substituição do cerrado pelas monoculturas desarticulou o *modus vivendi* da maioria dos camponeses da região onde se instalou.

O contexto do café na paisagem das Chapadas de Minas – Vale do Jequitinhonha

Em 1930, o café de São Paulo e do Paraná era o principal produto de exportação do Brasil, ultrapassando o algodão e o açúcar. Em fins da década de 1960, diante da necessidade de expansão da cafeicultura e de melhores topografias aptas à mecanização, o café expandiu-se para a região do Cerrado de Minas Gerais, no triângulo mineiro que, devido ao clima seco por ocasião da colheita, produz cafés suaves de ótima qualidade. A partir do início da

década de 1970, expandiu-se para as Chapadas de Minas, na região de Capelinha (ver fotos 1 a 7).

As razões para o deslocamento espacial da cafeicultura para Minas Gerais foram as condições edafoclimáticas (solo e clima) e variantes econômicas. O cafeeiro prospera em climas tropicais e em terras de média altitude. O solo deve ser úmido, rico em matéria orgânica, e poroso, para evitar a acumulação de água, que apodrece a raiz da planta. Como espécie tropical, o café não se adapta ao clima frio e à seca. Capelinha fica numa região única, diferente de todo o Vale do Jequitinhonha: o clima é ameno durante o ano inteiro, e o regime de chuvas é equilibrado. Por isso, atraiu produtores de café interessados em investir sem risco de geadas. Conta-se que a impressão inicial dos imigrantes foi de surpresa, por ser a região muito pobre, uma vez que a exploração agropecuária se assentava em bases muito precárias. A terra era considerada inóspita, tendo em vista que a região não possuía boa infra-estrutura física, principalmente em termos de estradas. Devido às carências do solo, fez-se necessário corrigi-lo através do uso de calcário fino. Conta-se que eram inúmeras as dificuldades de se cultivar o café em uma área de solos pobres em fósforo, potássio e micronutrientes, como zinco e boro (ANDRADE, 1994).

A cafeicultura utiliza intensamente a mão-de-obra, e Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha exerceram fator de atração por oferecê-la de forma abundante e barata (ver fotos 8 a 18). Além disso, na década de 1970, houve a ampliação do crédito subsidiado, oriundo do Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais — PRRC, um plano elaborado pelo Instituto Brasileiro do Café — IBC, que teve seu início em 1969/70, com o propósito de recompor o parque cafeeiro nacional. Com isso, Minas Gerais recebeu o café com todo o apoio governamental, beneficiando-se da presença do IBC e do apogeu da política de crédito agrícola daquela década. Contudo, os programas de incentivo ao café não visavam a recuperar e a modernizar a agricultura praticada na região pelos produtores locais, mas introduzir um novo modo de produção com base em produtores oriundos de outras regiões (ANDRADE, 1994).

A transformação de Minas Gerais no maior produtor de café do país significa que, para manter a posição de líder, as fazendas de café devem buscar maior eficiência e competitividade através de cultivos mecanizados (ver fotos 19 a 25). Os primeiros investimentos aconteceram através de recursos financeiros abundantes e, mais tarde, o café enfrentou a crise agrícola brasileira nos anos de 1980, com falta de estímulos às exportações, redução de crédito e ausência de pesquisa. Nessa época a existência do IBC passou a ser questionada, principalmente com respeito ao seu gigantismo e ineficiência (ANDRADE, 1994). A extinção desse órgão em 1990 simboliza a passagem de um sistema de produção paternalista para uma cafeicultura baseada no livre comércio e na competitividade.

Hoje, Minas Gerais possui um parque cafeeiro que ainda tem muito para se modernizar, e esse processo tem sido liderado por algumas regiões do Triângulo e do Sul de Minas.

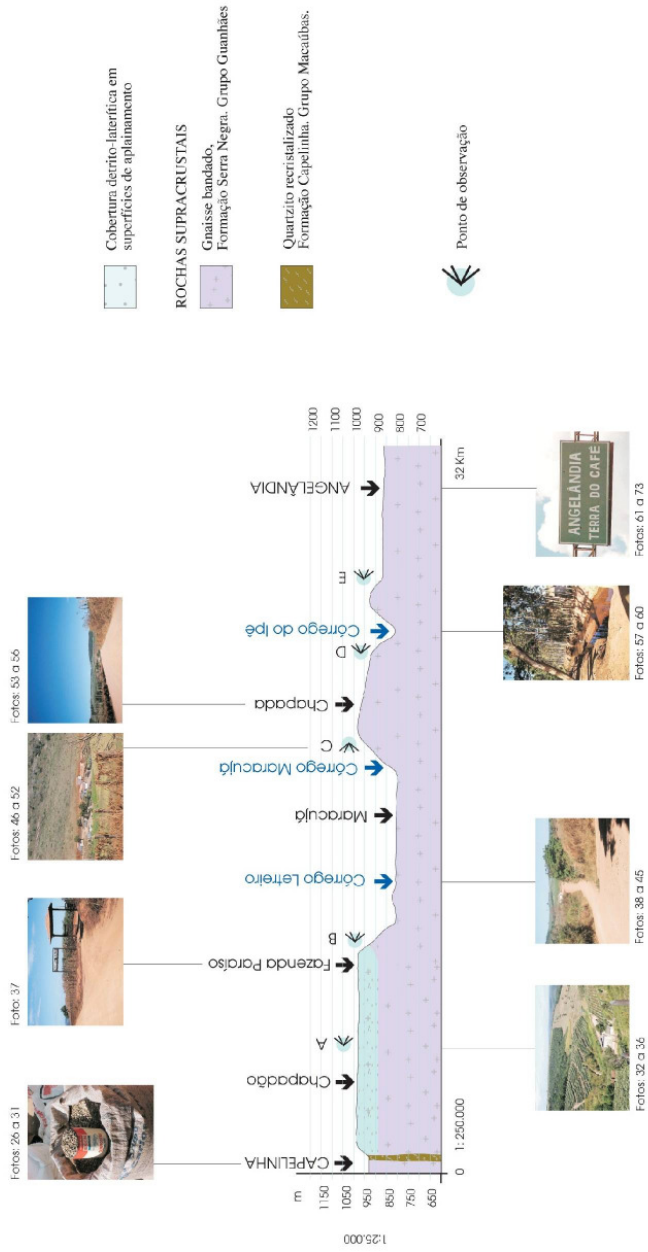
DESCRIÇÃO DO PERCURSO

CAPELINHA - ANGELÂNDIA



Área 02 - Chapada dos Cafezais

Perfil topográfico do percurso, contexto litológico e índice fotográfico
 CAPELINHA - ANGELÂNDIA



Fonte: cartas topográficas Capelinha e Malacacheta, IBGE / 1:100.000
 Mapa Geológico folhas Capelinha e Malacacheta - Projeto Espinhaço 1996 - 1:100.000

O trajeto que liga a cidade de Capelinha à cidade de Angelândia é de aproximadamente 32 km por estrada de terra. O percurso tem início em Capelinha a 950 metros de altitude (ver foto 26). O percurso sofre baixa variação altimétrica e apresenta cotas de 800 metros nas baixadas dos córregos Letreiro, Maracujá e Ipê a 1.000 metros no alto da chapada próxima a Capelinha (ver perfil topográfico).

Capelinha chama a atenção pela diversidade de produtos rurais comercializados no mercado que acontece todos os sábados (ver fotos 27 a 31). A saída da cidade de Capelinha pela BR120 percorre o trecho asfaltado de maior altitude do trajeto — 1.000 metros — onde há plantações de café, bem próximas às margens da estrada (ver fotos 32 a 37). Do alto do chapadão, no ponto de observação A do perfil topográfico, há boa visibilidade das plantações de café que desenham linhas ao longo das colinas e vales (ver foto 5). No limite do chapadão encontra-se a Fazenda Paraíso que representa a realidade das propriedades de médio porte localizadas em topo de chapada, que iniciam investimentos no “cultivo com máquinas”.

A descida do chapadão, onde se encontra o ponto de observação B no perfil, apresenta vista ampla para a baixada do córrego Letreiro (ver foto 38), onde há uma fazenda e um bar na beira da estrada (ver fotos 39 e 42). A água do córrego é turva, indicando baixa qualidade, provavelmente devido ao despejo de dejetos orgânicos e defensivos agrícolas das fazendas (ver foto 44). Junto ao córrego há a Fazenda Novo Mundo, responsável pelo abastecimento de suínos para o mercado regional (ver fotos 41, 42 e 43). O bar do outro lado da estrada não vende muita coisa além de cachaça, cerveja e refrigerante. O proprietário, um senhor já aposentado, (ver foto 40) mora com a família nas proximidades do córrego e abre o bar de acordo com sua conveniência. Equipado com uma mesa de sinuca, o lugar tornou-se um ponto de encontro dos homens da região (ver foto 45).

Na região do córrego Maracujá se aglomeraram algumas famílias que trabalham nas lavouras de café de grota, de cultivo artesanal, voltado para subsistência das unidades familiares. Além do café, há plantio de horta e criação de animais, como porco, patos e

galinhas. No quintal de terra batida há árvores frutíferas e o tradicional forno a lenha para assar pães, bolos e biscoitos (ver fotos 46 a 52).

Nova subida leva até uma pequena chapada plana e homogênea (ver fotos 53 a 56). Ao passar por esta chapada, já próximo a Angelândia, encontra-se o pequeno vale, onde o córrego do Ipê cruza a estrada. Este é um local de socialização (ver fotos 57 a 60). Lá param os ônibus da linha Angelândia/Capelinha. Há um pequeno centro comercial com mercado, lojas de roupas, posto telefônico, bar, quadra de várzea onde acontecem campeonatos de futebol entre times locais. Do ponto de observação E, já é possível avistar a cidade de Angelândia (ver fotos 61 a 63), a antiga Vila dos Anjos que pertencia ao município de Capelinha e desde 1995 tornou-se um município emancipado. A pequena cidade tem sua economia baseada na produção de café e abriga um patrimônio histórico de grande importância para a memória nacional: a fazenda de Alto dos Bois, sede de um antigo quartel português de combate aos índios Botocudos, por onde passou o viajante Saint-Hilaire que registrou suas impressões sobre o lugar (ver fotos 64 a 73).

Linhas de cultivo

Silhueta de uma chapada.



1

As linhas do cultivo do café: linearidade curva, fluidez. A terra: o receptivo, o feminino, aberto, suave e lento; sempre associada à mãe, ao sustento e alimento, conservação da vida, princípio de intuição e trabalho em parceria.



2

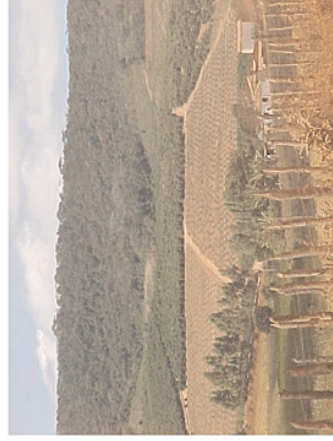


3



4

O café é uma cultura permanente, onde os investimentos feitos são elevados e o retorno é a longo prazo. O ano agrícola começa a 1º de outubro. Até fevereiro, durante cinco meses, são feitas as capinas do café. A produção está condicionada a diversos fatores: idade do cafeeiro, adubação, estercção, replantio, variedade do cafeeiro, capinas, desbrota, chuva e sol em tempo certo. São prejudiciais a geada, a seca, as pragas e moléstias, a chuva de pedra, de vento ou muito pesadas e a chuva durante a florada.



5



6



7

Diferença na maturação dos frutos



8

A lida

“Um ano o dono veste o café e no outro o café veste o dono”. O dito popular traduz a oscilação das safras do café. Segundo depoimentos, este ciclo acontece de dois em dois anos. O ano de 2003 foi atípico. Normalmente as chuvas cessam no mês de março, porém em 2003 choveu até agosto o que causou diferença na maturação dos frutos e prejudicou a safra de 2004 (foto 8). Contudo a florada de outubro de 2004 foi exuberante e prenuncia uma colheita farta.

Indumentária da trabalhadora rural.



9

Colheita de pano.



10

Homem “abanando” o café.



12

Mulher fazendo “rastelação”.



13

Escada de três pés.



11

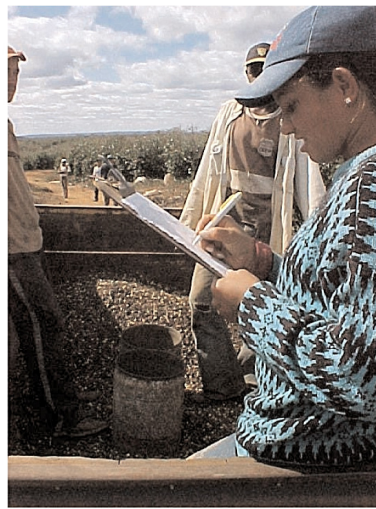
A indumentária serve para proteger os trabalhadores do excesso de sol e dos mosquitos. Os homens usam calça de brim, botinas, camisa, chapéu de palha ou boné e lenço no pescoço. As mulheres usam vestido, calça comprida por baixo do vestido, lenço e chapéu na cabeça (foto 9).

A lida : panha ou colheita

Para a “panha” ou colheita, usa-se um pano, formado por duas folhas de tecido ou lona. Daí o nome “colheita de pano”. Esse pano é colocado debaixo do pé de café, bem unido, trespassando um pouco nas extremidades (foto 10). O café é apanhado com as mãos, puxado e derrubado em cima do pano. Terminada a colheita de um pé de café, arrasta-se o pano para outra árvore, e assim por diante, até encher o pano. Para as partes altas do cafeeiro é utilizada a escada de três pés (foto 11). Depois tiram-se com as mãos as folhas e galhos que caem juntos, deixando o café mais ou menos limpo. Em seguida ele é peneirado e abanado. Para abanar o café é usada uma peneira de arame, cujas aberturas permitem vazarem somente paus e pequenas pedras, retendo o fruto do café (foto 12). Terminada a colheita de pano, inicia-se a “varreção”, feita com o rastelo de madeira e com vassouras. Cada colono pega uma rua e, com o rastelo, vai amontoando o café existente no chão (foto 13). Atrás vem outra pessoa que abana o café e o ensaca (foto 16).



14



15

O café é colocado em sacos (foto 16) que, quando cheios, são levados até o carreador, onde o “recebedor” (pessoa indicada pela fazenda) mede o café com uma medida especial de 55 litros feita geralmente de latão (foto 14). Acertada a medida, o “recebedor” vai anotando em uma caderneta a quantidade de medidas por cada colono (foto 15).

Os processos de secagem dos grãos variam, mas no Jequitinhonha, assim como na maior parte do Brasil, é comum a colocação dos grãos ao sol, em terreiros previamente limpos, onde, durante 10 ou 12 dias, são remexidos, espalhados e finalmente amontoados (fotos 17, 18).



16



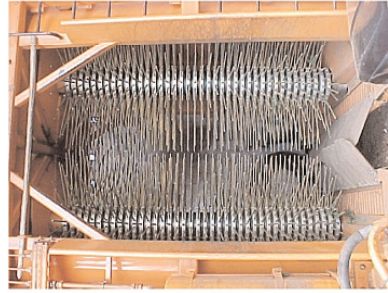
17



18

Mecanização

Colheitadeira de café.



19

O despolpador utiliza água no processo de separação da semente e do fruto maduro.



20

Tanque de retenção de água utilizada no despolpador com alto teor de fertilizantes. Logo abaixo observa-se um açude.



21

O limpador retira a palha do café, uma camada fina e seca que protege o grão. A palha geralmente cai no fundo da máquina, de onde volta para o cafezal como adubo.



22



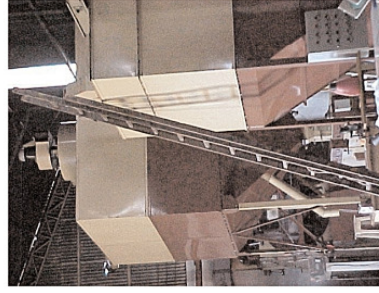
23

Galpão de máquinas da fazenda Alvorada em Aricanduva, próximo a Capelinha.



24

O torrefador. No Jequitinhonha o café valorizado é o da “bebida dura”, com forte aroma. A bebida fraca é chamada “bebida mole”.



25

O café deve ser considerado como um “complexo” tendo em vista a interrelação entre diferentes fases de seu processo de produção e comercialização. O setor do café é grande comprador de equipamentos e insumos produtivos da indústria à montante (máquinas, equipamentos, defensivos e adubos). O centro dinâmico do complexo encontra-se no setor exportador o que influencia diretamente a modernização das práticas agrícolas do café (ANDRADE, 1994). Atualmente, na maioria dos grandes centros produtores no Brasil, entre os quais destacam-se os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, as diversas etapas do beneficiamento, como secagem, seleção, despolpamento e torrefação são realizadas mecanicamente.

A qualidade da terra, a seleção de fertilizantes, a irrigação artificial, assim como a proteção contra as geadas e a ferrugem, são fatores de crescente importância na moderna cafeicultura.

Capelinha

Paisagem de Capelinha.



“Capelinha não existia há dezesseis anos (escrito em 1817). Os Botocudos fizeram incursões pelas terras de alguns lavradores que se tinham aproximado de suas matas; o posto militar, que depois foi estabelecido em Alto dos Bois, para proteger os habitantes da vizinhança, não fora criado ainda; o terror apoderou-se dos colonos cujas habitações estavam mais próximas da região dos selvagens; retiraram-se, e reuniram-se às margens do Fanado. Uma pequena capela que se construiu deu seu nome à povoação nascente; atraiu novos colonos e foi assim que se formou a povoação de Capelinha. Essa é a origem de todas as sociedades: a necessidade aproximou os homens, e a religião vem acrescentar novos laços aos que se reuniram” (SAINT-HILAIRE, 1975).

26

Sábado na feira de Capelinha é dia de comprar e vender tudo o que a região produz. O povo da roça traz o excedente da lavoura e compra o que não planta (MARTINS, 1992).

Banca de verduras.



27

Fumo de rolo.



28

Grãos diversificados: milho, feijão, café.



29

“... legumes e frutas, doces e remédios populares, porcos e galinhas, fumo de rolo e panelas de barro... Quem não vende, troca” (MARTINS, 1992).

30



O café vendido no mercado é proveniente de plantios de subsistência.

31



Foto de duas “bruacas”: malas de couro transportadas na cangalha de jegues e cavalos nas quais são levados os pertences de tropeiros e vaqueiros. A foto mostra duas bruacas cheias de rapaduras envoltas em folhas de bananeira.

Chapadão

Estrada asfaltada do alto da chapada na saída de Capelinha.



32

Fazendas de café à margem da estrada: preparo da terra para o plantio.



33



34

Paisagem das lavouras de café do alto do chapadão.



35

Capela no meio rural fotografada a partir do ponto de observação “B” do perfil topográfico.



36

Entrada para a Fazenda Paraíso que prepara-se para iniciar o cultivo mecanizado: em busca da competitividade de mercado.



37

Córrego Letreiro

Baixada do córrego Letreiro e a casinha branca onde funciona um bar, à beira da estrada.



38



39

O bar de fachada singela não vende muita coisa além de cachaça, cerveja e refrigerante e funciona de acordo com a conveniência do proprietário. Equipado com uma mesa de sinuca, o lugar tornou-se um ponto de encontro dos homens da região: “De vez em quando a mulher mata uma galinha e eu sirvo pro pessoal”

Dono do bar.



40

Criação de gado da fazenda Novo Mundo.



41

Fazenda Novo Mundo: galpões cercados por plantações de café.



42

Criação de porcos da fazenda Novo Mundo.



43

Córrego Letreiro: água turva.



44

Mesa de sinuca do bar.



45

Córrego Maracujá

Casas do povoado do Maracujá.



46

Uma família posa para foto em frente ao fogão a lenha na cozinha de casa.



47

Forno de bolo do Maracujá.



48

“Bois, frangos e porcos convivem nos quintais e formam a base da culinária mineira, enquanto nas hortas a couve reina absoluta” (Martins, 1992).

Horta.



49

Horta.



50

Irrigação da horta.



51

As casas do Maracujá têm quintais onde planta-se milho, mandioca, hortaliças e flores. Também se criam porcos e galinhas para consumo próprio. Cachorros de estimação são comuns.

Vista geral da região do Córrego Maracujá.



52

Os cafezais plantados em grotas são culturas importantes para geração de renda de pequenos produtores. O grão é vendido para os torrefadores locais ou para atravessadores do sul de Minas.

Córrego do Ipê e Chapada

Represamento de água para abastecimento interno da fazenda, uma prática comum na região.



53

Paisagem de topo de chapada com relevo aplainado.



54

Uma árvore de eucalipto antes e depois da retirada de seus galhos.



55



56

Balcão da mercearia.



57

Córrego do Ipê.



58

Shopping rural na parada do Ipê.



59

Atendentes do bar.



60

Ao percorrer as estradas das grotas e chapadas percebe-se que as motocicletas vêm assumindo o lugar dos burros e cavalos. O desprezo pelo jumento é resultado da urbanização das cidades do interior do sertão. Hoje, no Nordeste é possível comprar uma moto com apenas R\$ 60 mensais. Além disso, veículos aposentados nas capitais, por piores que sejam, são mais rápidos, agüentam mais peso e não empacam.

Para o antropólogo baiano Roberto Albergaria, o motivo para o abandono do jegue é mais simbólico que econômico. “O fim do jumento é o fim do mundo agrário tradicional, com seu ritmo lento. Agora é o ritmo da moto, da cidade.”

Angelândia

Placa no portal da cidade



61

Vista parcial da cidade



62

Praça da cidade



63

Alto dos Bois em Angelândia

Patrimônio tombado pelo município, o sítio de Alto dos Bois foi sede de uma antigo quartel português de combate aos índios Botocudos - cenário de massacres. Em Alto dos Bois existem também cavernas naturais, outrora utilizadas como moradias pelos índios. Nas histórias contadas pelos habitantes há um leque de fatos que depõem significativamente sobre o passado desse lugar.

Casarão sede do sítio de Alto dos Bois.



64

O ambiente interno da casa é revestido com tabatinga, um tipo de barro que deixa o ambiente branco.



65



66

Detalhe do ambiente interno.



67

Cerca antiga.



68

Alto dos Bois



Entrada para o cemitério de Alto dos Bois

Como em todo aldeamento indígena antigo, lá existe um cemitério, com a peculiaridade de ter os seus muros edificados exclusivamente com pedras, meticulosamente sobrepostas umas às outras.

69

O córrego de água limpa apresenta cascatas e poço para banho.



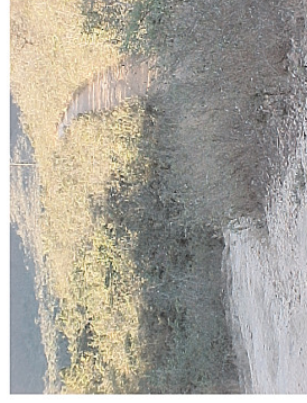
70

A goma secando ao sol para fazer biscoito: subsistência.



71

A curva da tocaia, lugar de emboscadas.



72

“Quem chega pra visitar pode se sentir em casa. O que tem em casa a gente oferece pras visitas: fruta, biscoito e café” - Sr. Tião, morador.



73

“A aldeia de Alto dos Bois está situada um pouco abaixo do cume de um morro descoberto, sobre uma pequena plataforma inclinada. Domina um vale bastante profundo, ela própria é dominada por uma série de morros desiguais que formam em torno uma espécie de círculo. [...] Entrando na aldeia, vi à porta da primeira casa, três ou quatro mulheres indígenas acorçadas no chão.

Não tinham por toda roupa mais que uma saia de algodão suja, grosseiramente tecida, e suas cabeceiras negras e bastas caíam, sem a menor ondulação, sobre seus ombros de um pardo carregado. Desde Ubá, ainda não tivera ocasião de observar idêntico espetáculo” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.209).

3.2.3. Área 3: Pontões de Granito



Caracterização Geral da Unidade de Paisagem

A unidade dos Pontões de Granito localiza-se na porção média da bacia do rio Jequitinhonha e apresenta altitudes entre 200 e 1.200 metros. Os pontões constituem-se de grandes afloramentos rochosos convexos, formados de granito ou gnaisse. São elementos antigos na paisagem, com idade superior a 50 milhões de anos, que resistiram aos processos de intemperismo. Também conhecidos como pães-de-açúcar, estes elementos, são considerados verdadeiros testemunhos da evolução geológica da região e formam uma paisagem de forte expressividade visual que também transcende o limite da bacia do rio Jequitinhonha e estende-se pela franja oriental brasileira.

Apresentação da Carta Imagem que Segue

A carta-imagem dos Pontões de Granito apresenta o seguinte padrão de manchas:

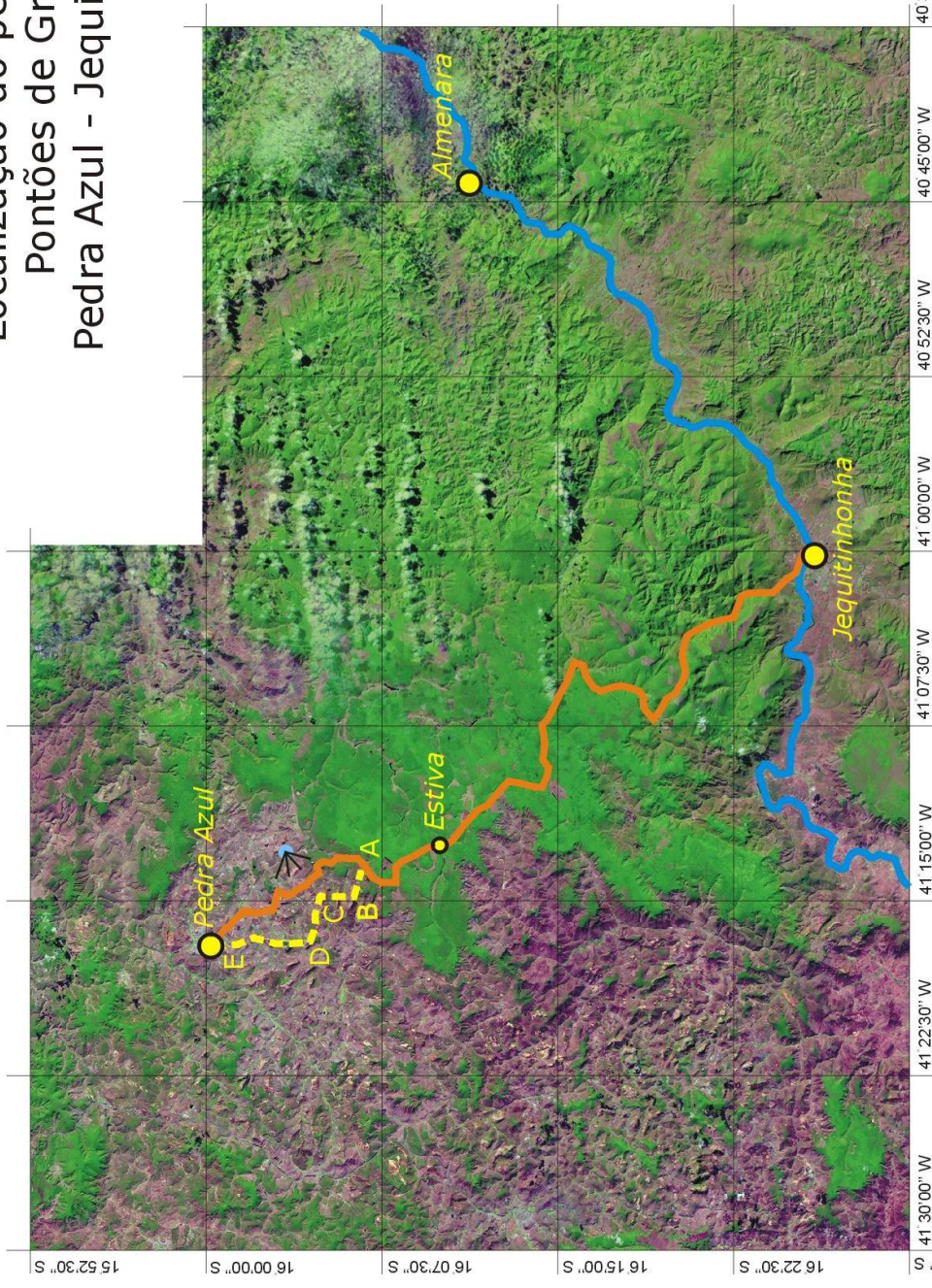
A Mata Escura, floresta tropical, aparece em tonalidade de verde, apresentando padrão textural liso, o que indica a uniformidade do seu dossel (cobertura contínua formada pela copa das árvores que se tocam).







Na ausência de vegetação, a natureza do substrato contribui na cor. Dominando toda extensão oeste da carta-imagem aparecem os pontões de granito com contornos bem definidos. Os granitóides aparecem em tonalidades de rosa e cinza entremeados por manchas verdes da vegetação.

As cidades e aglomerações urbanas aparecem em amarelo. Nuvens aparecem em branco, geralmente, acompanhada por uma mancha preta ao lado, correspondendo à sua sombra na superfície terrestre.

O percurso segue o sentido sudeste-noroeste e aparece com destaque em cor laranja. Nesse trecho o rio Jequitinhonha corre no sentido sudoeste-nordeste e aparece destacado em azul. Na margem esquerda do rio, ao norte da cidade do Jequitinhonha, percebe-se um aspecto mais enrugado da mata devido às ondulações da Serra das Quatro Patacas. Próximo a Pedra Azul destaca-se, em amarelo pontilhado, o perfil da panorâmica observada a partir de vários trechos da estrada. Este perfil será apresentado a seguir junto com a carta-imagem, o mapa hipsométrico e os mapas temáticos de litologia, formas de relevo e vegetação.

Localização do percurso 3 Pontões de Granito Pedra Azul - Jequitinhonha



	Estrada
	Perfil Panorâmico
	Rio Jequitinhonha
	Cidade
	Vila
	Ponto de Observação
	E - Pedra da Conceição
	C - Pedra Formosa

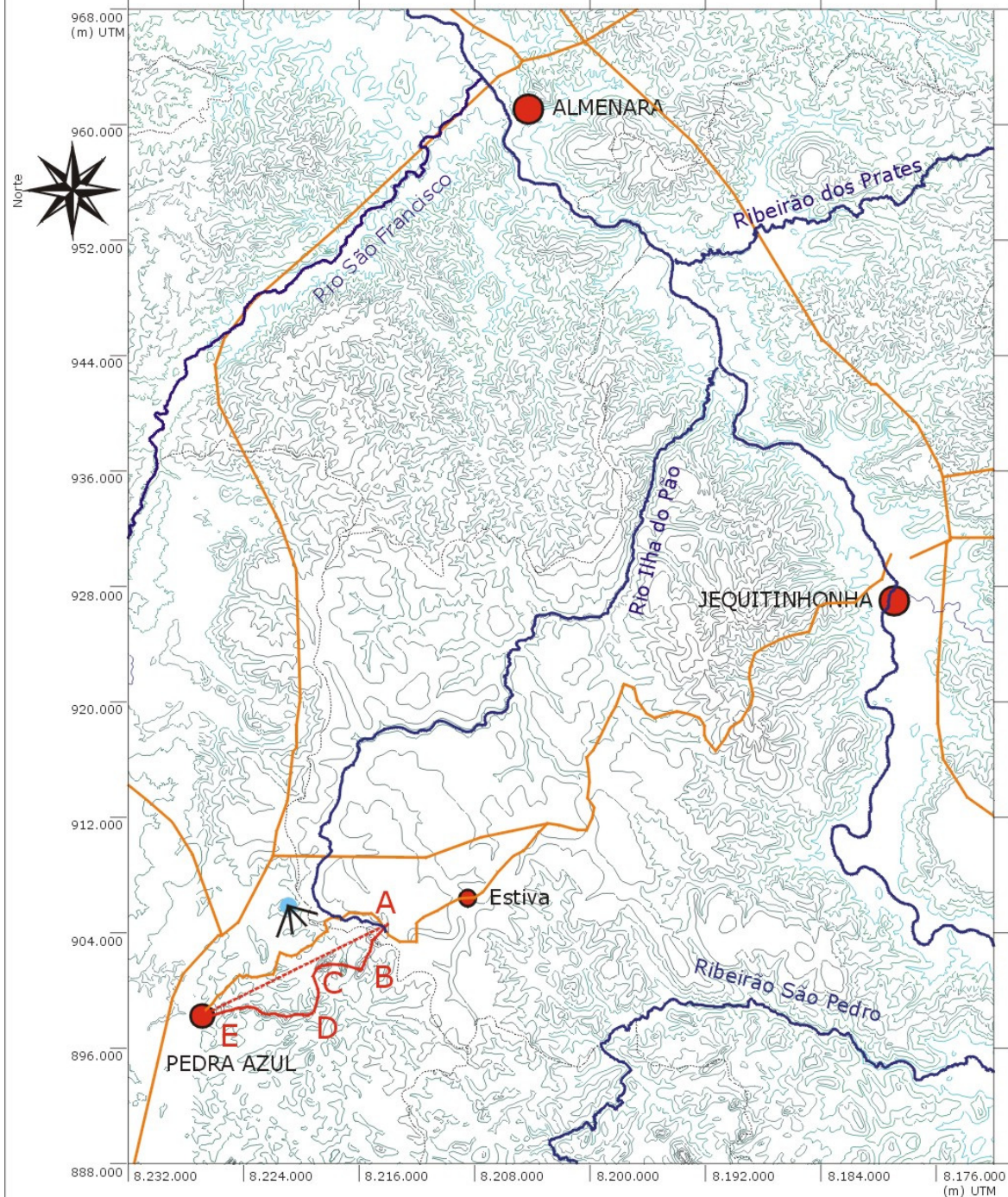


















Escala Aproximada: 1:108.000



Fonte: Imagem Landsat - Embrapa
Elaboração: Alexandre Alvim
Data: dezembro de 2004

Localização do percurso 3 - Pontões de Granito Pedra Azul - Jequitinhonha



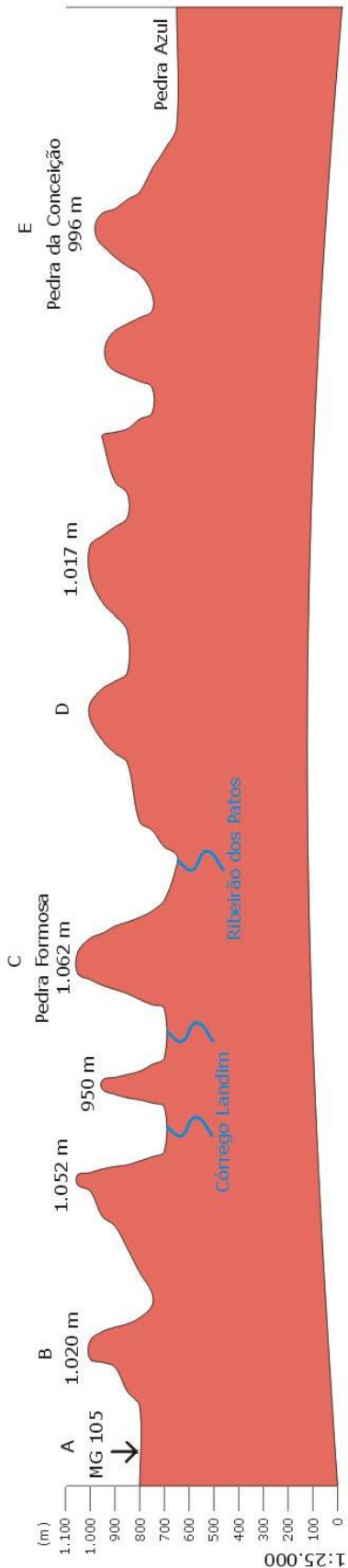
-  Estrada
 -  Rio
 -  Cidade
 -  Vila
 -  Perfil Panorâmico
 -  Ponto de Observação
- | Curvas de Nível | |
|---|-------|
|  | 200 |
|  | 300 |
|  | 400 |
|  | 500 |
|  | 600 |
|  | 700 |
|  | 800 |
|  | 900 |
|  | 1.000 |
|  | 1.100 |
- E - Pedra da Conceição
C - Pedra Formosa

Escala Aproximada: 1:400.000



Fonte: Machado, 2004
Elaboração: Alexandre Alvim
Data: dezembro de 2004

Perfil dos Pontões de Granito visto a partir do entroncamento de Almenara



Obs.: A escala horizontal é variável porque representa o ponto de vista do observador e consequentemente apresenta diferentes perspectivas geométricas, levando-nos a optar por não representá-la.

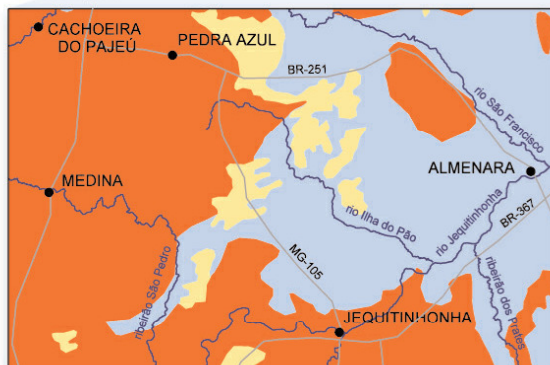
Fonte: Carta Topográfica Jeitinhonha IBGE 1:100.000
 Elaboração: Alexandre Alvim
 Data: dezembro de 2004

Mapas Temáticos

Área 3: Pontões de granito I

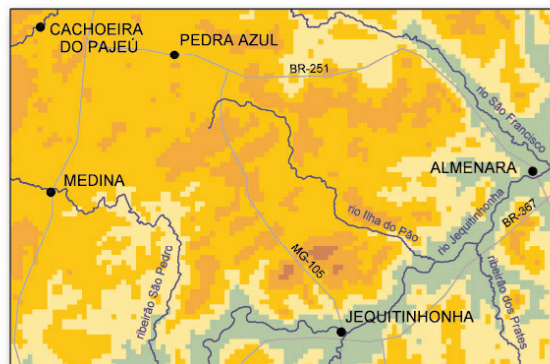


Litologia

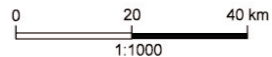


- Coberturas detrito-lateríticas
Sedimentos consolidados por óxido de ferro
- Granitóides
- Rochas metamórficas
- Complexo Jequitinhonha: paragneisse, quartzito, biotica xisto, mármore

Hipsometria

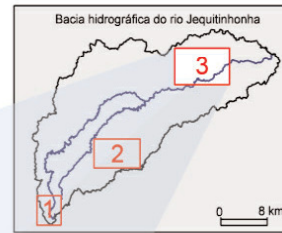


- 200 a 400
 - 400 a 600
 - 600 a 800
 - 800 a 1000
 - 1000 a 1200
- metros

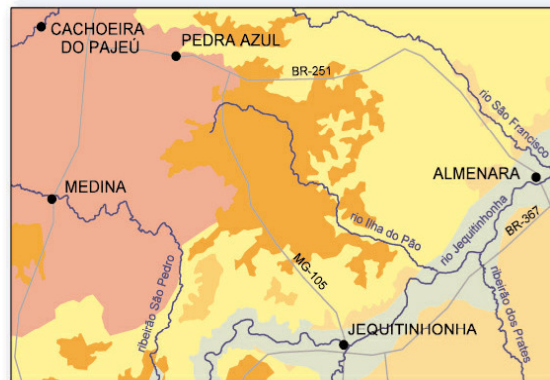


Mapas Temáticos

Área 3: Pontões de granito II

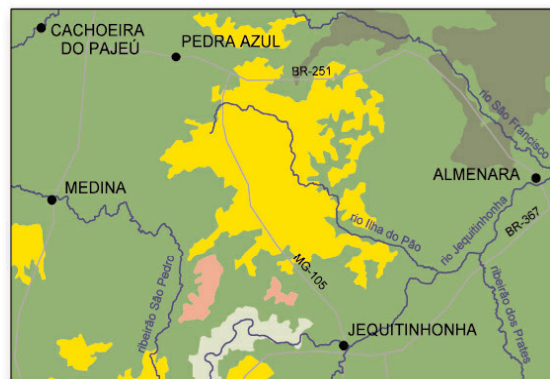


Formas de relevo

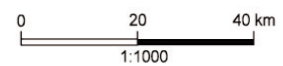


- Chapadas
- Planaltos dissecados do alto Jequitinhonha
- Planaltos dissecados do médio Jequitinhonha
- Zonas de Pontões
- Vales escavados

Vegetação



- Floresta Ombrófila
- Floresta Estacional
- Caatinga
- ÁREAS DE CONTATO
- Floresta Estacional / Cerrado
- Cerrado / Floresta Estacional



Os pontões são relevos remanescentes constituídos de rochas granitóides (ígneas e metamórficas) embutidos na unidade das chapadas (ver Mapa Formas de Relevo). As chapadas dessa porção média do curso do rio Jequitinhonha possuem teto em torno de 900 metros de altitude (ver Mapa Hipsometria) e encontram-se bastante entalhadas.

O termo *ígneo* tem sua raiz no latim *ignis*, e refere-se àquilo que tem sua origem no fogo. As rochas ígneas são aquelas cuja formação ocorreu a partir do magma fundido em grandes profundidades. Dessa forma, os pontões da bacia do rio Jequitinhonha resultaram do lento resfriamento do magma no interior do globo terrestre e hoje se encontram aflorados na superfície (ver fotos 1 a 7).

Segundo Teixeira (2001), o granito é a rocha ígnea intrusiva mais abundante na crosta terrestre. Por serem rochas de mineralogia diversificada, os granitos e os gnaisses (granitos metamorfizados — modificados) (ver Mapa Litologia) caracterizam-se por grande variedade de tonalidades e texturas, o que atribui ao granito alto valor decorativo (ver fotos 8 a 11). Além do granito, o subsolo da região é rico em pedras semi-preciosas, como topázios, turmalinas e águas marinhas. O grafite é outra riqueza do subsolo explorado por uma das maiores indústrias do país, a Nacional Grafite.

A porção oriental da bacia do Jequitinhonha é uma área de contato entre tipos vegetacionais onde se interpenetram os biomas mata atlântica, cerrado e caatinga (MENDONÇA e LINS, 2000, p. 41). Em função da escala utilizada o mapa temático de vegetação não permite representar as manchas de caatinga existentes na região próxima a Pedra Azul. Apesar disso, a influência do bioma das caatingas é percebida através da vegetação arbustiva com indivíduos apresentando muitos espinhos como os mandacarus além de outras cactáceas como a coroa-de-frade e a palma. Estas últimas são típicas de solos litólicos (rochosos) como os do topo dos pontões de granito (ver fotos 12 a 17). O bioma mata atlântica aparece sob forma da floresta estacional semidecidual (ver fotos 18, 19 e 20), na qual vinte a cinquenta por cento das árvores perdem as folhas durante a estação seca, no inverno. Essas florestas ocorrem nos interflúvios (divisor de águas — entre dois cursos fluviais) por vezes associadas ao cerrado e, portanto, recebendo sua forte influência. Não é rara, pois, a ocorrência de espécies consideradas típicas dos dois biomas, uma vez que as mudanças florísticas entre tipos diferentes de vegetação não acontecem de

forma abrupta. Espécies tolerantes a períodos secos prolongados podem ocorrer tanto na floresta estacional, na base dos pontões, como nas formações de cerrado predominantes nas chapadas que circundam os pontões, como a árvore conhecida localmente como “sete cascas” (ver foto 21).

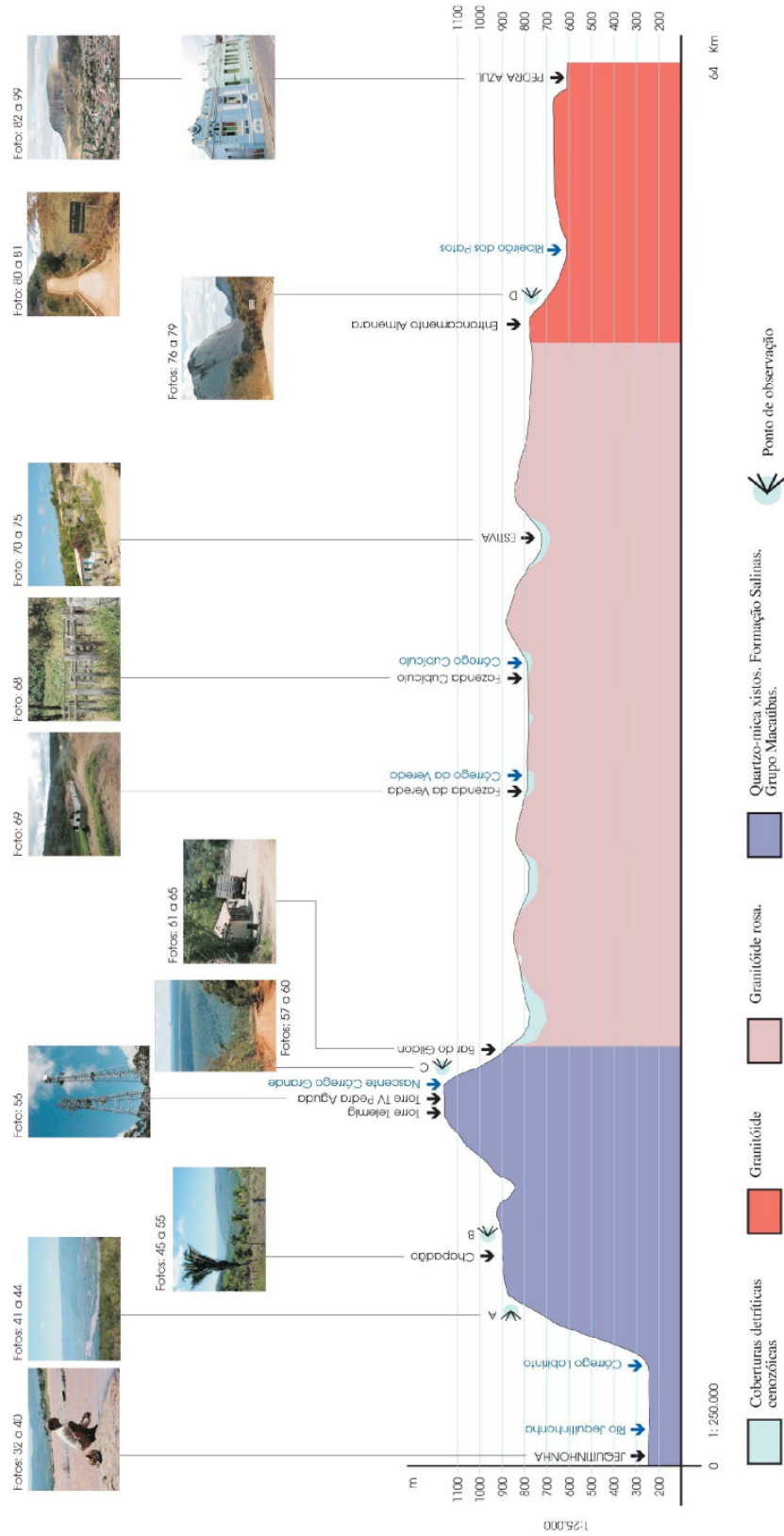
À medida que se sobem os pontões, a textura das plantas fica mais áspera e grossa, com dosséis mais irregulares e forte presença de taquaras, palmáceas, além de plantas espinhentas e suculentas (ver fotos 22, 23, 24 e 25), o que indica a alteração do substrato, mais limitado em água e solo. A caatinga mineira ocupa área relativamente pequena no Estado, apresentando tipologia diversificada conforme sua posição no relevo e as condições edáficas (referente ao solo) locais. Nos pontões, a caatinga apresenta estrato arbustivo variado em espécie, com numerosos cipós, algumas cactáceas, bromeliáceas e gramíneas, além de líquens (ver fotos 26 a 31). A transição entre mata atlântica com influência de cerrado e caatinga resultou numa vegetação com fisionomia única. Como explicam Mendonça e Lins (2000), as diferentes formas do relevo, somadas às especificidades de solo e clima, propiciaram paisagens muito variadas. A vegetação que se desenvolve é resultado das respostas particulares de cada espécie às condições específicas do meio. Desta forma, uma mesma espécie pode estar adaptada a cada um dos ambientes particulares. É possível, assim, entender a ocorrência de vegetações distintas em ambientes semelhantes do ponto de vista topográfico e climático, mas com características locais particulares.

DESCRIÇÃO DO PERCURSO
JEQUITINHONHA – PEDRA AZUL



Área 03 - Pontões de Granito

Perfil topográfico do percurso, contexto litológico e índice fotográfico
JEQUITINHONHA - PEDRA AZUL



Fonte: cartas topográficas Jequitinhonha e Almenara. IBGE 1984 e 1985 / 1:100.000
Provincia gráfica do noroeste de MG. Cartografia geológica modificada segundo Dacontti (2004) dissertação de mestrado - IGC - 1:250.000

O trajeto que liga a cidade de Jequitinhonha à cidade de Pedra Azul é de aproximadamente 64 km por estrada de terra e tem início às margens do grande rio Jequitinhonha, a 250 metros acima do nível do mar.

A saída da cidade de Jequitinhonha começa com a travessia de balsa do rio (ver foto 32). Apesar de as balsas representarem um problema para o tráfego interno da região, a pausa causada pela travessia torna-se uma oportunidade de integração com o local.

O ritmo é diferente.

Do outro lado do rio, a Serra das Quatro Patacas mostra-se imponente e coberta pela mancha verde contínua (ver foto 33). Na balsa, durante a travessia, é recomendado não permanecer no interior dos veículos — esse fato proporcionou, durante o trabalho de campo, o contato com algumas pessoas do lugar (ver foto 34). Naquela oportunidade, um fazendeiro da região contou com orgulho sobre a Mata Escura como “uma área de mata atlântica protegida no coração do Jequitinhonha” e sugeriu que observássemos a margem direita da estrada: “tudo que vocês conseguirem ver é a Mata Escura”. Não teríamos ouvido esse depoimento, não fosse a condição propiciada pela travessia que nos induz a desacelerar o ritmo da viagem e apreciar a paisagem. É comum encontrar pessoas nadando, retirando areia ou simplesmente contemplando as águas do rio (ver fotos 35, 36 e 37). Depois da travessia, já na margem esquerda do rio, a estrada passa por pequenas propriedades ribeirinhas, delimitadas com cercas de taquara. Os quintais são todos voltados para o córrego Labirinto, onde se planta banana, milho, hortaliças e mandioca (ver fotos 38, 39 e 40).

À medida que se afasta da área urbana, a estrada, sem calçamento, torna-se sinuosa e acidentada. Em apenas dezessete quilômetros, atingem-se os 1150 metros de altitude, em um desnível de quase 900 metros. À medida que a estrada ganha altitude, o porte da vegetação se eleva e dificulta a observação da paisagem: a atenção volta-se, então, para o traçado da estrada que apresenta “mata-burros”, indicadores de limite entre propriedades. De repente, em curvas fechadas, abrem-se vazios na vegetação que permitem observar a presença imponente do rio Jequitinhonha (ver foto 41). É o caso do ponto de observação A, demarcado no perfil topográfico, de onde se podem avistar as cidades de Jequitinhonha e

Joáima ao sul (ver foto 42) e, a leste, mais ao longe, os pontões de granito da região de Rubim e Jacinto (ver fotos 43 e 44).

Ao alcançar os 900 metros de altitude, chega-se ao primeiro trecho de aplainamento, é o chapadão da Serra das Quatro Patacas. No chapadão, a estrada é larga, e a visão do entorno é ampla (ver foto 45). A vegetação no topo é bastante alterada pela ação antrópica e a paisagem revela uma prática bastante comum nas terras da região: o manejo pelo fogo (ver fotos 46 e 47). As fotografias evidenciam os efeitos do fogo no capim e no tronco das árvores. As margens das estradas são cobertas por samambaias, espécie pioneira e invasora, por isso muito resistentes, abundantes em áreas que sofreram muitas queimadas (ver fotos 48 e 49). As gramíneas, assim como as samambaias, dominam áreas degradadas e recobrem o solo de maneira irregular, deixando sulcos na terra, possibilitando o carreamento de sedimentos pela ação da chuva (ver foto 50). Esse fato gera processo erosivo de vossorocamento que avança em alguns pontos já próximos à estrada.

A água no alto das chapadas é escassa, portanto, para saciar a sede dos animais no pasto são construídos açudes (ver fotos 51 e 52). O clima é ameno pela manhã e também ao entardecer, com o sopro constante de uma brisa suave e fresca. É comum, ao amanhecer, a ocorrência de névoa branca que envolve as palmeiras, porém, durante o dia, a temperatura tende a aumentar, fato que dissipa a névoa (ver fotos 53 e 54).

A partir do ponto de observação B (ver perfil topográfico) no alto do chapadão, olhando para o leste, percebe-se uma contínua mancha verde (ver foto 55). É a Mata Escura, conhecida, entre os botânicos, como uma ocorrência *sui generis* atualmente no Jequitinhonha. O site oficial do IBAMA¹ apresenta a Mata Escura como uma área onde se interpenetram floresta ombrófila densa (caracterizadas pelo ambiente sombreado e úmido) submontana e floresta estacional decidual preservada entre os municípios de Jequitinhonha, Pedra Azul e Almenara. A mata chama a atenção pelo dossel contínuo e exuberante (cobertura formada pela copa das árvores que se tocam) em altitude média de 1.000 m. Segundo publicação do jornal Hoje em Dia (maio de 2004), o paisagista Burle Marx visitou a Mata Escura na década de 1990 e, por identificar a singularidade do

¹ <http://www2.ibama.gov.br/unidades/biolog/reuc/2026.htm>, visitado em 4 de dezembro de 2004.

patrimônio natural, o paisagista, já naquela época, previa a criação de uma reserva ecológica na área de Jataí, hoje englobada na Mata Escura. A área é uma Reserva Biológica de 50.980 hectares que está sob proteção federal desde 5 de junho de 2003 devido à singularidade da mata e de sua importância ecológica. Algumas espécies presentes na Mata Escura são o miquê, o maior macaco das Américas, quinto colocado na lista brasileira de animais ameaçados de extinção. Há alta incidência de mamíferos raros, de médio e grande porte, com destaque para onça pintada, onça preta, veado e aves, como o macuco, gaviões, além de assari, araponga e tucano.

A Reserva Biológica — REBIO — é uma das categorias mais restritivas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação — SNUC. O principal objetivo das REBIO's é a preservação integral da biota, executando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados. A implantação efetiva da Reserva da Mata Escura envolve, além do bloqueio da estrada entre os municípios de Jequitinhonha e Pedra Azul, a indenização de terras privadas, pois as REBIO's são de posse e domínio públicos, portanto, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. Segundo a reportagem do jornal, a falta de diálogo com o IBAMA e outros órgãos ambientais é alvo de reclamação por parte dos moradores dos assentamentos implantados na região. Na reportagem, o gerente executivo do IBAMA, Messias Franco, apresenta-se favorável à transformação da reserva em Parque, aberto à visitação para atividades de ecoturismo e educação ambiental. A proposta de criação de um Parque é compartilhada pelo escritório regional do IEF, no Jequitinhonha.

Novo trecho em aclive e atinge-se a cota dos 1.151 metros, onde há a Pedra Aguda, ponto culminante da Serra das Quatro Patacas onde foram instaladas torres de transmissão (ver perfil topográfico e foto 56). É a partir desse local, quando se inicia a descida, que se pode observar, ao longe, e ainda de forma discreta, a paisagem dos Pontões de Granito conforme representado na fotografia panorâmica (ver foto 57). Parte do complexo dos pontões pode ser observada do alto da Pedra Aguda: o conjunto de Pedra Azul, composto pelas pedras da Conceição, Formosa, Cabeça-Torta (ver fotos 58 e 59), Forno de Bolo, da Leoa, Rocinha e tantas outras o conjunto do município de Medina e do povoado de Caju (município de Jequitinhonha) que é composto pelas pedras do Bolo, do Tombo, do Bidó, da Manguara, da

Bolívia. Do alto da Pedra Aguda, há grande possibilidade de se observar um espetáculo ao pôr-do-sol (ver foto 60).

Na vertente norte da Serra das Quatro Patacas, ao atingir o patamar em torno dos 800 metros de altitude, encontra-se a venda de Sr. Gildon, na fazenda da Lagoa, o único ponto de apoio comercial entre Jequitinhonha e o distrito de Estiva (ver perfil topográfico e fotos 61 e 62). A casinha singela integra uma vila onde moram algumas famílias. O sistema construtivo é fiel ao uso da madeira, da taipa e da engenharia de adobes. Sr. Gildon utiliza material natural para estruturar o espaço do seu comércio: há bancos de tronco de árvore, cercas de taquara e amarrado de cipó na cobertura vegetal (ver fotos 63, 64 e 65). Próxima às casas, atrás da venda, existe a lagoa que deu nome à fazenda. Segundo alguns moradores, a explicação para a existência dessa lagoa é mágica: “um dia, uma velha senhora fazendo preces pedindo por chuva enterrou uma garrafa cheia de água limpa. No dia seguinte, estava formada a lagoa”.

No chapadão, quase não há casas ou sedes de fazendas próximas à estrada, por serem locais de solo pobre e de baixa oferta hídrica. As fazendas são isoladas e circundadas por pastagens, dessa forma, para se chegar até elas é preciso percorrer estradas secundárias, geralmente estreitas e sinuosas, que descem os grotões para chegar às sedes. Esse é exatamente o caso da antiga Fazenda Barreiro que possui 15 quartos fechados (ver fotos 66 e 67). No interior da casa, há retratos antigos de família, tapetes de couro de onça, mesa de jantar em peça única de madeira, indicadores da riqueza ambiental de tempos passados. As pessoas vivem isoladas e seu modo de falar é bastante peculiar, com expressões características do matuto. Por não haver energia elétrica, não há televisão. A fazenda Barreiro é habitada por um senhor que vive sozinho e zela pelo patrimônio da família para a qual ele trabalha há 30 anos. A receptividade traduz-se na prosa, no café com biscoitos de goma e queijo feitos por ele próprio que conta, com saudosismo, as histórias de tempos passados:

Havia muito gado, produção de queijo e requeijão, de carne salgada. Os vaqueiros tinham muito serviço: campavam gado na manga, amansavam burro. O doutor freqüentava a fazenda com sua família, e a cozinha sempre queimava lenha no fogão. Isto aqui já foi uma beleza!

As fazendas da região, em sua maioria, estão envolvidas em impasses judiciais de espólio familiar. Os herdeiros não conseguem manter as fazendas produtivas. Dessa forma, é comum encontrar currais desmoronando, sedes cercadas por mato alto, abandonadas, e pequenas casas habitadas por caseiros solitários (ver fotos 68 e 69).

Estiva é um pequeno distrito de Jequitinhonha (ver foto 70) e representa a característica comum dos municípios do Vale do Jequitinhonha: sede e distritos distantes quilômetros entre si. O distrito é isolado pelas áreas de pastagem que deixam grandes vazios nas áreas rurais. Quem passa por Estiva percebe uma pequena construção com sistema de armazenamento de água. Trata-se de uma lavanderia pública onde mulheres e crianças passam algumas horas do dia (ver fotos 71 e 72). Há, na paisagem, indicadores de auto-suficiência local em produtos que atendam às necessidades básicas da população, como as cercas de taquara e os tijolos de barro (ver fotos 73 e 74). Uma plantação de mandioca indica o árduo esforço empenhado no plantio de subsistência praticado cada vez em menor intensidade pelas pessoas do lugar (ver foto 75). A maior parte da terra é usada para pastagens, apenas uma pequena fração destina-se ao autoconsumo.

A partir da bifurcação (ver foto 76) da estrada que dá acesso para Pedra Azul, Almenara e Porto Seguro, os pontões revelam-se novamente, só que, dessa vez, com imponência. A sensação é arrebatadora. A verticalidade dos afloramentos de granito rouba o olhar e nos convida a contemplá-los (ver fotos 77, 78 e 79). A silhueta da paisagem do ponto de observação D (ver perfil topográfico e carta-imagem) está representada no perfil panorâmico. Este é um perfil composto, formado a partir da ligação dos topos de morro presentes ao longo da estrada entre o entroncamento de Almenara e a chegada em Pedra Azul.

Pedra Azul não é banhada por nenhum curso d'água de porte. Há inúmeros córregos, como o córrego dos Patos, que apresenta baixa qualidade de suas águas (ver fotos 80 e 81). O abastecimento de água da cidade é possível graças a duas barragens existentes. O arraial de Boca da Caatinga, nome antigo de Pedra Azul, tornou-se distrito de Salinas em 1888 e viveu tempos de grande progresso no último quartel do século XIX. As terras eram baratas e atraíram tropeiros e comerciantes. Muitos deles jovens, começando a vida, estabeleceram-se em Boca da Caatinga que ficava numa encruzilhada, o que determinou

sua característica de entreposto. Para se ter uma idéia da posição estratégica do povoado, documentos consultados na prefeitura da cidade descrevem que: para o sul ia-se para Jequitinhonha e, a partir dali, podia-se seguir de barco em direção ao mar passando por Belmonte e por outro lado para Araçuaí, Minas Novas, Diamantina e Ouro Preto; a oeste, a estrada ia para Salinas, e dali até Montes Claros; ou indo de Salinas para o nordeste chegava-se a Chapada Diamantina e a Bom Jesus da Lapa, local tradicional de romaria; para norte, a estrada passava por Encruzilhada e dali para Vitória da Conquista e Salvador.²

Em 1882, no fervor reformista dos republicanos, Boca da Caatinga torna-se Fortaleza, numa alusão às quatro “pedras” que abrigam e protegem a cidade (ver foto 82). Em 1912, Fortaleza emancipa-se e, em 1943, há a mudança do nome para Pedra Azul, numa referência às águas marinhas: “[...] em 1927, ao abrir valas para cercar a fazenda Laranjeiras encontrou-se boa quantidade de águas marinhas de excelente coloração”.³

Desde 1998 as pedras, ou pontões, são tombadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural (ver fotos 85 a 94). Pedra Azul é uma das povoações que surgiu e se dedicou à agricultura de subsistência e à pecuária a fim de suprir, a princípio, as demandas dos núcleos mineradores. A arquitetura do casario, também tombado pelo patrimônio municipal (ver fotos 83 e 84), reflete a importância econômica da cidade naquela época. A antiga Fortaleza do início do século XX já apresentava um histórico de participação em exposições de pecuária em Belo Horizonte e Rio de Janeiro, em 1907 e 1910 respectivamente. Um ano mais tarde é realizada a primeira exposição pecuária do sertão na antiga Fortaleza.

Uma das principais correntes de penetração e colonização da região de Pedra Azul foi o Caminho do Gado, no qual os vaqueiros do nordeste penetravam os sertões pelo rio São Francisco ou pelo rio Jequitinhonha. Segundo Sebastião Martins (1992), “[...] os documentos que ficaram do século XVIII comprovam a crescente importância da criação de gado para a economia de Minas, assim como descrevem a epopéia dos fazendeiros de então”.

² Texto adaptado do documento interno da prefeitura de Pedra Azul em agosto de 2004.

³ Fonte: documentos internos da prefeitura de Pedra Azul. Consultado em agosto de 2004.

“Pedras” ou pontões de granito.

São enormes blocos de granito com vertentes abruptas e topos arredondados. Com formatos variados os pontões dão à paisagem um aspecto onírico e pictórico - para muitos as formas lembram bonecos, conchas, balas, elefantes, presépios, castelos e dinossauros. A beleza topográfica é enriquecida pelos capões de mata fechada que servem de morada para uma variedade de pássaros.

O ponto mais alto chega a 1.016 metros de altitude na Pedra da Cabeça-torta.

Os pontões de Pedra Azul apresentam desnível de mais de 100 metros em relação à base em que se assentam. As pedras mostram sulcos no sentido vertical, consequência do fluxo de água durante as chuvas.

As pedras expressam quietude, evocam permanência e a eternidade.

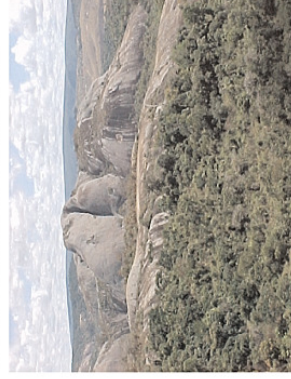
(SOLANO, 2000)

Sulcos na pedra causados pela água da chuva.



4

Pedra da Concha vista do alto da Pedra da Cabeça-torta.



5

Detalhe de rocha.



7

1 Pontões em Medina.



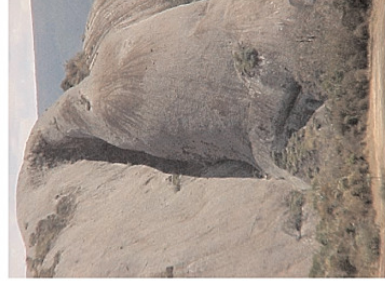
2 Pedra da Cabeça-torta.



3 Pedra da Cabeça-torta.



Detalhe da Pedra da Concha.



6

Granito

O resfriamento do magma intrusivo é lento e permitiu que os minerais em formação crescessem o suficiente para serem facilmente visíveis. Isso gerou as diferentes colorações do granito.

As pedras mais valorizadas da região de Medina, próximo a Pedra Azul, são exportadas para o Japão, China, Itália e podem custar de 250 a 1.050 dólares o metro quadrado.

Algumas mineradoras de granito permitem conhecer suas instalações e explicam todo o processo de extração desde a retirada dos blocos das pedreiras, passando pelo corte de lâminas, polimento até o ponto de estarem prontas para serem comercializadas.

Aspecto do granito polido.



8

Visita a uma estação de beneficiamento de granito.



9

Galpão de beneficiamento.



10

Blocos de granito bruto.



11

Frutos da Caatinga

O cacto “coroa-de-frade” (*Melocactus macrodiscus*) ocorre no México, no Peru e também no Brasil. Seu nome foi inspirado na estrutura rosada, formada por pequenas cerdas e minúsculos espinhos, no alto da planta, como se fosse uma coroa. De dentro dessa estrutura saem as flores e o pequeno fruto, chamado localmente de “picolezinho”, muito apreciado pelos nativos da região. O mesmo acontece com o fruto da palma. Durante a caminhada pelas pedras, a procura por esses frutos é motivo de entretenimento e, se forem encontrados, de degustação.

Cacto coroa-de-frade com seu fruto, o “picolezinho”.



12

Detalhe do “picolezinho”.



13

Palmas: transição com o bioma da caatinga.



14

Flor da Palma.



15

Fruto da palma descascado.



16

O modo de fazer: rolar o fruto na areia para retirar os espinhos.



17

Vegetação

Mata na base da pedra da Cabeça-torta.



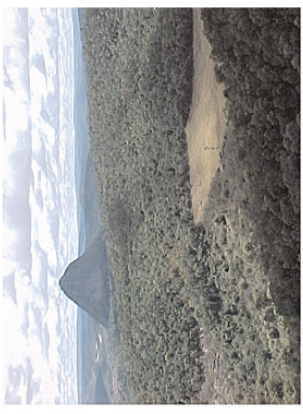
18

Estrada para Cabeça-torta: sombreada pela mata estacional.



19

Pedra Forno de Bolo vista a partir da pedra da Cabeça-torta: circundada por mata estacional e áreas de pastagem.



20

Árvore “Sete-cascas”.



21

Mata no topo da pedra Cabeça-torta: alta presença de taquaras, palmáceas e espinheiros.



22

Espinheiros da caatinga exigem cuidado ao caminhar pelas trilhas.



23

Bromélias no topo da Cabeça-torta: caminho exige atenção do caminhante.



24

Palmeiras na mata do topo da Pedra da Cabeça-torta.



25

Bromélias, cactos e líquens

Dona de uma enorme diversidade de cores e tamanhos a família das bromeliáceas abrange mais de 3.000 espécies e milhares de híbridos - que provém de duas espécies diferentes - quase todas nativas das Américas. Só o Brasil possui mais de 1.500 espécies, terrestres ou rupícolas (que crescem sobre as pedras).

As bromeliáceas compõem uma das mais adaptáveis famílias de plantas do mundo por terem uma impressionante resistência para sobreviver e apresentar infinitas e curiosas variedades de formas e combinações de cores. Na natureza aparecem como epífitas, simplesmente apoiando-se em outro vegetal (ou qualquer outro substrato) para ter mais luz e mais ventilação. As bromélias florescem somente uma vez durante seu tempo de vida e, após a floração, soltam brotos laterais que substituirão a planta que irá morrer. Plantas da família das Cactáceas são especialistas em viver nos locais e nas regiões secas. Apesar de 92% de sua estrutura ser composta por água, a presença do cacto indica sempre um solo pobre e seco. Mesmo atravessando longos períodos sem chuvas, eles conseguem permanecer verdes e vigorosos. A maioria dos cactos não tem folhas, só espinhos (ou seja, folhas modificadas), portanto respiram e realizam fotossíntese pelo caule, pois é nele que se localizam os estômatos e os cloroplastos. Todos os cactos florescem, porém algumas espécies só dão flores após os 80 anos de idade ou atingir altura superior a dois metros. Depois da primeira floração, todo ano, na mesma época, as flores voltam a aparecer.

Bromélia rupícola.



26

Textura da rocha provocada pela presença de bromélias.



27

Textura da rocha provocada pela presença de plantas.



30

Cacto na pedra da Conceição em Pedra Azul.



29

Bromélia florida.



28

Detalhe da bromélia Tillandsia.



Assim como os líquens as bromélias do gênero Tillandsia são excelentes indicadores de qualidade ambiental.

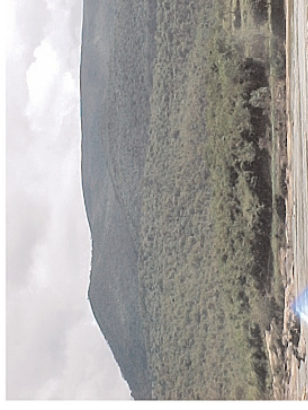
Rio Jequitinhonha

Balsa sobre o rio Jequitinhonha.



32

Serra das Quatro Patacas e a Mata Escura.



33

Convívio durante a travessia do rio.



34

“Aqui o Jequitinhonha já não é mais um rio de águas rápidas, como nas áreas de garimpo do antigo distrito diamantífero. Sobre o areal ele corre manso, cria praias” (Martins, 1992).

Crianças banhando-se no rio.



35

Extração de areia no Jequitinhonha.



36

Contemplação.



37

Cerca de taquara.



38

Propriedades à beira do córrego Labirinto, afluente do Jequitinhonha.



39

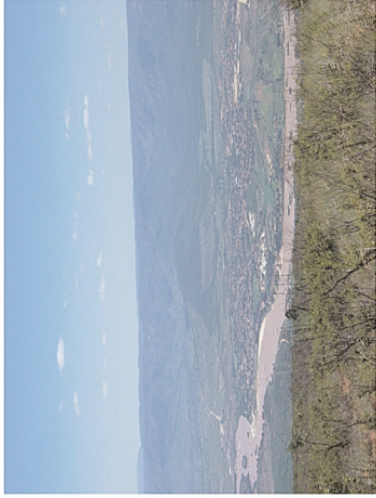
Antiga construção ribeirinha.



40

Ponto de observação “A” do perfil topográfico

Vista do rio e da cidade de Jequitinhonha a partir do ponto de observação “A”.



41

Vista para a região de Joaíma.



42

No horizonte, pontões de granito da região de Jacinto, Rubim e Santa Maria do Salto.



43

Detalhe dos pontões da região de Jacinto.



44

O chapadão

Estrada do Chapadão.



45

Evidências do fogo.



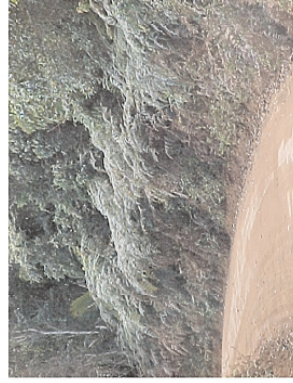
47

Samambaia: detalhe.



48

Samambaia: domina paisagem da estrada.



49

Gramíneas dominam áreas queimadas.



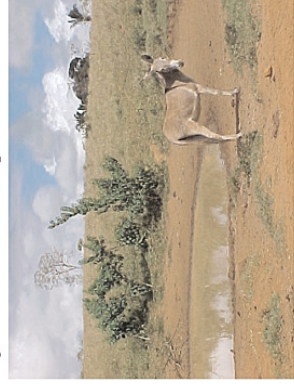
50

Jegue na beira do rio Jequitinhonha.



51

Agude no alto do Chapadão.



52

Vegetação do alto do Chapadão: palmeira.



53

Névoa branca: unidade no Chapadão.



54

Os jegues marcam a paisagem e são muito utilizados como meio de transporte de pessoas e cargas, por serem animais resistentes. Durante séculos o jegue foi o animal de estimação oficial das famílias do sertão. Era o amigo, o companheiro de trabalho, o meio de transporte capaz de buscar água no riacho próximo e voltar sozinho. O patrimônio mais valioso que um pai podia deixar para o filho. Hoje isso mudou. A desvalorização do jumento é uma característica do sertão brasileiro.

Reserva Biológica da Mata Escura

A Mata Escura é uma Reserva Biológica de 50.980 hectares que está sob proteção federal desde 5 de junho de 2.003.

A Reserva Biológica – REBIO - é uma das categorias mais restritivas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação –SNUC. O principal objetivo das REBIO's é a preservação integral da biota executando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados para preservar o equilíbrio natural e a diversidade biológica.

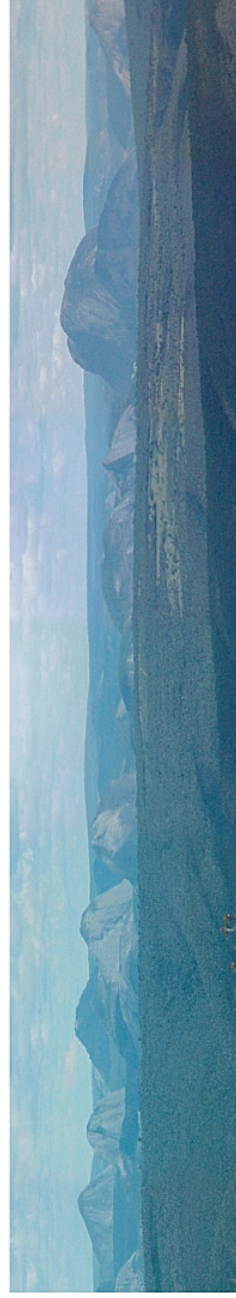
<http://www2.ibama.gov.br/unidades/biolog/reuc/2026.htm> visitado em 4 de dezembro de 2004.

Mata Escura.



55

Os pontões de Pedra Azul, vistos do alto da Pedra Aguda.



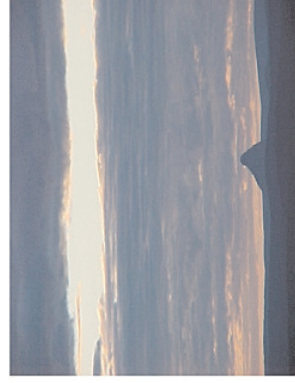
57

Torres de transmissão na Pedra Aguda.



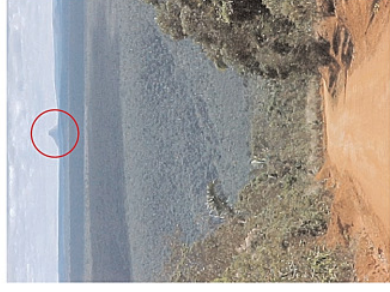
56

Pedra da Cabeça-torta vista do alto da Pedra Aguda.



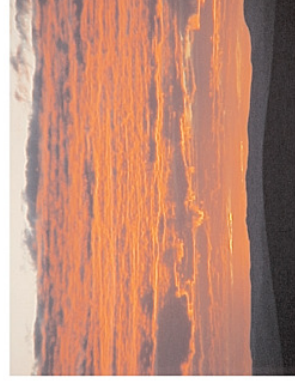
58

Pedra da Cabeça-torta e estrada de acesso para Pedra Azul.



59

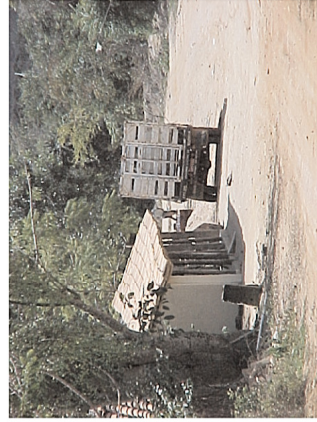
Pôr-do-sol do alto da Pedra Aguda.



60

Bar do Gildon

Comércio à beira da estrada.



61

Bar do Sr. Gildon: Fazenda da Lagoa.



62

Sistema construtivo: auto-suficiência.



63



64



65

As fazendas

A realidade encontrada nas fazendas da região parece ser a mesma daquela retratada no livro de Faria de 1963, um romance inspirado na pedra da Cabeça-torta. Ao descrever o cenário da fazenda naquela época, o autor faz um retrato da região:

“E Chico Miranda tomou posse da terra que lhe custara tão pouca coisa: um clareira de cinco alqueires, tendo ao fundo sobranceira e inatingível, a pedreira enorme que dava nome ao lugar. No centro da clareira, um rancho coberto de cascas de pau. Perto dele um curral de pau-a-pique, feito com achas de braúna. E mais: um chiqueiro sem porcos; um galinheiro sem galinhas; os pastos sem gado; o pote sem água; o fogão sem calor; o rancho sem mulher; uma desolação!” (FARIA,1963. p.9).

Sede da Fazenda do Barreiro.



66

Quarto da Fazenda do Barreiro.



67

Em grande parte das fazendas hoje utiliza-se o lampião a gás, busca-se água na lata para encher a caixa e o banho é aquecido pelo calor do fogão a lenha através do sistema de serpentina. Roupas e louças são lavadas nas águas do rio, e as famílias de caseiros vivem do que plantam: mandioca, milho, batata, feijão, hortaliças.

Além disso, criam galinhas e porcos. Apesar do isolamento, as pessoas do meio rural não querem sair dali, pois gostam da tranquilidade e do clima ameno do alto do chapadão. Queixam-se da dificuldade de transporte escolar para os filhos, que acabam parando de estudar muito cedo. Algumas fazendas foram vendidas e pertencem hoje a proprietários forasteiros que investem em plantio de eucalipto, criação extensiva de gado e produção de carvão vegetal. Dessa forma, duplo sentido econômico pode ser atribuído ao desmate e ao fogo ateado à vegetação nativa de topo de chapada: retirada de lenha para carvão e abertura de áreas de pastagem ou plantio de eucalipto.

Curral da Fazenda Cubículo: abandono aparente.



68

Fazenda Vereda.



69

Povoado de Estiva

Casas de Estiva com cercas de taquara.



70

Lavanderia pública de Estiva.



71

Mulheres e crianças na lavanderia pública de Estiva.



72

Estiva é um pequeno povoado do município de Jequitinhonha e apresenta uma característica comum aos municípios do Vale: sedes e distritos distam muitos quilômetros entre si.

Moradora de Estiva e cerca de taquara ao fundo.



73

Tijolos de adobe: auto-suficiência no sistema construtivo.



74

Plantação de mandioca em Estiva.



75

Chegada a Pedra Azul

A placa de indicação para Almenara e Porto Seguro não faz menção à Pedra Azul nem à cidade de Jequitinhonha.



76

A partir deste ponto penetra-se no domínio dos pontões de granito. Na estrada, o alerta para a alta ocorrência de acidentes: a verticalidade dos pontões de granito rouba a atenção dos motoristas.



77

Vista para os pontões na chegada de Pedra Azul.



78



79

Pedra Azul

Ponte sobre o Córrego dos Patos, próximo a Pedra Azul.



80

Córrego dos Patos, próximo a Pedra Azul.



81

Pedra da Conceição: Cartão Postal.



82

Casario tombado no centro da cidade.



83

Vista parcial da cidade, do alto da Pedra da Rocinha, durante a aurora.



84

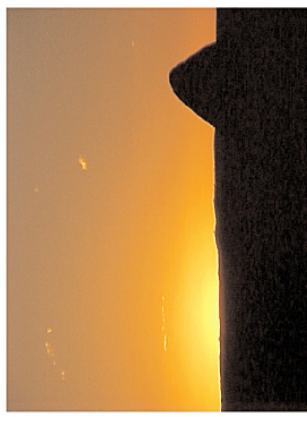
“As cores são como a linguagem dos deuses, algo difícil de se assimilar por meio de raciocínios e interpretações” (SOLANO, 2000).



85



86



87

A luz associa-se à forma visível, a sombra representa aquilo que se oculta, o elemento espiritual. Cada um de nós deve encontrar um caminho próprio de percepção.

Há sete "pedras" tombadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Pedra Azul, em 1998. As quatro pedras do meio urbano emolduram a cidade.

São elas:

- A Pedra da Conceição (foto 82), com área de 90.140 m², foi escolhida por plebiscito popular como símbolo da cidade. A área do entorno da base da Pedra da Conceição é hoje meta de reflorestamento devido à existência de algumas nascentes.
- A Pedra do Cruzeiro (foto 88), com área de 45.270 m², é um dos marcos religiosos da cidade. Em períodos críticos de seca, a população sai em procissão pelas ruas carregando pedras e baldes de água sobre a cabeça e, após extenuante caminhada e forte subida, depositam-nas ao pé da cruz e realizam cultos religiosos.
- A Pedra da Montanha ou da Torre, com área de 68.125 m², possui mirante com acesso por carro e uma boa vista da cidade. É base de torneios de pipa.
- A Pedra da Rocinha, com área de 63.274 m², possui em sua face leste, uma pequena cavidade conhecida como Loca dos Caboclos, com inscrições rupestres (fotos 89, 90).

No meio rural, são três as "pedras" tombadas:

- A Forno de Bolo (foto 92), com área de 31.114m², recebeu este nome por lembrar a forma de um forno usado no passado, nas propriedades rurais, para assar bolos, biscoitos, carnes em ocasiões de festa (foto 93).
- A Pedra da Leoa mostra sulcos no sentido vertical, consequência dos jorros violentos das águas das chuvas (foto 91). Conta-se que antigamente, caçadores em tocaia, "davam tiros e um caprino rolava serra".
- A base da Pedra da Cabeça-torta possui área de 43.263m², e é o ponto culminante do município de Pedra Azul, com 1016 metros (foto 94). Possui, na Gruta da Lapa Pintada, inscrições indígenas de grande valor histórico e cultural que atestam a presença de primitivos moradores. O livro de Faria de 1968 teve seu nome inspirado nesta pedra e conta que havia "uma clareira aberta nas matas que cercavam a pedra imensa, batizada de cabeça-torta, conhecida de tropeiros e boiadeiros que transitavam por Boca da Caatinga".

Pedra Forno de Bolo.



92

Forno rural.



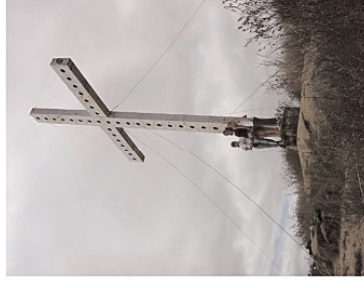
93

Pedra da Cabeça-torta.



94

Pedra do Cruzeiro.



88

Loca dos Caboclos na Pedra da Rocinha.



89

Pintura rupestre na Loca dos Caboclos.



90

Sulcos na rocha causados pela água das chuvas.



91

92

O potencial para o esporte – caminhadas e escaladas

"Sol, calor e pedras, muitas pedras. Imensos desafios que instigam o espírito pioneiro de escaladores".

A pedra da Rocinha, em Pedra Azul, possui grampos de escalada (foto 95). Porém são ancoragens antigas, sem padronização, geralmente feitas em oficinas de serralheria. Apesar de não haver grupos de escaladas em Pedra Azul, o potencial para o esporte é grande e provoca investidas de escaladores de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com a reportagem publicada na revista Universo Vertical¹, no verão, enquanto na maior parte do país as chuvas impossibilitam qualquer expectativa de escaladas, no Jequitinhonha, o clima parece ser um aliado. As pedras gigantes do Jequitinhonha oferecem dezenas de paredes e centenas de linhas possíveis como "fendas, diedros, chaminés e tetos", sendo que poucas vias foram abertas até o momento e ainda assim não possuem frequência de subidas.

Segundo a reportagem as viagens de escalada nos pontões virgens requer empenho de expedição. O calor é intenso e todo o equipamento para a subida deve ser carregado em pesadas mochilas. São vários os pontões ainda desconhecidos e "virgens" que impressionam por sua imponência e, para alguns escaladores, "roubam-lhes o sono".

Existem relatos de "investidas" de seis dias para que escaladores chegassem ao cume de uma das pedras de Jacinto. "As escaladas são extremamente fortes e técnicas e do alto dos cumes maravilha-se com a beleza do lugar". As pedras gigantes guardam muito mais que enormes desafios: a caminhada pelas pedras revela a diversidade de vegetação e belas panorâmicas (fotos 96 a 99).

Grampo de escalada na Pedra da Rocinha.



95

Subida da Pedra da Cabeça-torta com a Forno de Bolo ao fundo.



96

Subida da Pedra da Conceição.

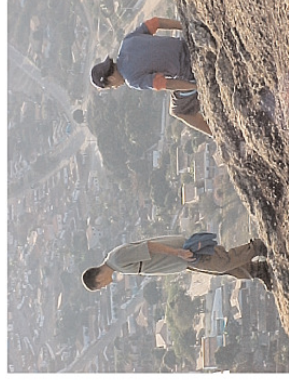


97

Alguns jovens do local demonstram intimidade com as pedras.



98



99

Sonhos de granito: conheça as paredes de Jacinto, um lugar habitado por pedras gigantes. Assinada por Sandro Souza (texto) e Leandro Santana (fotos). ¹ Universo Radical. 10ª edição. Belo Horizonte, junho de 2004.

3.3. A LEITURA SIMBÓLICA DAS PAISAGENS

A cultura dos muitos pequenos vales dentro do Vale do Jequitinhonha. O próprio Vale está composto de pequenos vales ou boqueirões, com suas peculiaridades e semelhanças (Luis Santiago).

3.3.1. O Valor Ambiental das Paisagens

Percorrer as estradas da bacia do rio Jequitinhonha desperta-nos para a singularidade e beleza de suas paisagens naturais. Contudo, compreender o valor ambiental do Vale do Jequitinhonha parece paradoxal frente à sua imagem cristalizada do vale da miséria. Mas a realidade registrada sem preconceito vai além do mito e permite novas interpretações. A riqueza ambiental existe e pode ser comprovada, por exemplo, pelo número de áreas federais e estaduais protegidas por lei.

Existem hoje cinco parques sob proteção do estado: Pico do Itambé, Biribiri, Rio Preto, Serra Negra, Grão Mogol; duas estações ecológicas: mata dos Ausentes e Acauã voltadas exclusivamente para pesquisa; e a Área de Preservação Ambiental de Águas Vertentes. A Reserva Biológica da Mata Escura, assim como o Parque Nacional das Sempre-Vivas, está sob guarda do governo federal. Além disso, existem pelo menos 18 unidades de conservação municipais ao longo do trecho mineiro do Jequitinhonha (JORNAL HOJE EM DIA, 2004).¹

O despertar para o valor ambiental do Vale do Jequitinhonha foi possível a partir da vivência: esse é o valor da conexão do turismo com a paisagem, a revelação de informações a partir da experiência direta que permite a interação com o ambiente e com

¹ Publicação conjunta do Hoje em Dia e do Instituto Terrazul sobre o Vale do Jequitinhonha, maio de 2004.

as pessoas. A paisagem tem a capacidade de provocar os sentidos e suscitar a curiosidade sobre o lugar. Segundo Bernardo Gontijo (2001), trata-se de uma área onde interpenetram ecossistemas da maior significância se considerarmos o ambiente extra-amazônico do Brasil. Nas palavras do autor:

A riqueza ecossistêmica advém da constatação de que lá ocorrem desde campos rupestres de altitude nos topos do Espinhaço meridional onde localizam-se as nascentes do Jequitinhonha, até manchas generalizadas de savana (bioma do cerrado), em todas as suas gradações, na faixa meridional mais úmida e nos topos os chapadões; desde matas de galeria e de encosta ao longo dos cursos d'água perenes e nas encostas dos chapadões, até a transição para a faixa de floresta estacional semidecidual (bioma da mata atlântica) na porção oriental da bacia do Jequitinhonha, onde destacam-se os pontões graníticos-gnáissicos típicos da franja oriental brasileira; desde ocorrências de savana estépica (bioma das caatingas), também nas suas diversas gradações, nas faixas central e norte da bacia do Jequitinhonha, até florestas estacionais decíduais (tropicais caducifólias) nas regiões de ocorrência de calcário (GONTIJO, 2001).

Algumas amostras desses ecossistemas ainda estão preservadas e foram identificadas pelo Atlas para a Conservação da Biodiversidade em Minas Gerais (BIODIVERSITAS, 1998). Esse Atlas classifica diferentes áreas do estado de acordo com a prioridade de conservação de seus recursos naturais e foi estabelecida conforme a classificação seguinte: importância alta, importância muito alta, importância extrema e importância especial.

A partir da inserção das três unidades de paisagem nesse estudo da Biodiversitas, observa-se que o alto Jequitinhonha (que corresponde à unidade das Serras do Espinhaço) é uma área de *Importância Especial* devido ao alto grau de endemismo de vertebrados e plantas. Percorrer as trilhas da unidade das Serras do Espinhaço no intuito de aprender sobre essa particularidade do ambiente é um exercício à nossa capacidade de observação. A diversidade de plantas e animais de pequeno e médio porte é enorme. Tornar-se capaz de estabelecer relações entre os elementos da paisagem concreta, como a vegetação, o relevo e a litologia, por exemplo, requer sensibilidade e algum conhecimento prévio. Nesse sentido, caminhar com nativos e especialistas pode tornar-se uma experiência surpreendentemente agradável e enriquecedora. Essas pessoas são capazes de orientar a observação de um leigo para perceber sinais aparentemente insignificantes no ambiente natural.

De acordo como o estudo da Biodiversitas, o baixo Jequitinhonha, onde está localizada a Mata Escura, apresenta áreas de *Importância Extrema* devido à existência de primatas de distribuição restrita e aves ameaçadas. A paisagem ao longo da estrada que liga Jequitinhonha a Pedra Azul apresenta uma curiosa transição de ambientes: o percurso passa pela comunidade ribeirinha, margeia a Mata Escura, passa pelo ambiente de Serra (Serra das Quatro Patacas e Pedra Aguda — de onde se observam os pontões de granito ao longe), percorre o chapadão, onde se localizam inúmeras fazendas, passa pelo distrito de Estiva e chega, finalmente, à base dos pontões de granito em Pedra Azul. O potencial interpretativo dessa estrada é grande e deve ser considerado para futuros projetos turísticos para a região.

A implementação do uso público no entorno de unidades de conservação é frequentemente apontada como uma oportunidade para o envolvimento com as comunidades sob sua influência. Contudo, a implantação da REBIO, tal como foi concebida em decreto, inviabiliza a utilização da estrada que deverá ser interditada. Na região, pouco se sabe sobre como acontecerá esse processo de implantação da reserva. Como foi constatado em campo, há esforços no sentido de reconsiderar a abrangência da área da REBIO ou mesmo a categoria de manejo da área a ponto de permitir a circulação pela estrada, o que viabiliza a idéia de implementar uma “estrada-parque” nesse percurso.

3.3.2. O Valor Rural das Paisagens

Já a região das chapadas não é citada pelo estudo da Biodiversitas, provavelmente em função do alto grau de alteração do ambiente natural causado pelas práticas agrícolas relacionadas à monocultura do eucalipto e do café. O potencial dessa região para o turismo aproxima-se da vivência rural.

No vasto painel que Guimarães Rosa traçou do sertão mineiro, sobressai a figura de um animal companheiro de jagunços e homens bons, de militares a padres: o cavalo. Segundo

Sebastião Martins (1992), a intimidade com o cavalo, vinda dos primeiros tempos, deixou marcas tão profundas no espírito do mineiro que inspirou romancistas, poetas e pintores.

Apesar deste importante traço cultural, é curioso como esta é uma região rural onde os cavalos são cada vez mais raros. Nas fazendas de café, próximo ao galpão de máquinas, há sempre muitas motos estacionadas. Os funcionários das fazendas, à medida que elevam seu nível de renda, adquirem celulares e motocicletas. E essas últimas realmente marcam a paisagem. Nas estradas, é comum cruzar com motoqueiros e, nos pontos de parada, como no pequeno centro comercial do córrego do Ipê, há sempre uma mecânica de motos. As cidades são essencialmente comerciais e, mesmo as fazendas, são dotadas de uma dinâmica mais urbana que rural.

Outro aspecto importante a ser abordado é que o potencial turístico, nesse caso, está diretamente relacionado à qualidade da bebida produzida na região. A degustação torna-se um importante fator de sedução para atrair visitantes. Apesar de sempre presente nas fazendas, nas casas e nos comércios, o café não recebe nenhum tratamento diferenciado, não há informação agregada ao produto e por isso não surpreende. O café parece representar somente um produto comercial (ver fotos 1 a 5).

Considerando que o cultivo foi implantado na região na década de setenta a partir da articulação de alguns políticos de influência, compreende-se o baixo grau de identificação e incorporação do café na cultura local. Poucos são os locais em que o café está presente na decoração ou em objetos de arte (ver fotos 6 a 10). Dessa forma, acredita-se que a paisagem poderá tornar-se mais atrativa na medida em que incorporar a “cultura do café” através da música, culinária, artesanato, etc. De acordo com o estudo de Marina Marconi (1976), a cultura do café possui diversas ligações com a credence popular (ver fotos 11 e 12), porém na região de Capelinha, em função de alguns credos religiosos recentemente difundidos, esse conhecimento popular tem sido desvalorizado.

Por outro lado, o turismo em regiões agrícolas pode explorar as características da sazonalidade da própria cultura para criar diferentes produtos turísticos (ver fotos 13 a 17). As propriedades pequenas agregam o fato de estarem mais próximas dos processos artesanais de secagem, torrefação e preparo, que podem ser vivenciados pelos visitantes.

As propriedades médias e grandes, por sua vez, agregam o fator tecnologia desde os processos de colheita até o beneficiamento.

3.3.3. O Valor Cultural das Paisagens

As três paisagens percorridas e ora apresentadas externam fortes traços culturais que definem o tipo de relação do homem com seu meio. Essas características estão relacionadas ao processo de ocupação histórica pelo qual a região passou e que se baseou, invariavelmente, em modelos de exploração predatória de seus recursos minerais, hídricos ou vegetais. A falta de perspectiva de desenvolvimento econômico fez com que o potencial ambiental fosse ofuscado. Os problemas ambientais da bacia apontam para um denominador comum: problemas de origem urbana (ver foto 18), queimadas, desmatamento (ver fotos 19, 20, 21 e 22), extrativismo mineral e vegetal (ver fotos 23, 24, 26 e 27) e plantio de eucaliptos (ver fotos 27, 28 e 29). As queimadas estão associadas à renovação de pastagens; o desmatamento representa uma reprodução do antigo modelo de abertura de espaços para agropecuária via extração de madeira, derrubada, queimada e carvoejamento (ver foto 30); eucaliptais representam um flagelo social, fruto de políticas “desenvolvimentistas” que privilegiaram certos segmentos da sociedade em detrimento de grande parte da população.

O grande Rio, como síntese dos problemas ambientais, recebe e sofre com as mazelas do mau uso em sua bacia, que coloca em grande vulnerabilidade esse belo mosaico de ambientes de transição.

Do ponto de vista simbólico, a leitura das três unidades de paisagem possibilita inúmeras análises envolvendo aspectos culturais e sua relação com o ambiente natural. Nesse sentido, notam-se as peculiaridades da cultura dos “muitos pequenos vales dentro do Vale do Jequitinhonha”, como a cultura do garimpo, a cultura do café, a cultura pastoril.

A tranqüilidade dos recantos rurais do Vale, de modo geral, abriga gente simples (ver fotos 31 a 45) que vive, por vezes, sem acesso à grande parte dos bens de consumo valorizados pela cultura metropolitana, mas que não fazem parte da sua realidade. As pessoas valorizam a simplicidade, como mostra o depoimento colhido em campo sobre a plenitude da vida simples: “a gente goza um prazer, que sou capaz de dizer, que o paraíso não ganha”.² A simplicidade está também expressa nos modos de construção e nas características das habitações presentes no Vale do Jequitinhonha.

O Vale do Jequitinhonha está inserido no contexto cultural do sertão e começou a ser colonizado no século XVIII, através das atividades mineradoras, principalmente da exploração do diamante na porção alta da bacia. Essa característica encontra-se representada no percurso 1, na unidade das Serras do Espinhaço, que permeia lugares que indicam, até os dias de hoje, as práticas arraigadas de extração de minerais, como no ribeirão do Inferno e no próprio rio Jequitinhonha.

A extração do ouro e do diamante acelerou o processo de povoamento e de urbanização, acarretando problemas no abastecimento de gêneros alimentícios para a região. Surgiram, então, no médio Jequitinhonha, povoações que se dedicaram à pecuária e à agricultura de subsistência, a fim de suprir as necessidades dos núcleos mineradores, onde não era permitida a diversificação de atividades como forma de dificultar o acesso às lavras e evitar o contrabando (PEREIRA, 1996). Uma das principais correntes de penetração e colonização da região norte e nordeste de Minas foi a dos vaqueiros do nordeste que subiam pelo rio São Francisco e faziam de São Romão o seu ponto de irradiação ou subiam pelo rio Jequitinhonha, fazendo de Salinas, Araçuaí e Grão Mogol postos avançados. Essa característica cria o elo identitário entre o alto e o baixo Vale do Jequitinhonha. Os vaqueiros nordestinos tangiam as manadas de gado instalando fazendas e criando povoados onde lhes fossem surgindo as melhores pastagens.

O vaqueiro é o cavaleiro andante do sertão, herói de cordéis e cantorias.
Caboclo quase índio, mais branco que negro, mais índio que branco.

² Sr. Ramiro da Fazenda Barreiro localizada entre Jequitinhonha e Pedra Azul. Depoimento colhido em trabalho de campo. Agosto de 2004.

Aparência desaprumada e caráter retraído. Símbolo da resistência assustadora na luta contra o meio inóspito.³

Pedra Azul retrata bem essa condição de ter sido importante entreposto comercial e local de criação e distribuição de gado para abastecimento da região das minas. Assim, desde os tempos da colonização, as regiões norte e nordeste de Minas ficaram conhecidas por seus grandes rebanhos bovinos e criaram essa unidade identitária do sertão mineiro. Ainda hoje, ao percorrer as estradas, depara-se com vaqueiros e manadas de gado que obrigam o motorista a reduzir a velocidade e, muitas vezes, parar o veículo: são momentos que representam uma verdadeira viagem no tempo.

As estradas expressam essa identidade na medida em que, ao passar pela área rural, mostram o itinerário de produtos e pessoas (ver fotos 46 a 57). Como ressaltaram Lizet e Ravignam (1987): “Os caminhos passam perto de casas, de fazendas, de povoados, lugares de concentração humana onde a natureza é sempre presente” (ver fotos 58 a 65).

³ Fragmento de texto. Exposição Vaqueiro. Dragão do Mar, Fortaleza, CE. Visitado em setembro de 2003.

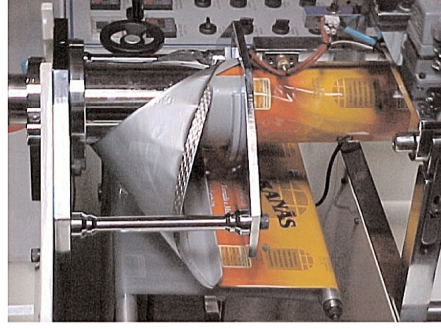
Produto

Armazenamento no galpão de torrefação



1

Processo de embalagem mecanizado.



2

Embalagem do café Aranhas de Capelinha.



3

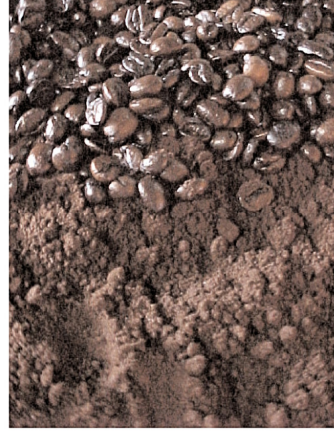
O café comercializado em Capelinha é torrado e ensacado na própria região. Parte da produção do café é vendida para o sul de Minas onde é torrado e exportado. A torrefação do café do Jequitinhonha é forte. A bebida é bastante encorpada, preferida pela população por render mais que o de bebida mole (ou suave).

Técnico faz a seleção de grãos.



4

Grão e pó de café torrado.



5

Bebida aromática, de forte sabor, estimulante do sistema nervoso. O café não falta de manhã, no almoço, no lanche, no jantar. Está presente em todas as festas, visitas, nas ocasiões de doença e nos velórios. "Ajuda a passar a noite" (MARCIONI, 1976). A cafeína estimula o sistema nervoso central, o coração, vasos sanguíneos e os rins. Sua rápida ação estimulante faz dela poderoso antídoto à depressão respiratória em consequência de intoxicação por drogas como morfina e barbitúricos. A ingestão excessiva pode provocar, em algumas pessoas, efeitos negativos como irritabilidade, ansiedade, agitação, dor de cabeça e insônia. A cafeína induz à dependência por reduzir a sensação de fadiga.

Café e arte

A gente do campo gosta de cantar: canta colhendo café, canta nas procissões ou em frente aos cruzeiros (pedindo chuva), canta nos brincados, canta nas festas. E, embora predominem as tonalidades maiores, seu canto é triste e arrastado. As letras revelam a facilidade espontânea da metrificacão popular, refletem bem a vida e a história dos colonos e celebram a desgraça de alguém ou abordam um assunto alegre e malicioso (MARCONI, 1976).



6



7



8

Estas obras são registro da presença do café na decoração das casas da região e são trabalhos de artistas de outras localidades.

As letras de música foram extraídas do livro Folclore do Café (MARCONI, 1976).



9

Eu queria ser balaio

Eu quiria sê balaio,
Balaio eu quiria sê,
Para andá dispendurado
Na cintura de você.

Eu quiria sê balaio,
Balaio eu quiria sê,
Para andá dispendurado
Nas cintura das mulhé.



10

Vô mandá screvê
meu nome,
Na foinha do café,
Pra todos ficá sabendo,
Meu amor chama José.

A fôia do café cai,
Vamo vê se a cobra come,
Agora chegô os tempo
Das mulhé mandá nos home

Panhadeira de Café

Panhadeira, panhadeira,
Panhadeira de café,
Di dia roda a peneira
E di noite arrasta o pé

Panhadeira, panhadeira,
Panhadeira de café,
Eu vô dizê ao teu pai
Qui ti quero pra muié.

Panhadeira, panhadeira,
Panhadeira de café,
Si ele mi aceitá,
Cendo uma vela a S. José.
Panhadeira, panhadeira,
Panhadeira de café,
Nóis teremo sete fio,
Quatro home e treis muié.

Cultura popular do café



11

O folclore do café foi o tema trabalhado pela pesquisadora MARCONI (1976) na região nordeste de São Paulo. Foi realizado em 1963 através de entrevistas com pessoas que moravam em fazendas de café: fazendeiros, sitiantes, colonos, meeiros, fiscais, carroceiros, lavadeiras, cozinheiras, copeiras. Homens, mulheres e crianças brasileiras descendentes de estrangeiros (principalmente italianos e espanhóis) que vieram ajudar nas lavouras de café plantadas pelo negro e caboclo. O trabalho apresenta os depoimentos que foram registrados conservando o linguajar da gente simples do campo, diferente pela pronúncia deturpada das palavras como pela criação de vocabulários e expressões.

Terapêutica popular

- anemia: ferve café ralo com alecrim da horta e sal; cozinha bem e dá o chá pra pessoa que tem "fraqueza do sangue" e farta de ar.
- cansaço: pega nove fôia de café e ferve; dispois, toma um banho nisso; é bão pra tirá as ruindade do corpo (mal estar, cansaço).
- dor de cabeça: café cum vinagre; passa na testa e bebe.
- dores: pô raiz de café na boca e mastigá, é bão pra



12

quarquê dor.

- tosse: fais um xarope: meia xícara de café, flor de mamão, flor de lima, flor de cidra, flor de cambará, flor de loba e um punhadim de alevanté.

Superstições

Segundo Renato Almeida (Manual de Coleta Folclórica), "superstição é tudo aquilo que o homem acredita, sem qualquer fundamento, apenas por medo. A área da superstição é imensa, envolve todas as maneiras de viver, todas as atividades materiais e espirituais da existência.

- Pra ficar rico, deve-se tomar café sentado.
- Dá café em xicra virge e dispois enterrá a xicra, a pessoa qui tem custume de bebê pinga, dêxa o vício da bebida.
- Para o café rendê, deve ser torrado na lua nova.
- muié esperano (grávida) se tomá café, o filho nasce preto.
- Si o café for torrado por pessoa qui tem o coração ruim, ele num rende.
- Jogá um pouco de café atrais da porta, spanta a visita.

Simpatias

Trata-se de uma superstição e crendice de fundo mágico, que sempre se utiliza de um objeto qualquer, visando a uma cura. Seria uma terapêutica subjetiva, que dispensa a ingestão de qualquer produto:

- dor de cabeça: amarrá 2 fôia de café, em cruz, na testa.
- azia: pegá uma fôia de café, sem vê, quebrá no meio e colocá atrais da orêia.
- soluço: pô três pingo de café na testinha da criança.

Outras utilidades

- O pó de café, já usado, frio e escorrido, é ótimo para adubar as plantas no vaso.
- para afastar as formigas que às vezes existem na cozinha, mistura-se o pó de café usado com um pouco de água e põe-se em diversos lugares da casa e do jardim.
- O pó de café usado é bom para tirar cheiro de mofo.
- Café é bom para fazer tinta de tingir roupa.
- Folha de café é bom para lavar a cabeça; o cabelo pára de cair e é bom para crescer.

Sazonalidade do cultivo



13



14



15

Quando o cafezal está branquinho, coberto de flores, é chamado "a noiva do café" (fotos 13, 14 e 15).



16



17

As condições climáticas da região propiciam a florada dos cafezais em época de chuva, o que permite os frutos brotarem. Na época da colheita o clima é seco, portanto diminui o risco de fungos fermentarem os grãos de café colhido. Além disso, a temperatura amena favorecida pela altitude (900 metros) permite que o café tenha tempo de maturação mais longo, o que favorece a qualidade da bebida (fotos 16 e 17). Os cafeicultores, além de fugirem das geadas, aproveitaram os preços baixos cobrados pelas terras das Chapadas de Minas, sendo este mais um fator de atração de produtores "estrangeiros".

"Precisa chover antes da florada, para o sol não queimar a "pinha", e depois da florada para o "chumbinho" desenvolver-se. A chuva durante a florada "mela" a flor (a chuva lava o pólen da flor) e dá pouco café" (MARCONI, 1976).

A paisagem marcada pelo homem

Poluição do Córrego Rio Grande na periferia de Diamantina - área 1



18

Marcas de fogo em árvore do cerrado - área 1



19

Marcas de fogo nas fazendas de café - área 2



20

Marcas de fogo no alto do Chapadão - área 3



21

Marcas de fogo na trilha para o quilombo do Vau - área 1



22

Extrativismo de lenha nativa na trilha para o quilombo do Vau - área 1



23

Extrativismo de lenha em fazenda de café - área 2



24

Extração de canela-de-ema nos campos rupestres - área 1



25

Extração de granito - área 3



26

Cultivo associado de eucalipto e café - área 2



27



28



29

Carvoaria em fazenda de café - área 2



30

As pessoas do Vale

Jovem mulher trabalha como "recebedora" na lavoura de café: cargo de confiança do fazendeiro - área 2.



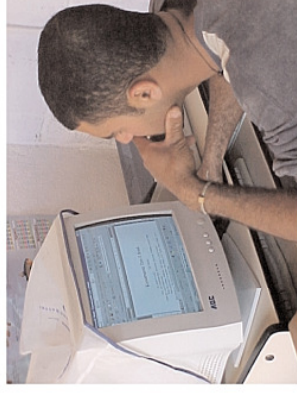
31

Trabalhadores pediram carona na estrada: "a gente não acredita em superstição. Temos fé em Jesus." - área 2.



32

João Paulo é funcionário da Fazenda Novo Mundo em Capelinha. Voltou a estudar e mostrou a redação de sua autoria premiada na escola - área 2.



33

Dono do Bar do Córrego do Letreiro: simplicidade - área 2.



34

François lendo o romance de Farias (1968) inspirado na Pedra da Cabeça-torta. Ele não sabia da existência do livro e ficou entretido com a leitura sobre seu próprio lugar - área 3.



35

Jovem opera trator e transporta o café para o terreno de secagem: primeiro emprego - área 2.



36

A Família de D. Vitória que vive na Fazenda Vitrine próximo a Pedra Azul: "aqui acontecia a vaquejada e reunia as pessoas de toda a redondeza. Hoje a festa não acontece mais." - área 3.



37

Sr. Elmany: colecionador de bromélias e amante da natureza e das pedras. Reúne informações sobre as plantas de Pedra Azul - área 3.



38

O balanço de "orelhão": criatividade - área 3.



39

Mulher observa sua horta: de volta à casa serviu café, pão caseiro e broa- área 2.



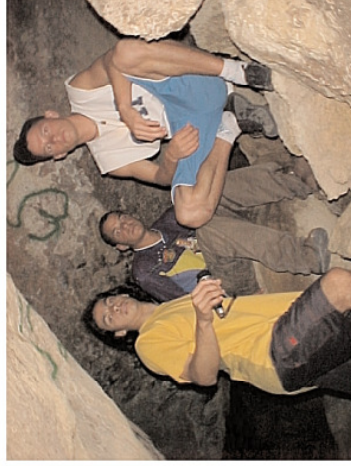
40

Crianças do povoado do Maracujá: elas são muitas no meio rural- área 2.



41

Pintura dentro da Loca da Raposa feita por grupo de jovens de Pedra Azul. O local é uma espécie de esconderijo onde eles se sentem livres para se expressar. "Fizemos desenhos irados"- área 3.



42

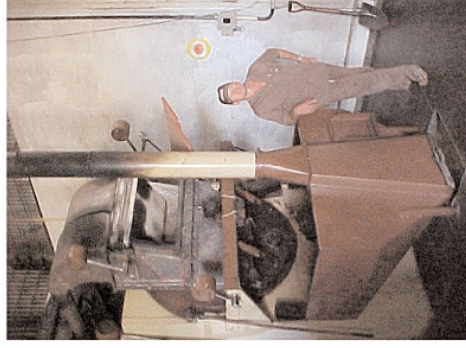


43

Sr. Expedito foi o primeiro torrefador da região de Capelinha e pediu, com orgulho, para fotografá-lo ao lado da primeira máquina que operou em seu trabalho- área 2.



44



45

Fluxo das estradas

Área 1.



46

Área 1.



47

Área 3.



48

Área 1.



49

Área 1.



50

No vasto painel que Guimarães Rosa traçou do sertão mineiro sobressai a figura de um animal companheiro de jagunços e homens bons, de militares a padres: o cavalo. Segundo Martins (1992), “a intimidade com o cavalo, vinda dos primeiros tempos, deixou marcas tão profundas no espírito do mineiro que inspirou romancistas, poetas e pintores”.

Bacia de roupas lavadas no rio - área 1



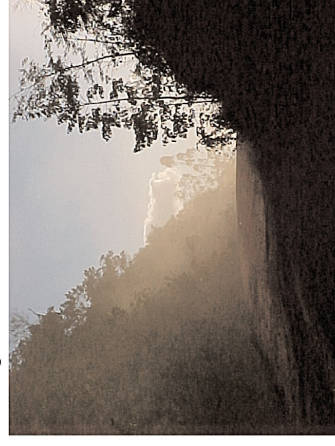
51

A lenha é transportada na cabeça, em lombo de burro , em carroças - área 2.



52

Poeira nas estradas do Vale do Jequitinhonha - área 2.



53

Até hoje as fazendas de gado estão presentes em toda região e os animais pastam livremente nas áreas à beira da estrada. Seja no alto, médio ou baixo curso do rio Jequitinhonha a cultura extensiva de gado persiste. Boa parte do rebanho não é de qualidade e o leite é retirado de gado de corte ou misto, a produtividade é baixa e a produção do leite caracteriza-se até hoje pelas técnicas rudimentares.

Área 1.



54

Área 1.



55

Área 3.



56

Área 3.



57

Habitações

Casebre em meio aos afloramentos rochosos: a existência da pobreza - área 1.



58

Cercas da região das Serras: o sistema construtivo demonstra forte vínculo com materiais disponíveis no meio natural - área 1.



59



60

Casa e açude na base da chapada: disponibilidade de água - área 2.



61

Casa paroquial em Pedra Azul: tombada pelo patrimônio municipal - área 3.



62

Casa sede de Fazenda de Café próximo a Capelinha - área 2.



63

Nas casas é comum o hábito de colocar garrafas de água em relógios de energia como simpatia para baixar o consumo - área 1.



64

Casa na base de um pontão de granito em Pedra Azul: isolamento - área 3.



65

As habitações podem se tornar um símbolo da totalidade psíquica, um microcosmos capaz de exercer uma influência benéfica sobre os seres humanos que entram no lugar ou que ali vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a discussão sobre turismo e desenvolvimento colocado no primeiro capítulo, buscou-se construir um caminho que abra perspectivas para um modelo de turismo que valorize o Vale do Jequitinhonha e que incentive a permanência de seu povo ali, mas como agente ativo, e não como meros coadjuvantes de um modelo de exploração turística excludente e elitista. Para que o turismo se desenvolva em moldes sustentáveis, as ações para seu incremento devem estar relacionadas a políticas sociais — urbanas e rurais — e ambientais — que visem à integridade do ambiente — que preserve os refúgios da biota nos pontões graníticos, nas altas elevações do espinhaço, nos corredores de matas ciliares, nos topos ainda intocados dos chapadões, nas manchas remanescentes dos biomas originais, na água de seus rios —, que valorize a grande riqueza cultural da população — cristalizada num *modus vivendi* intimamente arraigado à terra, com reflexos na sua pequena produção agrícola, na sua moradia, no seu cotidiano e na sua paisagem.

Tudo numa paisagem é passível de interpretação. A paisagem tem história e essa história pode ser narrada. Este é o seu potencial no turismo: a sua dimensão educativa e informativa. A experiência da paisagem fornece os recursos para uma interação verdadeira com o meio e a comunidade que o habita, e sua interpretação pode gerar atratividade para o destino turístico.

O turista sempre quer levar algo consigo na sua bagagem, seja material, como um presente, ou abstrato, como a lembrança de um desejo concretizado, alguma informação ou conhecimento novo. A satisfação do visitante está relacionada, em grande parte, à experiência de aquisição de novos conhecimentos ou, em outras palavras, quanto mais novidades captura, maior seu grau de contentamento. Mas, para isso, o visitante não espera leituras ou exposições cansativas e maçantes, diante das quais tenha que manter uma atitude passiva. Espera, sim, interagir, ou seja, participar ativamente num processo real e agradável e que lhe desperte o interesse e a disposição.

A leitura da paisagem atende a dois objetivos básicos: acrescenta valor à experiência do visitante, elevando seu nível de satisfação, e acrescenta valor ao ambiente visitado, realçando a necessidade de sua conservação. Aumentar o nível de conscientização sobre o meio/patrimônio natural ou cultural facilita sua conservação e contribui por minimizar impactos sobre os bens naturais e culturais. Além disso, a interpretação da paisagem representa um mecanismo de democratização do conhecimento ambiental, muitas vezes acessível a classes sociais privilegiadas de alguma maneira.

Nesse sentido, vai um alerta: as pessoas do Vale não têm o hábito de percorrê-lo. Muitas pessoas contactadas durante o campo não conheciam outras regiões do Vale. Assim como os turistas que passam pelo Vale do Jequitinhonha, seus habitantes também preferem as vias de trânsito rápido quando precisam viajar. Pensando nisso, acredita-se que a paisagem possa representar o elo capaz de estimular o redirecionamento desses fluxos turísticos que hoje evitam passar pela região. O fluxo turístico no Vale do Jequitinhonha já acontece em função da passagem de visitantes partindo das regiões centrais do Brasil em direção ao litoral da Bahia e do nordeste. Porém, o grande obstáculo a esse redirecionamento de fluxo relaciona-se à precária condição das estradas como foi apontado pelo estudo de Rizzi (2004).

Apesar do inconveniente das estradas de terra e da poeira, os lugares remotos e de difícil acesso quase sempre abrigam paisagens belas. É percorrendo as estreitas estradas de terra do Vale do Jequitinhonha que se revelam as surpresas do seu território: arrumação de festa, como a festa de Sant'Ana, levante do mastro, crianças nos quintais, gado e vaqueiros, o som do aboio, pessoas, carroças e jegues carreando lenha e cana, cavaleiros e pedestres, lavadeiras, cultivos, vegetação, artesanato e tantas outras informações culturais que só são possíveis de ser percebidas a partir do momento que se penetra no território. Nesse sentido, a proposta que ora se faz deve ser também pensada com o objetivo de trazer o conhecimento do Vale para seus próprios moradores.

A paisagem é um atrativo ao discurso turístico e, por esse motivo é altamente manipulável. Corretamente interpretada, a leitura da paisagem é capaz de gerar um conjunto de materiais interpretativos que podem ser incorporados às estratégias de promoção do Vale do Jequitinhonha e estimular uma demanda de visitantes diferenciados. Para tal, o turismo no

Vale do Jequitinhonha deve ser requalificado e se voltar para destacar aspectos culturais, o que inclui as pessoas e o meio ambiente.

Sob o viés social, a paisagem pode abrir canais de aproximação entre os visitantes e os movimentos políticos e sociais que visam a defesa e recuperação do meio ambiente, dos costumes e cultura da população do Vale. Esta é uma região pobre, e o senso comum, apesar de não ser verdadeiro, é de que turismo não combina com pobreza, porém o turismo pode contribuir para a mudança dessa realidade social. Para que se abram novas perspectivas nesse sentido, é preciso criar canais de participação que promovam uma via de mão dupla no turismo onde os visitantes possam contribuir de diferentes maneiras através do seu envolvimento em projetos sociais numa perspectiva solidária. O turismo no combate à pobreza parte da proposta inicial de colaborar na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento humano e social comunitário.

De acordo com essa visão sistêmica, a harmonia da atividade turística será possível quando o mercado turístico, através dos seus agentes, se orientar pelo conhecimento a respeito dos lugares e seus territórios; quando o poder público, através de sua responsabilidade pelo bem estar social, conscientizar-se da importância da adoção de medidas reguladoras e articuladoras no sentido de congregar pessoas físicas e jurídicas dispostas a desenvolver ações coletivas em favor do desenvolvimento humano sustentável. Dessa forma, o processo de implantação do turismo no Vale do Jequitinhonha requer esclarecimentos a respeito das possibilidades de participação e envolvimento daqueles residentes interessados em complementar a renda familiar com prestação de serviços ou comercialização de produtos regionais. Para tanto é preciso, sobretudo investir nas pessoas do lugar para que se crie a “inteligência coletiva” necessária para o desenvolvimento integrado das regiões do Jequitinhonha. Desenvolver o turismo no Vale do Jequitinhonha não é uma tarefa fácil, contudo acredita-se que através do despertar do sentido da paisagem é possível desenvolver uma força simbólica capaz de seduzir e despertar o interesse das pessoas em conhecê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ab'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANDRADE, Rogério G. R. *A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do estado à liberalização do mercado*. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia / CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.

BARBOSA, F.; DE PAULA, J. A; MONTE-MOR, R. L. A bacia hidrográfica como unidade de análise e realidade de integração disciplinar. In: *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte. Cedeplar/EC, MVS/UFMG, 1997.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 1998.

BENSE, Max. *Pequena estética*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. 3.ed. Bauru: EDUSC, 2002.

BURKE, Peter. Inevitáveis empréstimos culturais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 3, 27 jul. 1997.

BURNS, Peter M. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COCHOFEL, João José. *Iniciação estética*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1958.

COHEN, E. Who is a tourist?: a conceptual classification. *Sociological review*. p. 527-555, 1974.

DELAMARRE, Aliete. *Territoires en mouvement: la prospective territoriale*. Paris: La Documentation Française, 2002.

DIJK, Teun Andrianus van. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2000.

DOUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1995.

- DUFRENNE, Mikel. *Estética e filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- DUMAZEDIER, Joffre. *A revolução cultural e do tempo livre*. São Paulo: Sesc, 1998.
- FONTES, M. A. L.; VITORINO, M. R. *Ecoturismo e interpretações*. Lavras: UFLA / FAEPE, 2003.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Minas Gerais: monumentos históricos e artísticos – circuito dos diamantes. *Revista Barroco 16*, Coleção Mineiriana, Belo Horizonte, 1995.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Natureza e cultura: representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- GONTIJO, Bernardo Machado. *A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha*. 2003. 193 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- GONTIJO, Bernardo Machado. Implicações do plantio generalizado de eucaliptos no empobrecimento social e da biodiversidade do alto/médio Jequitinhonha – MG. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, p. 57-77, 2001.
- GOULART, Eugênio M. Andrade. *Nos ermos e nas brumas da Serra do Espinhaço*. Belo Horizonte: Coopmed, 2000.
- GRAZIANO, E; GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. *Perspectiva*, São Paulo, v. 6, p. 85-100, 1983.
- HISSA, Cássio E. V. O limite da natureza: inventando o significado das coisas. In: HISSA, Cássio E. V. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p. 19-25.
- HOLLOWAY, J. Christopher. *The business of tourism*. Longman: [s.n.], 1998.
- JUNG, Carl G. Chegando ao inconsciente. In: JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964. p. 18-103.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.
- LEMOS, Leandro. *Turismo: que negócio é este*. São Paulo: Papyrus, 2001.
- LIZET, Bernadette; RAVIGNAN, François. *Comprendre un paysage guide pratique de recherche*. Paris: INRA Editions, 1987.
- LUGINBUHL, Yves. Le paysage aujourd'hui et son enseignement. *L'Information Géographique*, Paris, p. 20-29, 1996.

MACHADO, Mônica S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. *Geo-revista*, Rio de Janeiro, n. 1., p.17-32, jan. 1997.

MACHADO, Patrícia de Sá. *Paisagens do Vale do Jequitinhonha e suas possibilidades de aproveitamento turístico*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade. *Folclore do café*. São Paulo: Secretaria da cultura, ciência e tecnologia / Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MARTINS, Sebastião. *Caminhos de Minas*. São Paulo: Editoração, publicações e comunicações, 1992.

MENDONÇA, Míriam P.; LINS, Livia V. *Lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção da flora de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas / Fundação Zôo-Botânica de Belo Horizonte, 2000.

MENESES, Ulpiano T. B. A paisagem como fato cultural. In: YASIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

MIDDLETON, Victor. *Marketing de turismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MORAES, Anamaria de (Org). *Avisos, advertências e projeto de sinalização: ergodesign informacional*. Rio de Janeiro: UsEr, 2002.

MOTA, Keila Cristina Nicolau. *Marketing turístico: promovendo uma atividade sazonal*. São Paulo: Atlas, 2001.

NORBERG-SCHULZ, C. *Arquitectura occidental*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.

PEREIRA, Vera Lúcia Felício. *O artesão da memória no Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Ed. UFMG / Ed. PUC Minas, 1996.

PFEIFFER, E. *Le visage de la terre: le paysage, révélateur de la qualité de l'environnement*. 2. ed. Paris: Triad, 1974.

RIBON, Michael. *A arte e a natureza*. Campinas: Papirus, 1991.

RIZZI, Patrícia E. V. *Geografia dos fluxos turísticos: uma análise regional a partir da interação, da acessibilidade e dos fluxos atuais*. Estudo de caso: Vale do Jequitinhonha. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

ROCHA, Ana A.; LINSKER, Roberto. *Brasil aventura: odisséias*. São Paulo: Terra Virgem Ed., 1997.

ROSS, Jurandyr L. S. *Geomorfologia: ambiente e planejamento*. São Paulo: Contexto, 1991.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *RA'E GA: espaço geográfico em análise*, Curitiba, n. 7., v. 7., p. 79-85, 2003.

SILVA, Armando Correia da. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SOARES FILHO, Britaldo. *Análise de paisagem: fragmentação e mudanças*. Centro de Sensoriamento Remoto, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998. Disponível em: www.csr.ufmf.br.

SOLANO, Carlos. *Feng Shui KanYu: arquitetura ambiental chinesa*. São Paulo: Pensamento, 2000.

SOURIAU, Etienne. *Chaves da estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

TANASSARI, C. C. G. Tectônica global. In: TEIXEIRA, W. *et al. Decifrando a terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p. 97-112.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

TYLOR, E. Burnett. *Primitive culture*. New York: Brentatano's, 1924.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus, 2002.

VAZ, Gil Nuno. *Marketing turístico: receptivo e emissivo: um roteiro estratégico para projetos mercadológicos públicos e privados*. São Paulo: Pioneira, 1999.

BIBLIOGRAFIA

ACERENZA, M. A. Origens e evolução de turismo. In: ACERENZA, Miguel Ángel. *Administración del turismo*. 4. ed. México: Trillas, 1991.

CERRO, Francisco Leno. *Técnicas de evaluación del potencial turístico*. Madrid: MICYT, 1993.

CHOUQUER, Gérard. *L'étude des paysages: essais sur leurs formes et leur histoire*. Paris: Editions Errance, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

COSTA, Cláudia M. R. *et al.* (Org.). *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOSTER, Douglas. *Viagens e turismo: manual de gestão*. Portugal: Cetop, 1992.

FRANCO, Maria de Assunção Robeiro. *Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico*. São Paulo: Annablume, 1997.

HUMBOLDT, Alexander Von. *Cosmos: ensayo de una descripción física del mundo*. Buenos Aires: Editorial Glem, 1944. p. 23-66.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. São Paulo: Autores Associados, 2000.

MASINA, R. *Introdução ao estudo do turismo: conceitos básicos*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 2002.

MCINTOSH, Robert; GOELDNER, Charles; RITCHIE, J. R. *Turismo: princípio, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, A.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 21-34.

MOSCOVITCH, S. K. *Pobreza e condições de vida no Vale do Jequitinhonha: uma abordagem regional*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

PARDINI, Herbert. *A produção e reprodução do espaço como mercadoria pelo/para o turismo*. 2004. 46 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

RAGGI, Mariana Guedes. *Imagens dos sertões na obra de Euclides da Cunha*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

RIBEIRO, Maurício Andrés. *Tesouros da Índia: para a civilização sustentável*. Belo Horizonte: Rona, 2003.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo do Brasil análise e tendências*. São Paulo: Manole, 2002.

SAADI, A . A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. Belo Horizonte: *Geonomos*, n. 1., v. III, jul. 1995.

SANTIAGO, Luis. *O vale dos boqueirões: história do Vale do Jequitinhonha*. Almenara: Boca das Caatingas, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

THUAN, Trinh Xuan. *Trinh Xuan Thuan: o agrimensor do cosmo*. São Paulo: Ed. UNESP /Ed. da Universidade Estadual do Pará, 2002. (Coleção Nomes de Deuses).

TRICART, J.; KILIAN, J. *L'éco-geographie*. Paris: Francois Maspero. 1979.

TROPPEMAIR, H. Ecologia da paisagem: da geografia para ciência interdisciplinar. In: TROPPEMAIR, H. *Sistemas, geossistemas, geossistemas paulistas e ecologia da paisagem*. Rio Claro: [s.n.], 2004. p.117-129.

